

COMO CONSTRUIR MEMÓRIAS DE COMUNIDADE

ALMIR FÉLIX BATISTA DE OLIVEIRA | EDILSON APARECIDO CHAVES | ITAMAR FREITAS
MARGARIDA MARIA DIAS DE OLIVEIRA | WESLEY GARCIA RIBEIRO SILVA



EQUIPE EDITORIAL

Coordenação Editorial: Ernesto Padovani Netto

Revisão Textual: Elizier Junior Araujo dos Santos

Diagramação: Pablo Madeira

Capa: Eder Monteiro

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução de parte ou totalidade da obra sem a autorização prévia da organização e editora. Os textos presentes neste livro são antigos e mantiveram a escrita da época em que foram produzidos.

Catálogo na publicação
Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

M533

Como construir memórias de comunidade / Almir Félix Batista de Oliveira, Edilson Aparecido Chaves, Itamar Freitas, et al. – Ananindeua-PA: Cabana, 2026.

Outros autores: Margarida Maria Dias de Oliveira, Wesley Garcia Ribeiro Silva.

Livro em PDF

ISBN 978-65-82718-12-0

1. Comunidades. 2. Memória. I. Oliveira, Almir Félix Batista de. II. Chaves, Edilson Aparecido. III. Freitas, Itamar. IV. Título.

CDD 307

Índice para catálogo sistemático

I. Comunidades

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
CAPÍTULO 1 - POR QUE CONSTRUIR HISTÓRIAS DE COMUNIDADE?	13
Introdução	13
1.1 Comunidade e memória: a base da vida em comum	14
1.2 Da memória à história da comunidade	17
1.3 Investigar a experiência da comunidade e construir sua narrativa	20
1.4 Memorial comunitário: materializar a história, guardar a memória e comunicar a luta	24
Considerações finais	29
CAPÍTULO 2 - CULTURA MATERIAL: OBJETOS E ARTEFATOS COMO VESTÍGIOS DA MEMÓRIA	30
Introdução	30
2.1 Cultura material e memória comunitária: exemplos iniciais	31
2.2 O que é cultura material?	31
2.3 Cultura material, poder e desigualdade	33
2.4. Objetos, memória, identidade e patrimônio	34
2.5. Cultura material na contemporaneidade	36
2.6. Como identificar a cultura material de uma comunidade	37
2.7. Objetos, saberes locais e economia comunitária	38
Considerações finais	40
CAPÍTULO 3 - CULTURA IMATERIAL: SABERES, MANIFESTAÇÕES E PRÁTICAS COMO PATRIMÔNIOS VIVOS	41
Introdução	41
3.1 No Jardim da Cura	42
3.2. Cultura imaterial: práticas vivas e patrimônios em movimento	44
3.3. Por que guardamos memórias? As memórias constroem nossa identidade?	46
3.4. Saberes e fazeres como fontes históricas	46
3.5. Manifestações culturais, religiosas e artísticas	48

3.6. Formas de registro e salvaguarda da cultura imaterial.....	49
3.7. Cultura imaterial como política de memória e resistência.....	50
Considerações finais.....	53

CAPÍTULO 4 - FONTES DOCUMENTAIS INSTITUCIONAIS: O QUE OS REGISTROS DO PODER E DA VIDA ASSOCIATIVA PODEM REVELAR.....

Introdução.....	54
4.1. O que são documentos institucionais?.....	55
4.2. Onde encontrar e como acessar documentos institucionais?.....	58
4.3. Como analisar documentos institucionais?.....	64
Considerações finais.....	71

CAPÍTULO 5 - FONTES VISUAIS: FOTOGRAFIAS, RETRATOS E IMAGENS COMO DISPOSITIVOS DE MEMÓRIA.....

Introdução.....	73
5.1. O que são fontes visuais e onde elas estão presentes nas comunidades?.....	74
5.2. Por que utilizar fontes visuais?.....	78
5.3. Onde encontrar e como coletar imagens?.....	80
5.4. Na rua, no muro, no chão.....	81
5.5. Como interpretar imagens?.....	83
5.6. Como usar imagens na prática da história comunitária?.....	85
Considerações finais.....	90

CAPÍTULO 6 - FONTES IMPRESSAS PERIÓDICAS: A IMPRENSA COMO REGISTRO E DISPUTA DE MEMÓRIAS.....

Introdução.....	91
6.1. O que são fontes periódicas?.....	92
6.2. Onde encontrar fontes periódicas?.....	95
6.3. Como analisar fontes periódicas?.....	100
6.4. Foco nos elementos materiais, editoriais e contextuais.....	106
Considerações finais.....	109

CAPÍTULO 7 - A MEMÓRIA E A ORALIDADE: VOZES, LENDAS E SABERES QUE CONSTROEM HISTÓRIAS.....

Introdução.....	110
-----------------	-----

7.1. Por que trabalhar com memória e oralidade?	111
7.2. Lendas e folclore como tesouros de histórias	112
7.3. O que fazer com as histórias depois que as escutamos?	114
7.4. Mapa da memória: revelando histórias nos territórios do cotidiano	119
7.5. Criar uma Rota da Memória Local (Inspirada na Linha Afrocuritiba)	120
7.6. Filmes, livros e programas que nos ajudam a lembrar e aprender	121
Quadro 7.6. Para assistir, ler e conversar sobre memória e oralidade	122
Conclusão	124

CAPÍTULO 8 - O AUDIOVISUAL: SONORIDADES E VISUALIDADES DA EXPERIÊNCIA COMUNITÁRIA 125

Introdução	125
8.1. O que é o audiovisual?	126
8.2. Um projeto de audiovisual	127
8.3. Por que utilizar o audiovisual na história das comunidades?	128
8.4. O audiovisual como fonte histórica	130
8.5. Que tipos de materiais podem ser utilizados como fontes audiovisuais?	132
8.6. Como transformar registros audiovisuais em narrativas visuais, textuais e afetivas?	133
8.7. Como usar produções audiovisuais em projetos de memória?	135
Considerações finais	136

CAPÍTULO 9 - CONSTRUINDO ESPAÇOS DE MEMÓRIA 138

Introdução	138
9.1. Fundamentos e horizonte político	139
9.2. Aspectos legais e de segurança	143
9.3. Planejamento participativo	145
9.4. Capturando memórias	147
9.5. Construindo evidências e acervos	149
9.6. Enquadramento narrativo	151
9.7. Instalando o memorial	154
Quadro 9.7. Perguntas para elaborar um Plano de Curadoria	155

9.8. A exposição.....	157
Quadro 9.8. Exemplo de Plano de Curadoria: Memorial dos Agricultores Familiares.....	158
Considerações finais.....	161
CAPÍTULO 10 - COMO DIVULGAR AS MEMÓRIAS COMUNITÁRIAS?	162
10.1. Comunicar é um ato político.....	162
10.2. Mapear os atores e os contextos para a divulgação.....	164
10.3. Definir os significados simbólicos para a divulgação.....	166
10.4. Escolha de canais e formatos participativos de comunicação.....	169
10.5. Intervenção interna: fortalecer a comunidade e consolidar consensos.....	173
10.6. Intervenção na esfera pública: visibilidade, diálogo e incidência política.....	175
Considerações finais.....	178
CAPÍTULO 11 - CONSTRUINDO MEMORIAIS SUSTENTÁVEIS: MODELOS, DESAFIOS E PRÁTICAS PARA ESPAÇOS DE MEMÓRIA	180
Introdução.....	180
11.1 Sustentabilidade dos memoriais.....	181
11.2. Os modelos de financiamento.....	184
11.3. Subsídios públicos.....	186
11.4. Financiamento participativo.....	189
11.5 Financiamentos mistos.....	192
11.6. Receitas próprias.....	195
11.7. Turismo de Base Comunitária.....	198
11.8. Principais desafios para a sustentabilidade financeira.....	201
Considerações finais.....	209
REFERÊNCIAS	210

APRESENTAÇÃO

O direito de sonhar não consta entre os trinta direitos humanos que as Nações Unidas proclamaram em fins de 1948. Mas se não fosse por ele, e pelas águas que dá de beber, os demais direitos morreriam de sede. Deliremos, pois, um pouquinho. O mundo, que está de pernas pro ar, se colocará sobre seus pés...

(Eduardo Galeano – O direito de sonhar)

A publicação que agora se apresenta ao público é fruto de um projeto que reuniu colegas de quatro instituições. (Os capítulos 1, 9, 10 e 11, foram escritos por Margarida Marias Dias de Oliveira e Itamar Freitas, os capítulos 2 e 3, por Almir Félix Batista de Oliveira, o capítulo 4 por Wesley Garcia Ribeiro Silva e os capítulos 5, 7 e 8 e por Edilson Aparecido Chaves.) O projeto foi aprovado no Edital Universal do CNPq de 2023 e realizado em algumas etapas durante os anos de 2024, 2025 e 2026.

O projeto foi intitulado “História Por Direito”, e seu tema global é a questão da memória social e suas implicações no pertencimento aos espaços e no autorreconhecimento dos sujeitos. Com ele, buscamos conhecer as problemáticas da memória de grupos sociais silenciados, não raro à margem da produção acadêmica, de modo a valorizá-las mediante a construção de políticas públicas voltadas para a criação de espaços de memória.

Sendo assim, o problema que engloba esta publicação é o da memória associada às questões de pertencimento e autorreconhecimento, com vistas a proporcionar a criação de espaços nos quais esses sujeitos tenham suas memórias reconhecidas, articulando-se de maneira mais orgânica às suas próprias comunidades, ao estado, ao país e ao mundo.

A demanda por construir uma metodologia para a elaboração e organização das memórias de grupos sociais silenciados surge quando esses sujeitos solicitam assessorias para a construção de espaços memorialísticos e/ou a elaboração de materiais destinados a compor espaços de vivência e divulgação dessas memórias.

As estratégias metodológicas que apresentamos como caminho possível pretendem ser coerentes com as vivências de grupos socialmente invisibilizados, para que seus membros e/ou militantes e os profissionais de História possam atuar no sentido de atender a uma aspiração legítima e conferir novos sentidos à história como prática social.

Nossos principais intentos foram formular uma metodologia para conhecer e organizar as memórias de comunidades junto a seus habitantes, gerando pertencimento e valorização desses grupos; aproximar o modo de fazer das universidades à maneira como a população em geral pensa historicamente e se apropria desses saberes; e possibilitar que essa construção de memórias seja utilizada para a formulação de políticas públicas e/ou a criação de espaços físicos e virtuais voltados à celebração, ao reconhecimento e à prática das memórias locais, além de sua manutenção, ampliação e transformação ao longo do tempo.

Como poderão ler e se apropriar, alterando conforme as necessidades de suas comunidades, cada capítulo se dedica a oferecer orientações claras sobre como elaborar os objetivos, definir o público interno ou externo à comunidade, utilizar os vestígios dos tempos vividos pelos sujeitos individuais e coletivos e elaborar formas de publicização das memórias construídas.

Em todas as indicações, partimos da expectativa de que o conhecimento possa ser elaborado de maneira horizontal a partir da comunidade, levando em conta suas aspirações e modos de vida. A ideia é compreender suas demandas para pensarmos quais instrumentos teóricos e metodológicos lhes serão úteis e quais terão o

potencial de se tornar ferramentas que lhes permitam atuar como gestores de seus bens patrimoniais e coautores dos produtos resultantes do próprio projeto de pesquisa.

Nosso propósito foi construir uma metodologia participativa coerente com as vivências de grupos socialmente invisibilizados, para que seus membros e/ou militantes, mas também os profissionais de História em formação ou já formados, possam atuar no sentido de atender a uma aspiração legítima e importante desses grupos e conferir novos sentidos à história como prática social.

O problema da memória já foi intensamente estudado pela comunidade científica, tanto no campo da História quanto em outras áreas das ciências humanas e sociais e mesmo das ciências biológicas, e os estudos demonstram que a memória é fundamental para a identificação do sujeito, individualmente e em sociedade.

Por outro lado, em se tratando do nível social da memória, o lembrar e o esquecer atuam intensamente na construção de espaços nas cidades (como memoriais, museus, casas de cultura etc.); na elaboração de produtos culturais (filmes, documentários, músicas e expressões artísticas em geral); no sentimento de pertença a uma determinada comunidade, seja ela local, regional, nacional ou até mesmo mundial; e mesmo nas intervenções cada vez mais frequentes em plataformas virtuais de interação e construção de sociabilidades, dentre as quais se destacam, em especial, embora não exclusivamente, as redes sociais.

Apesar da vasta produção teórica, para a maior parte da sociedade permanecem inacessíveis estratégias e conhecimentos relevantes para a construção e divulgação de espaços de memória, daí a importância da elaboração e publicização desta metodologia.

Propomos, assim, expandir o debate sobre a importância das memórias de grupos silenciados, a fim de inseri-las no campo das discussões sobre a temática, promovendo, desse modo, diálogos e interações horizontais entre esses grupos e a sociedade envolvente.

Esperamos que essa metodologia e os seus prováveis resultados também possam contribuir para o fortalecimento da economia local, por meio do turismo, do acesso, da visitação e da fruição desses espaços de memória, fomentando a geração de empregos para suas populações e chamando a atenção de gestores para a importância de promover políticas públicas que levem em consideração as demandas dessas comunidades em relação às suas memórias.

Poderíamos dizer, por fim, que queremos incentivar as comunidades a elaborar e divulgar suas memórias, bem como estimular os profissionais de História a observarem as demandas dessas comunidades. Uma sociedade que naturalizou o viver em “bolhas” e a ausência de diálogo não pode ser considerada a mais adequada nem deve ser duradoura. Retomemos, pois, a história como uma prática social.

CAPÍTULO 1

POR QUE CONSTRUIR HISTÓRIAS DE COMUNIDADE?

INTRODUÇÃO

Neste capítulo, discutimos por que construir histórias de comunidade, compreendendo esse gesto como uma prática educativa, política e cultural orientada à valorização da experiência coletiva e ao fortalecimento de identidades e direitos. Nosso objetivo central é demonstrar que transformar a memória em história, investigar coletivamente a experiência vivida, produzir narrativas e materializá-las em memoriais constituem etapas articuladas de um mesmo processo de afirmação da existência social da comunidade.

Para desenvolver esse argumento, organizamos o capítulo em quatro tópicos. Inicialmente, discutimos a relação entre comunidade e memória como base da vida em comum, demonstrando o papel da memória compartilhada na construção da identidade coletiva. Em seguida, abordamos a passagem da memória à história da comunidade, mostrando como as lembranças organizadas em narrativa se convertem em instrumentos de reconhecimento e reivindicação de direitos. O terceiro tópico trata da investigação da experiência comunitária e da construção de narrativas, enfatizando a escuta, a observação e a reunião de registros como práticas acessíveis e coletivas. Por fim, discutimos o memorial comunitário como forma de materializar, preservar e comunicar a história construída, articulando conhecer, sentir e agir.

1.1 COMUNIDADE E MEMÓRIA: A BASE DA VIDA EM COMUM

Figura 1 – Comunidade de Catucá (RN).



Fonte: Arnaldo Sete/MZ.

Esta é Catucá, comunidade quilombola do povoado São Lourenço, em Goiana, Estado de Pernambuco. A foto mostra um conjunto de casas de pessoas que moram no mesmo lugar. Mas Catucá não é apenas isso. Comunidade não é apenas um conjunto de casas próximas ou de pessoas que moram no mesmo lugar. Comunidade é, antes de tudo, uma coletividade de pessoas que compartilha um território, realiza nele a maior parte de suas atividades cotidianas e se reconhece como parte de um mesmo grupo ao longo do tempo (Parsons, 1959; Sjoberg, 1965). Isso significa que comunidade envolve sujeitos concretos, territorialidade, práticas sociais relativamente estáveis e duração histórica.

Em muitas pesquisas acadêmicas, quando se fala em comunidade, aparecem sempre alguns elementos centrais: pessoas que mantêm vínculos sociais, um espaço vivido, relações de pertencimento

e experiências compartilhadas (Oliveira, 1988; Nisbet, 2017). A comunidade é, assim, convivência, cooperação, conflito, solidariedade e organização social.

Esses vínculos se sustentam, em grande parte, pela ativação e pelo compartilhamento da memória coletiva. A memória corresponde às experiências vividas e lembradas coletivamente, que circulam nas narrativas, nas celebrações, nos objetos guardados, nos lugares significativos e nas práticas culturais. Ela é recordação individual, mas também uma construção social que fortalece a identidade do grupo.

Figura 2 – Gedália Maria da Silva (Dadá Quilombola)



Fonte: Arnaldo Sete/MZ.

Esta é Dadá Quilombola, a mulher que entrevistou parentes e moradores, registrando e estimulando a memória da comunidade

de Catucá, em 2003. Na fotografia, ela posa “aos pés da ruína da Igreja Rosário dos Pretos do Quilombo Povoação São Lourenço” (Carneiro, 2023). Foi uma das responsáveis por sistematizar as lembranças do lugar. Seu trabalho permitiu que muitas pessoas soubessem um pouco mais sobre quem são, de onde vieram e quais caminhos percorreram.

Foi com o apoio de seu trabalho e com a legitimação de acadêmicos da universidade pública, inclusive, que a população negra pôde recriar-se como remanescente quilombola, valorizando a resistência escrava daqueles “companheiros de viagem da África” (malungos) que habitavam as proximidades de Recife (Carvalho, 1991, p. 1).

Quando uma comunidade preserva suas memórias, reforça seus laços internos e seu sentimento de pertencimento (Michel, 2018; Ribeiro, 2018). Quando essas memórias se perdem, enfraquecem-se os vínculos que mantêm o grupo unido.

Por isso, comunidade e memória caminham juntas. Onde há vida em comum, há memória compartilhada; e onde há memória compartilhada, há maior consciência coletiva. A experiência vivida no território, ao longo do tempo, produz histórias que dão sentido à existência do grupo. Assim, compreender a comunidade como uma coletividade territorializada, composta por sujeitos que desenvolvem práticas cotidianas e se reconhecem ao longo do tempo, permite entender por que a memória é fundamental: ela registra e transmite a experiência coletiva, sustentando a identidade e o pertencimento (Parsons, 1957; Sjoberg, 1965).

1.2 DA MEMÓRIA À HISTÓRIA DA COMUNIDADE

Figura 3 – Ilha de São Pedro, Porto da Folha (SE), 2025.



Fonte: Produtora Visa.

Esta é a aldeia indígena Xocó. Ela fica na Ilha de São Pedro, município de Porto da Folha, Estado de Sergipe. Novamente, vemos um conjunto de residências e uma igreja ocupando lugar central. Já sabemos que o aglomerado de casas não constitui, por si só, uma comunidade. Para que ela fosse reconhecida entre os moradores e para além da Ilha, foram mobilizadas lembranças de diferentes sujeitos – trabalhadores rurais, sindicalistas, procuradores de justiça, professores universitários e clérigos – visando a recuperar parte da memória comum de seus habitantes. A transformação identitária, de trabalhadores rurais a coletivo indígena, envolveu um longo processo, incluindo eventos como a invasão, a posse e a legalização das terras da ilha e do continente (French, 2021).

Há mais de quatro décadas, nem todos conheciam essa memória nem se reconheciam, naquele momento inicial, como

indígenas. A experiência mostra, porém, que a memória, além de sustentar a vida em comum, pode ser organizada e transformada em história da comunidade, convertendo-se em instrumento de reconhecimento e reivindicação de direitos. Isso se tornou possível porque aqueles que se sentaram para escrever compreenderam que a memória é uma capacidade humana fundamental: a capacidade de conhecer, reter e recuperar experiências vividas e de agir a partir delas (Ricoeur, 2004; Catroga, 2001). Lembrar não é apenas guardar informações, mas tornar presente aquilo que aconteceu, atribuindo sentido ao vivido.

Diversos estudiosos entendem a memória como uma espécie de substância formada por sons, imagens, cheiros, palavras e experiências que permanecem guardados e podem ser recuperados (Halbwachs, 1990; Polak, 1989; Portelli, 2016). Essa substância não nasce isolada dentro da pessoa. Toda memória individual se constrói em relação com outras pessoas e com os grupos dos quais se faz parte. Por isso, fala-se em memória coletiva: lembramos com os outros e por meio dos outros (Halbwachs, 1990; Ricoeur, 2004).

A memória também se vincula diretamente à identidade. Ela ajuda indivíduos e grupos a saber quem são, a que pertencem e quais trajetórias percorreram. Nesse sentido, a memória é um elemento essencial da identidade individual e coletiva (Le Goff, 2014). Ao mesmo tempo, a memória não é neutra: ela pode ser disputada, silenciada, manipulada ou valorizada, dependendo dos interesses em jogo (Pollak, 1989; Ricoeur, 2004).

Quando as memórias circulam apenas de forma fragmentada, permanecem como lembranças dispersas. Mas, quando são reunidas, organizadas e interpretadas, passam a compor uma narrativa. É nesse momento que a memória se transforma em história da comunidade. E essa história não nasce pronta: ela é construída a partir da seleção, do confronto e da organização das memórias.

Pesquisadores que trabalham com história oral e história pública mostram que as narrativas baseadas na memória são fontes legítimas de conhecimento histórico (Portelli, 2016). Elas permitem compreender experiências que não aparecem em documentos oficiais e revelam os sentidos atribuídos pelos próprios sujeitos às suas vivências.

Foi com base nesses princípios, no final da década de 1980, que a história da comunidade Xocó pôde explicar como a comunidade surgiu, como se transformou, quais conflitos enfrentou e quais conquistas alcançou, de que modo enfraqueceu seus vínculos e, posteriormente, como pôde recriar sua indianidade e lutar pelos direitos que lhe eram devidos. Os mesmos princípios orientam, até hoje, o fortalecimento de sua luta por existência, reunindo visitantes e difundindo sua memória, principalmente entre estudantes não indígenas.

Figura 4 – Aldeia Xocó, 2019.



Fonte: ASCOM/U.M.E./Ana Tereza de Jesus.

Nesse sentido, transformar memória em história não é apenas um exercício cultural. É também um ato político. Ao registrar sua trajetória, a comunidade afirma que sua experiência tem valor, torna visíveis lutas e sofrimentos antes silenciados e produz registros que podem servir como prova de sua existência, de sua permanência no território e de sua importância social e cultural em disputas por direitos.

A relação entre memória e história é, portanto, de complementaridade. A memória fornece a matéria-prima; a história organiza, confronta e dá forma narrativa a essa matéria (Ricoeur, 2004; Le Goff, 2014). Ao transformar a memória em história, a comunidade produz conhecimento sobre si mesma, fortalece sua identidade e cria bases para agir no presente e projetar o futuro.

1.3 INVESTIGAR A EXPERIÊNCIA DA COMUNIDADE E CONSTRUIR SUA NARRATIVA

Com os casos de Catucá, no Rio Grande do Norte, e da Aldeia Xocó, em Sergipe, vimos que a construção da história da comunidade exige, antes de tudo, investigar a própria experiência coletiva. Investigar, nesse contexto, não significa realizar algo distante ou exclusivo de especialistas, mas escutar com atenção, observar o cotidiano e reunir registros que já existem ou que podem ser produzidos pelos próprios moradores. Toda comunidade possui um vasto acervo de saberes guardados na memória das pessoas, nos objetos, nos espaços e nas práticas do dia a dia.

Figura 5 – Jorge de Souza Pinto, 82 anos, morador da Praia do Crispim (PA).



Fonte: Santos (2023, p. 60).

A escuta é o primeiro passo desse processo. Para contar a história da Comunidade da Praia do Crispim, no Pará, Maria Mirley dos Santos foi ouvir Seu Jorge, um dos primeiros moradores do lugar, para saber como chegou à comunidade, descrever as mudanças ocorridas no território, recordar conflitos, conquistas, festas e modos de trabalho ligados à pesca artesanal. Cada pessoa guarda uma parte da história, e nenhuma fala, isoladamente, dá conta do todo. Por isso, ouvir diferentes gerações, mulheres, homens, jovens e idosos é fundamental para ampliar a compreensão da experiência coletiva.

Figura 6 – Jorge de Souza Pinto, 82 anos, morador da Praia do Crispim (PA).



Fonte: Santos (2023, p. 87).

A observação também é uma forma importante de investigação. Observar como as pessoas vivem, trabalham, se organizam, celebram e enfrentam dificuldades ajuda a perceber continuidades e transformações. O modo como as casas são construídas, como os espaços são utilizados, onde acontecem as reuniões, as festas ou os rituais, enfim, conhecer os “lugares encantados”, os espíritos, os mistérios e as cerimônias, tudo isso fala sobre a história da comunidade.

Figura 7 – Cerimônia de casamento de moradores de Caiana dos Crioulos na Igreja Católica de Alagoa Grande.



Fonte: Souza (2023, p. 104).

Além da escuta e da observação, é necessário reunir registros. Veremos adiante que esses registros podem ser variados: fotografias antigas, cartas, cadernos, atas de associações, mapas, objetos, músicas, vídeos, notícias de jornal e documentos oficiais. Mesmo quando esses materiais são escassos, a própria produção de novos registros – como gravações de entrevistas, anotações e fotografias atuais – já constitui um passo importante.

É fundamental compreender que todos podem participar desse processo. Não é necessário formação acadêmica para investigar a história da própria comunidade. O que se exige é compromisso, cuidado e disposição para aprender coletivamente. Quanto mais pessoas estiverem envolvidas, mais rica e diversa será a história construída.

Depois de investigar, surge o desafio de transformar as memórias e os registros em narrativa. Construir uma narrativa significa organizar as informações de modo que façam sentido para quem lê ou escuta. Trata-se de elaborar um relato com começo, desenvolvimento e desdobramentos.

Organizar a narrativa implica escolher o que será contado, como será contado e em que ordem. Esse trabalho deve ser coletivo, sempre que possível, para evitar que apenas uma perspectiva prevaleça. A diversidade de vozes fortalece a história.

Investigar a experiência da comunidade e construir sua narrativa são, portanto, partes de um mesmo movimento. Primeiro, recolhem-se memórias e registros. Em seguida, esses materiais são organizados em uma história compartilhável. Esse processo fortalece a identidade coletiva, valoriza a trajetória vivida e prepara o terreno para que a história da comunidade possa circular, ser ensinada e, quando desejado, ser materializada em memoriais.

1.4 MEMORIAL COMUNITÁRIO: MATERIALIZAR A HISTÓRIA, GUARDAR A MEMÓRIA E COMUNICAR A LUTA

Um memorial comunitário é uma forma de materializar a história construída pela própria comunidade. Ele pode existir como um espaço físico (uma sala, uma casa, um terreno, uma praça, um ponto do território) ou como um espaço digital (um site, uma página, um acervo online, um arquivo em nuvem).

Figura 8 – Memorial Emily & Rebecca (2021).



Fonte: Wikifavelas.

Este é o Memorial Emily & Rebecca. Ele foi construído em homenagem às duas meninas, de 4 e 7 anos, respectivamente, mortas por policiais durante incursões na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro (Wikifavelas, s.d.).

O fundamental é que o memorial não seja entendido apenas como um muro, um prédio, um monumento ou uma placa, mas como um lugar onde um grupo se reúne para lembrar, compartilhar sentidos e afirmar publicamente o que deve ser lembrado, por que deve ser lembrado e para quem essa lembrança é importante.

Em sua forma mais simples, um memorial pode existir sem qualquer registro formal. Uma roda de conversa na casa do morador mais velho, um rito em torno de uma árvore sagrada, um cortejo anual a um cemitério ou a um lugar de tragédia e de vitória já contém os elementos fundamentais do memorial: um coletivo reunido, práticas de lembrança, um tempo e um lugar definidos. Isso significa que o memorial pode começar como um hábito, como uma prática de memória, antes de se tornar uma instituição.

Figura 9 – Inauguração do Memorial das Culturas Ayahuasqueiras (2024), Estrada de Porto Acre.



Fonte: Thiago Alves e Alexx Moraes.

Quando a comunidade decide avançar, o memorial pode ampliar sua inserção social, organizar um acervo, criar regras de funcionamento e, se desejado, buscar reconhecimento institucional. Em muitos casos, esse movimento nasce da identificação de espaços abandonados ou subutilizados no próprio território, que passam a

ser ressignificados coletivamente como centros culturais voltados à promoção de ações socioambientais, atividades de formação cultural e à preservação da memória local.

Foi o que ocorreu na criação do Memorial das Culturas Aya-huasqueiras, no estado do Acre. Ali, a comunidade da Colônia 5000 decidiu avançar, constituindo um acervo, criando regras de funcionamento e buscando reconhecimento institucional.

Esse avanço exige clareza quanto aos fundamentos políticos e éticos, porque um memorial nunca é neutro: ele seleciona memórias, interpreta experiências e constrói uma narrativa pública. Portanto, é necessário definir o horizonte político do memorial: compreender o acontecido, fortalecer-se para seguir adiante e transformar o passado em força para melhorar o presente.

Um memorial pode ser compreendido a partir de três dimensões humanas que ele mobiliza: conhecer, sentir e agir. Ele é um espaço de conhecer porque produz e difunde saberes críticos, abre lugar para vozes silenciadas e constrói contranarrativas em relação às versões oficiais. Ele é um espaço de sentir porque envolve afetos – luto, gratidão, orgulho e vergonha – e fortalece pertencimentos. Ele é um espaço de agir porque mobiliza: lembrar é disputar sentidos sobre o passado e o presente, projetando futuros mais justos. Por isso, um memorial pode ser comemorativo, educativo, mobilizador e reparador, ou combinar essas funções, conforme a causa e as necessidades da comunidade.

Para cumprir esse papel, um memorial comunitário precisa ser participativo. Quanto mais pessoas estiverem envolvidas em seu planejamento e funcionamento, maior será a legitimidade do que será lembrado e maior a capacidade de sustentar o espaço ao longo do tempo. O Memorial das Ligas e Lutas Camponesas (MLLC) é um exemplo desse princípio, pois está situado na comunidade tradicional de Barra de Antas, na Zona da Mata paraibana, território marcado pela permanência e pela contínua reconstrução da memória camponesa das lutas pela terra, pela reforma agrária, por justiça e por dignidade no campo.

Esse lugar foi cenário da formação das Ligas Camponesas na Paraíba e de intensas mobilizações nas décadas de 1950 e 1960, consideradas marcos da luta pela reforma agrária no Brasil. Criada em 2006, a organização que mantém o memorial resulta do esforço coletivo de trabalhadores e trabalhadoras rurais que se articularam para preservar e divulgar essas trajetórias (ANA, 2015).

Figura 10 – XV Encontro Regional de Agroecologia Nordeste visita o Memorial das Ligas Camponesas (2015).



Fonte: ANA (2015).

Nesse sentido, o memorial nasce da própria história da comunidade e retorna a ela: as memórias recolhidas são organizadas em narrativas; as narrativas orientam o acervo; o acervo reforça as narrativas; e as exposições, físicas ou digitais, comunicam essa história de modo público e sensível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, procuramos demonstrar que comunidade e memória são indissociáveis, pois a vida em comum se sustenta em lembranças compartilhadas que produzem identidade, pertencimento e consciência coletiva. Mostramos também que, ao serem reunidas, confrontadas e organizadas, essas memórias se transformam em história da comunidade, constituindo narrativas capazes de dar sentido ao passado e de atuar como instrumentos de reconhecimento e luta por direitos.

Neste capítulo, defendemos ainda que investigar a experiência comunitária e construir sua narrativa são práticas coletivas, baseadas na escuta, na observação e na reunião de registros, acessíveis a todos os moradores e fortalecidas pela diversidade de vozes. Por fim, afirmamos que o memorial comunitário materializa esse percurso ao guardar, comunicar e ampliar a história construída, articulando conhecer, sentir e agir. Em síntese, construir histórias de comunidade é afirmar a dignidade da experiência coletiva, produzir conhecimento sobre si mesma e transformar a memória em força social para agir no presente e projetar futuros mais justos.

Nos próximos capítulos, detalharemos cada uma dessas atividades, tão necessárias à construção de histórias da comunidade e de memoriais comunitários.

CAPÍTULO 2

CULTURA MATERIAL: OBJETOS E ARTEFATOS COMO VESTÍGIOS DA MEMÓRIA

INTRODUÇÃO

A cultura material constitui uma dimensão fundamental da vida social, pois permite compreender como objetos, artefatos, edificações, imagens, ferramentas, vestimentas e utensílios participam da construção das memórias, das identidades e das práticas cotidianas das comunidades. Mais do que simples coisas utilizadas no dia a dia, esses elementos guardam marcas de trabalho, pertencimento, transmissão de saberes, relações de poder e formas de organização social. Por isso, estudar a cultura material significa observar como os grupos humanos produzem, usam, preservam e atribuem sentidos aos objetos ao longo do tempo.

Este capítulo discute a cultura material como campo de estudo e como possibilidade de valorização da memória comunitária. Inicialmente, são apresentados exemplos de comunidades que mobilizam objetos, saberes e práticas culturais como formas de preservação de suas tradições. Em seguida, o texto aborda contribuições teóricas para compreender os objetos como documentos históricos, portadores de significados sociais e simbólicos. Por fim, são indicadas estratégias para identificar, registrar e valorizar a cultura material em

comunidades, especialmente por meio de inventários participativos, exposições, oficinas, roteiros de memória e iniciativas de turismo de base comunitária.

2.1 CULTURA MATERIAL E MEMÓRIA COMUNITÁRIA: EXEMPLOS INICIAIS

O que significa cultura material e o qual a sua importância na construção da história e das memórias das comunidades? Vejamos esses dois exemplos de uso. O primeiro vem da comunidade de Moita Redonda, em Cascavel, no Estado do Ceará, e refere-se à produção artesanal associada à cultura do barro, envolvendo tanto a produção de arte utilitária quanto de arte decorativa. Trata-se de um saber tradicional preservado ao longo do tempo e conservado pela memória e pela transmissão entre gerações, em razão da importância que essa prática possui para a comunidade. Essa produção inclui não apenas a manutenção dessa tradição, mas também possibilita perspectivas de desenvolvimento, com respeito à resistência cultural, por meio da atividade turística.

O segundo exemplo é o do Jardim da Cura, idealizado pela moradora Maria Baixinha, na comunidade indígena Catu, da etnia Potiguar, localizada entre os municípios de Canguaretama e Goianinha, no Rio Grande do Norte. O Jardim é um dos principais atrativos da comunidade e, nesse local, os visitantes podem experimentar e adquirir bebidas produzidas com plantas medicinais, além de outras plantas alimentícias não convencionais, conhecidas como PANCs. Essa experiência busca possibilitar a manutenção das tradições dos moradores, reconhecendo-os como protagonistas de suas histórias e práticas culturais.

2.2 O QUE É CULTURA MATERIAL?

Esses exemplos nos auxiliam a entender porque alguns pesquisadores definem cultura material como um campo de estudos interdisciplinar,

reunindo contribuições de áreas como História, Antropologia, Arqueologia, Sociologia, Museologia e Estudos Culturais, entre outras. De modo geral, dedica-se a compreender os objetos produzidos, utilizados e apropriados pelas sociedades humanas, analisando não apenas sua função prática, mas também os significados sociais, simbólicos, econômicos e políticos que carregam. Assim, a cultura material vai além da simples utilidade das coisas: busca compreender como os artefatos participam da organização da vida social, da construção de memórias e da formação de identidades individuais e coletivas.

Vejamos o exemplo de um objeto como a enxada utilizada por um agricultor. Esse objeto pode significar o ato de capinar o mato para o uso da terra, cavar os buracos para a realização do plantio, mas também pode representar a dureza do trabalho realizado sob sol e chuva, na lida cotidiana da terra para garantir a sobrevivência. Pode, ainda, evocar a memória de um bom plantio que resultou em uma colheita abundante e contribuiu para a permanência daquela comunidade.

Nesse sentido, estudar a cultura material significa observar como as sociedades se expressam e se reconhecem por meio dos objetos que produzem, consomem, preservam e transmitem às gerações seguintes ao longo do tempo. Ferramentas de trabalho, como a enxada do exemplo anterior, utensílios domésticos, roupas, edificações, fotografias, brinquedos, instrumentos musicais ou até dispositivos tecnológicos, como celulares e computadores, podem revelar muito sobre modos de vida, relações sociais, valores culturais e formas de pertencimento.

Ao longo do tempo, o conceito de cultura material passou por diferentes interpretações e sofreu transformações. Em estudos mais antigos, especialmente no século XIX, os objetos eram analisados principalmente como evidências do desenvolvimento das sociedades, sendo classificados de acordo com critérios cronológicos ou tipológicos, como, por exemplo, a passagem do uso do arado manual e da tração animal para o uso de motores e da mecanização das atividades de plantio.

Com o avanço da Antropologia Social e Cultural no século XX, essa perspectiva se modificou, e os pesquisadores passaram a analisar os objetos em seus contextos sociais e culturais, compreendendo-os como parte das práticas cotidianas e dos sistemas simbólicos das sociedades.

Estudiosos do tema, como Daniel Miller (2013), defendem que os objetos não são apenas reflexos passivos da sociedade, mas participam ativamente da construção das relações sociais. Em outras palavras, as pessoas produzem objetos, mas também são influenciadas por eles em suas rotinas, hábitos e formas de interação. Retomando o exemplo da preparação da terra para o plantio, o uso da tração animal reduziu o esforço humano, possibilitando a ampliação da produção e contribuindo para a melhoria das condições de vida dos agricultores.

De maneira semelhante, Arjun Appadurai (2008) propõe que os objetos possuem uma “vida social”, pois circulam em diferentes contextos e podem adquirir novos significados ao longo do tempo. Um objeto que começa como mercadoria, por exemplo, pode se transformar em uma herança de família ou até mesmo em uma peça de museu. Como exemplo, podemos citar diversos utensílios, como uma roupa preservada ao longo do tempo e transmitida de geração em geração.

Essa ideia também aparece na proposta de Igor Kopytoff (2008), que sugere analisar os objetos como se tivessem uma espécie de “biografia”. Um mesmo artefato pode passar por diferentes fases e adquirir distintos valores: algo que era apenas um item comum pode transformar-se em símbolo de memória, patrimônio cultural ou objeto de coleção. Esse processo mostra como os significados das coisas não são fixos, mas se modificam de acordo com as relações sociais e os contextos históricos.

2.3 CULTURA MATERIAL, PODER E DESIGUALDADE

Outro aspecto importante é que os objetos também podem expressar distinções e diferenças sociais. O sociólogo francês Pierre

Bourdieu (2011) demonstrou que gostos, estilos de consumo e escolhas materiais estão ligados às posições sociais dos indivíduos. Móveis, roupas, obras de arte ou até utensílios do cotidiano podem funcionar como marcadores de status e instrumentos de diferenciação social. Assim, a cultura material também revela relações de poder e desigualdade. Esses gostos, estilos e escolhas são frequentemente utilizados para hierarquizar indivíduos ou grupos sociais.

No Brasil, os estudos sobre cultura material ganharam força principalmente a partir da segunda metade do século XX, por meio do diálogo entre História, Antropologia e Arqueologia. Pesquisadores como Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, um dos pioneiros no tratamento do tema, destacam que os objetos podem ser compreendidos como documentos históricos, pois concentram informações sobre práticas sociais, relações de trabalho, tecnologias e valores culturais. A análise de inventários, testamentos e listas de bens, por exemplo, permite compreender o cotidiano de diferentes grupos sociais em distintos períodos históricos. Desse modo, pode-se afirmar que os objetos também contam histórias.

Estudos sobre o cotidiano colonial e imperial mostram como objetos aparentemente simples – como móveis, roupas, utensílios domésticos ou instrumentos de trabalho – revelam hierarquias sociais, padrões de consumo e formas de organização familiar. Da mesma forma, elementos urbanos, como monumentos, edifícios e praças, ajudam a compreender a construção das memórias coletivas e das identidades nas cidades.

2.4. OBJETOS, MEMÓRIA, IDENTIDADE E PATRIMÔNIO

É importante lembrar que todos os objetos, em suas mais diversas formas, tamanhos e níveis de elaboração, podem ser utilizados como documentos. Fotografias, roupas antigas preservadas ao longo do tempo, cartas enviadas ou recebidas de entes queridos, nas quais relatamos ou

tomamos conhecimento dos mais variados acontecimentos, são exemplos de materiais que podem servir como fontes para contar histórias.

A Arqueologia brasileira também ampliou esse campo ao investigar vestígios materiais ligados a populações indígenas, africanas escravizadas e outros grupos historicamente marginalizados. Cerâmicas, restos alimentares, estruturas arquitetônicas e ferramentas constituem fontes importantes para reconstruir experiências que muitas vezes não aparecem em documentos escritos. Nesse sentido, a cultura material contribui para democratizar o acesso ao passado.

Os objetos também têm grande importância na construção da memória. Muitas lembranças individuais estão associadas a elementos materiais, como fotografias antigas, móveis herdados, cartas ou utensílios guardados pela família. Esses objetos funcionam como gatilhos de memória, ativando recordações e conectando as pessoas a experiências e histórias vividas. No plano coletivo, monumentos, museus e patrimônios culturais desempenham papel semelhante, servindo como marcos materiais que representam acontecimentos e identidades compartilhadas.

Além disso, a cultura material está diretamente ligada às identidades culturais. Trajes tradicionais, artesanato, objetos religiosos ou elementos da arquitetura local podem funcionar como símbolos de pertencimento, constituindo marcos importantes para as comunidades às quais pertencem. Em comunidades tradicionais e grupos étnicos, muitos objetos expressam conhecimentos, crenças e vínculos com o território. O artesanato indígena ou os instrumentos utilizados em religiões afro-brasileiras, por exemplo, carregam significados que vão muito além de sua dimensão material.

Outro ponto importante é o processo de patrimonialização. Quando certos objetos ou edificações passam a ser reconhecidos como patrimônio cultural, eles adquirem novos significados e relevâncias, deixando de ser apenas parte do cotidiano para se tornarem

testemunhos históricos e culturais oficializados por órgãos públicos. Esse processo, porém, envolve escolhas e disputas, pois nem todas as memórias ou experiências são igualmente valorizadas. Isso ocorre porque esses monumentos e documentos acabam sendo selecionados por pessoas ou instituições que detêm poder, seja econômico, seja simbólico. Como exemplo, podemos citar os primeiros patrimônios culturais preservados no Brasil, como palácios, igrejas católicas coloniais, construções militares e casarões, que, em sua grande maioria, representavam as classes dominantes ou parcelas dessas classes.

2.5. CULTURA MATERIAL NA CONTEMPORANEIDADE

É importante lembrar também que, na contemporaneidade, os estudos sobre cultura material dialogam com as transformações tecnológicas e com o consumo globalizado. A circulação massiva de produtos industrializados, juntamente com o uso das novas tecnologias digitais, tem modificado as formas de interação social, de memória e de construção de identidades. Celulares e computadores, para além de serem meios de comunicação entre as pessoas, armazenam fotografias, mensagens e registros pessoais, tornando-se verdadeiros arquivos da vida cotidiana.

Por fim, a cultura material mostra que a vida social não é feita apenas de ideias ou discursos, mas também de coisas concretas que fazem parte do cotidiano. Os objetos organizam os espaços das casas, influenciam comportamentos, marcam posições sociais e guardam lembranças. Assim, ao estudar os artefatos e suas histórias, é possível compreender melhor as sociedades, suas experiências, seus conflitos e suas formas de construir memória e identidade ao longo do tempo, entendendo o que cada uma delas valorizava como importante para seu funcionamento e o que deveria ser preservado para as gerações futuras.

2.6. COMO IDENTIFICAR A CULTURA MATERIAL DE UMA COMUNIDADE

Trabalhar com a cultura material de uma comunidade significa, antes de tudo, prestar atenção aos objetos, às práticas e aos conhecimentos que fazem parte da vida cotidiana das pessoas. Muitos dos elementos que possuem maior valor simbólico para um grupo não estão guardados em museus ou instituições formais, mas distribuídos pelos espaços do dia a dia: dentro das casas, nas cozinhas, nas igrejas, nos terreiros, nas oficinas de trabalho, nos quintais ou nas pequenas roças. Por isso, reconhecer esses bens culturais exige proximidade com a comunidade, além de escuta atenta e respeito pelos significados que cada objeto possui para quem o utiliza, produz ou preserva.

Uma maneira eficaz de identificar esses objetos e saberes é aproximar-se das pessoas e promover momentos de troca e diálogo. Rodas de conversa, visitas às residências, entrevistas com moradores mais antigos, caminhadas pela comunidade e inventários participativos são estratégias que ajudam a revelar histórias que muitas vezes não aparecem em registros escritos. Durante essas interações, surgem objetos carregados de lembranças familiares e coletivas.

Um exemplo pode ser uma panela de barro herdada ao longo de gerações de mulheres da mesma família, associada a receitas tradicionais e aos momentos de convivência na cozinha. Da mesma forma, podem aparecer ferramentas antigas utilizadas no trabalho agrícola, como enxadas, foices ou carroças, que contam histórias sobre modos de trabalho, subsistência e permanência no território ao longo do tempo.

Objetos ligados a festas e manifestações culturais também costumam aparecer nesses levantamentos. Máscaras, roupas utilizadas em festejos, instrumentos musicais artesanais, bandeiras de grupos religiosos ou enfeites empregados em celebrações populares revelam muito sobre as tradições e a identidade cultural da comunidade.

Além disso, há elementos produzidos pelos próprios moradores que também fazem parte da cultura material local. Bancos de madeira confeccionados por carpinteiros da região, portas entalhadas, grades construídas manualmente, esculturas religiosas, brinquedos artesanais ou utensílios feitos com materiais simples podem evidenciar as habilidades técnicas, a criatividade e os conhecimentos transmitidos entre gerações.

Outros exemplos importantes incluem cadernos de receitas guardados pelas famílias, moldes de costura utilizados por costureiras locais, utensílios empregados na produção de doces tradicionais, instrumentos de pesca, redes de dormir tecidas manualmente e objetos usados no preparo de alimentos típicos. Em muitos casos, o valor desses itens não está apenas no objeto em si, mas no conhecimento a ele associado – o modo de preparar um prato tradicional, a técnica de construir um instrumento ou a forma de produzir determinado artesanato.

2.7. OBJETOS, SABERES LOCAIS E ECONOMIA COMUNITÁRIA

Esses elementos da cultura material não representam apenas vestígios do passado; eles também podem funcionar como pontos de conexão entre memória, identidade e economia local. Quando reconhecidos e valorizados, esses objetos e saberes podem ser reinterpretados como recursos culturais capazes de fortalecer o sentimento de pertencimento da comunidade e, ao mesmo tempo, abrir possibilidades de geração de renda. Isso pode ocorrer, por exemplo, por meio da produção de artesanato inspirado em objetos tradicionais, da criação de lembranças culturais para visitantes ou da organização de atividades que valorizem os saberes locais.

Entre as possibilidades de uso da cultura material está a criação de pequenos espaços de exposição comunitária. Esses espaços podem funcionar em escolas, centros culturais, igrejas, associações

de moradores ou até mesmo em casas adaptadas para essa finalidade. Neles, objetos antigos ou significativos podem ser apresentados juntamente com relatos e histórias de quem os utilizou, permitindo que moradores e visitantes conheçam melhor a trajetória da comunidade.

Outra iniciativa importante é a realização de oficinas conduzidas por mestres e mestras da cultura local. Nessas atividades, pessoas mais experientes podem ensinar técnicas de artesanato, culinária tradicional, construção de instrumentos, bordado, cerâmica ou outras práticas culturais. Além de preservar conhecimentos, essas oficinas ajudam a aproximar diferentes gerações e a valorizar os saberes da própria comunidade.

Também é possível desenvolver materiais de registro e divulgação, como catálogos, exposições fotográficas, vídeos documentários, livros de memória ou arquivos digitais que contêm a história dos objetos e das pessoas a eles vinculadas. Esses materiais podem ser utilizados em escolas, projetos educativos e atividades culturais, contribuindo para a preservação e a difusão da memória local.

Outra forma de valorizar a cultura material é incluí-la em roteiros de memória ou em iniciativas de turismo de base comunitária, como a realizada na comunidade indígena do Catu. Nesse tipo de atividade, os moradores podem apresentar locais importantes, mostrar objetos antigos, contar histórias sobre o modo de vida da comunidade e demonstrar técnicas tradicionais de produção. Além disso, feiras culturais, festivais gastronômicos, exposições de artesanato e encontros de saberes também podem ser organizados a partir desses elementos.

Assim, trabalhar com a cultura material não significa apenas coletar ou exibir objetos, mas compreender e valorizar as histórias, experiências e conhecimentos que eles carregam. Ao reconhecer esses elementos como parte importante do patrimônio local, a comunidade fortalece sua identidade, preserva suas memórias e cria possibilidades de desenvolvimento cultural, educativo e econômico a partir de seus próprios saberes e tradições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura material mostra que a história das comunidades não está presente apenas em documentos escritos, arquivos oficiais ou grandes monumentos. Ela também se manifesta nos objetos cotidianos, nas ferramentas de trabalho, nas fotografias, nas roupas, nas casas, nos utensílios domésticos, nos objetos religiosos, nos artefatos artesanais e nas tecnologias que acompanham a vida das pessoas. Esses elementos carregam memórias, revelam práticas sociais, expressam identidades e ajudam a compreender como diferentes grupos constroem sentidos para suas experiências ao longo do tempo.

Valorizar a cultura material de uma comunidade significa reconhecer que seus objetos e saberes são parte importante de seu patrimônio histórico e cultural. Quando identificados, registrados e compartilhados de forma participativa, esses bens fortalecem o sentimento de pertencimento, aproximam gerações, preservam conhecimentos tradicionais e podem contribuir para projetos educativos, culturais e econômicos. Assim, trabalhar com a cultura material não é apenas conservar objetos, mas compreender as histórias, os usos, os afetos e os significados que eles carregam para as pessoas e comunidades que os produziram, utilizaram e preservaram.

CAPÍTULO 3

CULTURA IMATERIAL: SABERES, MANIFESTAÇÕES E PRÁTICAS COMO PATRIMÔNIOS VIVOS

INTRODUÇÃO

A cultura imaterial está presente nas práticas, saberes, festas, crenças, músicas, danças, histórias e modos de fazer que fazem parte da vida das comunidades. Ela aparece principalmente nas ações das pessoas e nos conhecimentos que passam de uma geração para outra. Por isso, quando uma comunidade ensina uma receita tradicional, realiza uma festa religiosa, cultiva plantas medicinais ou conta histórias antigas, ela está mantendo viva uma parte importante de sua memória e de sua identidade.

Neste capítulo, vamos estudar a cultura imaterial a partir de exemplos concretos, como o Jardim da Cura e o Sistema Agrícola Tradicional das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira. Também vamos compreender por que as memórias são importantes, como os saberes tradicionais podem ser usados como fontes históricas e de que maneira festas, rituais, ofícios e práticas comunitárias ajudam a fortalecer o sentimento de pertencimento. Além disso, veremos formas

de pesquisar, registrar e valorizar essas manifestações culturais com respeito às comunidades que as preservam.

3.1 NO JARDIM DA CURA

Vamos iniciar nossas reflexões sobre a cultura imaterial apresentando dois exemplos: o Jardim da Cura, na comunidade indígena Catu, localizada entre os municípios de Canguaretama e Goianinha, no Rio Grande do Norte. Esse espaço pode ser pensado tanto a partir da cultura material quanto da cultura imaterial.

No caso desta última, sua importância se explica pelas ritualidades associadas às práticas de cura realizadas com plantas medicinais, que envolvem religiosidades, crenças e apropriações simbólicas. Trata-se de um saber de cura relacionado ao conhecimento e ao uso das diversas plantas cultivadas no local, aprendido e transmitido ao longo de gerações. Esse conhecimento é preservado principalmente por meio da oralidade, sendo compartilhado de mãe para filha e, assim, sucessivamente.

O segundo exemplo é uma prática reconhecida como patrimônio cultural imaterial brasileiro: o Sistema Agrícola Tradicional (SAT) das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira. Trata-se de um patrimônio cultural de grande densidade histórica e simbólica, profundamente vinculado às experiências coletivas desses grupos. Constitui um legado cultural complexo que reúne práticas produtivas, saberes tradicionais e modos próprios de organização da vida, também transmitidos entre gerações ao longo do tempo.

Nesse contexto, o cultivo da terra não se limita à produção de alimentos, estando articulado a diversas manifestações culturais, como a música, a dança e outras formas de expressão presentes no cotidiano comunitário. Entre as práticas agrícolas características, destaca-se o manejo das roças de coivara itinerantes, nas quais se cultivam principalmente mandioca, milho, feijão e arroz. Contudo,

o sistema envolve uma diversidade muito mais ampla, abrangendo o manejo de mais de 240 variedades de plantas alimentares, medicinais e de uso utilitário, empregadas também na construção e na confecção de artefatos.

Grande parte dessas espécies corresponde às chamadas variedades crioulas, conservadas, selecionadas e trocadas entre as comunidades. Essa prática fortalece os laços sociais e assegura a continuidade dos conhecimentos tradicionais associados ao manejo da biodiversidade local.

A cultura imaterial constitui um dos elementos fundamentais para a compreensão das sociedades humanas e para a preservação das memórias coletivas. Diferentemente da cultura material – que se manifesta por meio de objetos, monumentos, edifícios ou artefatos, como foi possível observar no capítulo anterior —, a cultura imaterial está presente nas vivências e práticas cotidianas, nos saberes tradicionais, nas celebrações, nas crenças e nas formas de expressão transmitidas de geração em geração.

Trata-se, portanto, de um patrimônio vivo, dinâmico e em constante movimento e transformação, que acompanha as mudanças sociais, mas também carrega profundas marcas da história e da identidade dos grupos e das comunidades que o praticam. Reconhecer, documentar e valorizar essas manifestações significa compreender que a história das comunidades não se encontra apenas nos documentos escritos ou nos objetos preservados em museus, mas também nas experiências vividas, nas narrativas orais, nos rituais coletivos e nos modos de fazer que estruturam a vida social.

O reconhecimento da importância da cultura imaterial ganhou destaque nas últimas décadas, especialmente após a criação, pela UNESCO, da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, que estabeleceu diretrizes internacionais para a valorização e a proteção dessas expressões culturais. A partir desse marco, diversos países passaram a desenvolver políticas públicas

voltadas ao registro, à salvaguarda e à promoção das práticas culturais tradicionais, compreendendo que tais manifestações constituem um patrimônio essencial para a diversidade cultural e para o fortalecimento das identidades coletivas, além de incentivar sua valorização pelas próprias comunidades e pela sociedade em geral.

No contexto brasileiro, as políticas de reconhecimento e preservação da cultura imaterial são conduzidas principalmente pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, instituição governamental responsável por identificar, registrar e promover manifestações culturais consideradas relevantes para a memória e a identidade do país. Esse processo envolve e procura garantir a participação das comunidades detentoras dos saberes e das práticas culturais, reforçando a ideia de que o patrimônio cultural não pode ser compreendido apenas como objeto de estudo acadêmico, mas como uma dimensão viva da experiência social.

3.2. CULTURA IMATERIAL: PRÁTICAS VIVAS E PATRIMÔNIOS EM MOVIMENTO

A cultura imaterial pode ser compreendida como o conjunto de práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas que as comunidades reconhecem como parte de seu patrimônio cultural. Esses elementos são transmitidos por meio da convivência cotidiana, da oralidade, da participação em rituais e celebrações e da aprendizagem direta com os mais velhos ou com os mestres de determinado ofício ou tradição.

Como no primeiro exemplo apresentado neste texto, podemos pensar no ofício de cura exercido por Maria Baixinha em seu Jardim da Cura. As práticas relacionadas ao cultivo das plantas medicinais, à preparação dos remédios delas derivados e ao uso de conhecimentos e religiosidades associados à natureza constituem saberes que não podem simplesmente desaparecer com quem os

prática. Para que continuem existindo, precisam ser transmitidos às novas gerações, da mesma forma que foram ensinados e preservados ao longo do tempo.

Ao contrário dos bens materiais, que podem ser preservados fisicamente em museus ou arquivos, a cultura imaterial depende da continuidade das práticas e da participação ativa das comunidades para permanecer viva. Não se trata, portanto, de algo que possa ser simplesmente guardado ou congelado no tempo. Pelo contrário, ela se transforma constantemente, adaptando-se às novas realidades sociais, aos contextos históricos e às mudanças culturais.

Nesse sentido, compreender a cultura imaterial implica reconhecer que a memória coletiva se constrói por meio de experiências compartilhadas, daquilo que é transmitido, repassado e vivido como prática permanente no cotidiano dos diversos grupos sociais. Festas populares, rituais religiosos, danças, músicas, narrativas orais e práticas culinárias são exemplos de expressões que carregam significados profundos para as comunidades que as vivenciam. Elas expressam formas de pertencimento, identidades culturais, vínculos afetivos com o território e modos de compartilhar experiências e conhecimentos.

Para identificar, compreender e, inclusive, possibilitar a preservação dessas manifestações para as futuras gerações, algumas perguntas podem orientar os processos de investigação e escuta nas comunidades: quais são as festas ou tradições celebradas ao longo do ano? Quem são os mestres e as mestras responsáveis pela transmissão dos conhecimentos tradicionais? Que músicas, danças ou histórias são compartilhadas nos momentos festivos ou religiosos? De que maneira esses saberes são ensinados às novas gerações?

Essas questões revelam que a cultura imaterial constitui um sistema complexo de relações sociais, memórias e significados que estruturam a vida comunitária e contribuem para sua permanência ao longo do tempo.

3.3. POR QUE GUARDAMOS MEMÓRIAS? AS MEMÓRIAS CONSTROEM NOSSA IDENTIDADE?

Guardamos memórias porque elas são fundamentais para dar sentido à experiência humana. A memória organiza o passado, orienta o presente e projeta o futuro. Sem memória, não há continuidade social nem reconhecimento de pertencimento.

As memórias são construídas coletivamente. Elas não pertencem apenas aos indivíduos, mas também são compartilhadas por grupos, comunidades e sociedades. Ao lembrar, as pessoas não apenas recordam fatos, mas reinterpretem experiências, atribuem significados e reforçam vínculos sociais.

Sim, as memórias são fundamentais para a construção das identidades. É por meio delas que indivíduos e grupos reconhecem suas origens, suas trajetórias e seus valores. A identidade não é algo fixo, mas um processo em constante construção, alimentado pelas experiências vividas e compartilhadas.

Quando uma comunidade celebra uma festa tradicional, conta histórias antigas ou mantém práticas culturais, ela reafirma sua identidade. Nesse sentido, memória e identidade constituem dimensões inseparáveis, pois as lembranças compartilhadas ajudam a definir quem somos, de onde viemos e como nos reconhecemos como parte de um grupo.

3.4. SABERES E FAZERES COMO FONTES HISTÓRICAS

Os saberes tradicionais constituem importantes fontes para a compreensão da história social e cultural das comunidades. Ofícios como a pesca artesanal, com seus tempos e técnicas específicos; a agricultura familiar, associada ao manejo da natureza e à preservação de diversas espécies de plantas e animais; a produção de artesanato, que envolve a retirada da matéria-prima de forma equilibrada e

sustentável; a costura, a carpintaria e a construção com barro – como vimos no exemplo de Moita Redonda – representam conhecimentos acumulados ao longo de gerações e transmitidos por meio da prática, da observação e da convivência cotidiana.

Esses saberes não são apenas técnicas de trabalho, mas expressam formas de relação com o ambiente natural, com o território e com a organização social das comunidades. A pesca artesanal, por exemplo, envolve conhecimentos sobre os ciclos das marés, as épocas de reprodução das espécies e os sinais da natureza que indicam os melhores momentos para a captura dos peixes. Esses conhecimentos são aprendidos na convivência cotidiana entre pescadores mais experientes e os mais jovens, constituindo uma verdadeira escola de saberes tradicionais.

Da mesma forma, a agricultura familiar incorpora conhecimentos sobre o manejo do solo, o cultivo de diferentes espécies e os ritmos da natureza. Em muitas comunidades rurais, os ciclos de plantio e colheita são acompanhados por celebrações religiosas e festas comunitárias, reforçando a dimensão simbólica, cultural e social dessas práticas.

Outros exemplos importantes de saberes tradicionais podem ser encontrados nas práticas de cura e nos conhecimentos populares sobre plantas medicinais. Parteiras tradicionais, benzedeiros e curandeiros desempenham papéis fundamentais na vida de muitas comunidades, transmitindo conhecimentos ancestrais relacionados aos cuidados com o corpo, à saúde e ao nascimento. Esses saberes, construídos ao longo de gerações, integram experiências práticas, observações da natureza e tradições culturais que continuam a orientar a vida comunitária em diversos contextos.

Além disso, manifestações culturais como o maracatu, o reisado, a congada e o samba de roda representam importantes expressões da cultura popular brasileira. Essas manifestações articulam música, dança, religiosidade e memória histórica, refletindo as influências

indígenas, africanas e europeias que contribuíram para a formação da diversidade cultural do país. Ao serem praticadas e transmitidas entre gerações, preservam saberes, fortalecem identidades coletivas e mantêm vivas importantes tradições culturais.

Os mestres de capoeira, os cantadores populares, as cozinheiras tradicionais e os artesãos também desempenham papel essencial na preservação e na transmissão desses conhecimentos. Muitas vezes, esses saberes são ensinados em espaços informais de aprendizagem, como rodas de conversa, quintais, cozinhas, terreiros e encontros comunitários. Nesses ambientes, o aprendizado ocorre por meio da convivência, da observação e da prática, fortalecendo os vínculos entre as gerações e contribuindo para a continuidade das tradições culturais.

3.5. MANIFESTAÇÕES CULTURAIS, RELIGIOSAS E ARTÍSTICAS

As festas e celebrações constituem momentos privilegiados de expressão da cultura imaterial. Nessas ocasiões, as comunidades se reúnem para celebrar suas tradições, reforçar laços sociais e transmitir conhecimentos culturais às novas gerações.

Romarias, procissões, festas de padroeiro, folguedos populares e celebrações religiosas representam ocasiões em que diferentes dimensões da vida comunitária se articulam. Música, dança, culinária, devoção religiosa e sociabilidade combinam-se para produzir experiências coletivas que fortalecem o sentimento de pertencimento e reafirmam identidades culturais compartilhadas.

Mapear essas manifestações culturais é um passo importante para reconhecer a diversidade de práticas existentes em determinado território. Uma estratégia interessante consiste na elaboração de um calendário cultural comunitário, construído de forma participativa pelos moradores e com a colaboração de diferentes grupos da comunidade.

Esse calendário pode incluir festas populares e religiosas, datas relacionadas à memória coletiva da comunidade, eventos artísticos e culturais e ciclos produtivos associados aos saberes tradicionais, como períodos de colheita, mutirões agrícolas ou celebrações ligadas às atividades de pesca.

A construção de um calendário cultural permite visualizar a riqueza das manifestações culturais presentes em um território e compreender como elas se articulam aos ritmos da vida social, aos ciclos da natureza e às transformações históricas vividas pelas comunidades.

3.6. FORMAS DE REGISTRO E SALVAGUARDA DA CULTURA IMATERIAL

A documentação da cultura imaterial representa um desafio particular, pois envolve práticas vivas e dinâmicas que não podem ser reduzidas apenas a registros estáticos. Ainda assim, o registro dessas manifestações é importante para fortalecer processos de valorização cultural e apoiar políticas de salvaguarda.

Entre as formas de documentação mais utilizadas estão as entrevistas com mestres e praticantes das tradições culturais, a gravação de cantos, histórias e narrativas orais, a produção de fotografias e vídeos de festas e rituais, além da elaboração de cadernos de receitas, registros de técnicas artesanais e relatos de experiências comunitárias.

No entanto, o processo de registro deve ser conduzido com sensibilidade e respeito às comunidades envolvidas. É fundamental que os pesquisadores ou agentes culturais estabeleçam relações de confiança com os detentores dos saberes e obtenham autorização para registrar e divulgar as práticas culturais.

Alguns cuidados éticos são essenciais nesse processo. Em primeiro lugar, é necessário perguntar aos praticantes se a prática pode ser registrada e de que forma esses registros poderão ser utilizados. Em segundo lugar, é importante reconhecer a autoria coletiva das

tradições culturais e evitar a apropriação indevida desses conhecimentos produzidos pelas comunidades.

Outro aspecto importante consiste em evitar a transformação das práticas culturais em espetáculos turísticos ou produtos comerciais sem a participação e o consentimento das comunidades envolvidas. A cultura imaterial deve ser valorizada como expressão legítima da vida social e não apenas como recurso econômico. Por essa razão, as estratégias de salvaguarda devem priorizar a participação ativa dos detentores dos saberes na definição das formas de registro, preservação e divulgação das práticas culturais.

3.7. CULTURA IMATERIAL COMO POLÍTICA DE MEMÓRIA E RESISTÊNCIA

A valorização da cultura imaterial também pode ser compreendida como uma forma de política de memória e resistência. Ao reconhecer e registrar os saberes e práticas das comunidades, cria-se um espaço para a afirmação das identidades culturais e para o fortalecimento dos vínculos sociais.

Muitas comunidades historicamente marginalizadas encontram, na valorização de suas tradições culturais, uma forma de afirmar sua presença e sua contribuição para a formação da sociedade. Nesse sentido, a cultura imaterial torna-se um instrumento de resistência cultural e de luta pelo reconhecimento social.

Diversas iniciativas podem ser desenvolvidas para promover a valorização da cultura imaterial nos territórios. Entre elas, destacam-se projetos de educação patrimonial voltados para escolas e comunidades, oficinas de transmissão de saberes tradicionais, rodas de histórias com moradores mais velhos e encontros culturais que incentivem a participação das novas gerações.

Outra estratégia importante consiste no reconhecimento formal de determinadas práticas culturais como patrimônio imaterial em

nível municipal, estadual ou nacional. Esse reconhecimento pode contribuir para ampliar a visibilidade das manifestações culturais e mobilizar políticas públicas de apoio às comunidades.

Além disso, a criação de espaços comunitários de cultura e memória pode favorecer a preservação e a transmissão dos saberes tradicionais. Esses espaços podem abrigar acervos de fotografias, gravações de histórias e músicas, registros de receitas tradicionais e documentos relacionados à história local. O quadro 1 apresenta metas, estratégias e exemplos da investigação e valorização da cultura material. Mas, em todas as etapas descritas, é fundamental respeitar os praticantes e detentores dos saberes, solicitar autorização para registros e garantir a participação da comunidade nas decisões sobre preservação, divulgação e uso das informações coletadas.

Quadro 1 – Como pesquisar, registrar e valorizar a cultura imaterial

Objetivo	O que fazer?	Exemplos
Pesquisar a cultura imaterial	Realizar escuta ativa com moradores, especialmente mestres e pessoas mais velhas; acompanhar festas, rituais e atividades do cotidiano; produzir registros audiovisuais; identificar agentes culturais e práticas tradicionais; envolver a comunidade em todas as etapas da pesquisa; analisar os significados históricos e culturais das práticas observadas.	Festas religiosas, danças, cantorias, culinária tradicional, práticas de cura, modos de cultivo, narrativas orais e formas de organização comunitária.

<p>Utilizar memórias e identidades em memoriais e exposições</p>	<p>Incorporar depoimentos de moradores; exibir vídeos, fotografias e gravações; criar ambientes que reproduzam sons, imagens e contextos das práticas culturais; promover apresentações ao vivo com praticantes; construir narrativas baseadas nas histórias da comunidade.</p>	<p>Exposição com relatos de moradores, vídeos de celebrações religiosas, apresentações de grupos culturais, mostras de receitas tradicionais e histórias locais.</p>
<p>Trabalhar a cultura imaterial na comunidade</p>	<p>Mobilizar os moradores; identificar saberes e práticas culturais; registrar entrevistas e atividades; validar as informações junto à comunidade; organizar acervos de memória; compartilhar resultados em eventos e exposições; promover oficinas com mestres e mestras; integrar as ações a projetos educativos e comunitários.</p>	<p>Oficinas de transmissão de saberes, rodas de conversa, feiras culturais, calendários comunitários, acervos digitais de memória e projetos de educação patrimonial.</p>

Produzido pelo autor (xxxx, 2026)

Além dessas ideias e exemplos, iniciativas como a produção de cartografias afetivas do território, a elaboração de livros de receitas tradicionais, a gravação de cantorias populares ou a organização de álbuns comunitários das festas e celebrações representam formas criativas de registrar e valorizar a cultura imaterial. Mais do que preservar registros, essas iniciativas contribuem para criar o que

se pode chamar de “acervo vivo” das comunidades – um conjunto de memórias, experiências e conhecimentos que continuam sendo praticados e reinventados ao longo do tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura imaterial mostra que a história de uma comunidade não está apenas nos livros, documentos, monumentos ou museus. Ela também está nas memórias, nas festas, nas histórias contadas pelos mais velhos, nos saberes de cura, nas práticas agrícolas, nas músicas, nas danças, nas comidas e nos modos de viver. Essas práticas ajudam as pessoas a reconhecerem suas origens, seus valores e seus vínculos com o lugar onde vivem.

Por isso, valorizar a cultura imaterial é uma forma de proteger memórias, fortalecer identidades e respeitar a diversidade cultural. Para que essas práticas continuem existindo, é importante escutar as comunidades, registrar seus saberes com autorização, incentivar a transmissão entre gerações e criar ações de educação patrimonial. Assim, a cultura imaterial permanece viva, não como algo parado no passado, mas como uma herança que continua sendo praticada, ensinada e transformada no presente.

CAPÍTULO 4

FONTES DOCUMENTAIS INSTITUCIONAIS: O QUE OS REGISTROS DO PODER E DA VIDA ASSOCIATIVA PODEM REVELAR

INTRODUÇÃO

No exercício de suas atividades, instituições públicas, estatais, privadas, civis e associativas produzem documentos para cumprir as funções e os objetivos para os quais foram criadas. Essa produção aparece em situações corriqueiras, como a emissão de uma Carteira Nacional de Habilitação, a matrícula de um aluno em uma escola, o registro da compra de um bem, a abertura de um boletim de ocorrência ou o acompanhamento de processos administrativos, judiciais ou associativos. Em todos esses casos, são geradas informações que circulam no âmbito institucional, obedecendo a normas, prazos e procedimentos, compondo sistemas burocráticos de registro, controle e preservação.

Este capítulo discute como esses documentos institucionais podem ser utilizados na construção da história de comunidades. Atas, ofícios, leis, relatórios, processos administrativos, estatutos, petições, registros de associações e outros documentos revelam como governos, organizações, movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos,

associações de moradores e instituições privadas atuaram ao longo do tempo. Simultaneamente, esses registros permitem perceber tanto as presenças quanto as ausências de sujeitos e grupos sociais, possibilitando a construção de narrativas oficiais ou leituras “a contrapelo”, capazes de revelar lutas por direitos, trajetórias coletivas, mecanismos de poder e experiências comunitárias muitas vezes invisibilizadas.

4.1. O QUE SÃO DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS?

Os documentos institucionais são registros produzidos ou acumulados por instituições no exercício de suas funções administrativas, jurídicas, políticas, econômicas, educacionais, religiosas, culturais ou associativas. Eles resultam de atividades organizadas, obedecem a determinadas normas e procedimentos e servem para registrar decisões, comprovar ações, controlar processos, comunicar informações ou preservar a memória de determinada instituição.

Na arquivologia, os documentos institucionais são classificados segundo o ciclo vital: arquivo corrente, em uso frequente nas rotinas administrativas; arquivo intermediário, quando deixam de ser consultados cotidianamente, mas ainda precisam ser guardados por razões legais ou administrativas; e arquivo permanente ou histórico, quando adquirem valor histórico, probatório ou informativo e passam a ser preservados indefinidamente.

Essa classificação ajuda a desfazer o equívoco do senso comum que chama de “arquivo morto” aquilo que, na prática, pode conter informações essenciais para compreender processos sociais, lutas e memórias. “Morto” é apenas o interesse momentâneo da instituição, não o valor para a história.

As tabelas de temporalidade – como as definidas pelo Arquivo Nacional e por arquivos estaduais ou municipais – indicam prazos de guarda e critérios para destinação final de cada tipo documental, refletindo a diversidade e a complexidade das ações institucionais.

No setor público, sua elaboração e aplicação são, em geral, previstas em lei e fazem parte da política nacional de arquivos. Contudo, na prática, nem todas as instituições públicas possuem ou utilizam de forma sistemática tais tabelas. No caso das instituições privadas, seu uso não é obrigatório, embora seja altamente recomendável para a gestão e preservação documental. A ausência de uma política arquivística pode levar à perda de informações relevantes para a memória coletiva e para a história local.

É nesse universo que encontramos os chamados gêneros documentais institucionais, categorias que reúnem documentos com características formais e funções semelhantes, produzidos no exercício de atividades administrativas, jurídicas, técnicas, contábeis, comunicacionais ou culturais. Entre eles, encontram-se os administrativos, como atas, memorandos, relatórios e correspondências internas; os jurídicos e normativos, como leis, decretos, regulamentos, contratos e estatutos; os financeiros e contábeis, como balancetes, notas fiscais, recibos e prestações de contas; os cadastrais e de controle, como fichas, registros, prontuários e cadastros de associados; os técnicos e científicos, como laudos, pareceres, projetos e plantas; e os iconográficos e audiovisuais, como fotografias, cartazes e vídeos institucionais.

Essa lista não é exaustiva: diferentes contextos podem apresentar documentos híbridos ou formatos específicos que merecem atenção. Conhecer essa tipologia é fundamental para orientar a busca, a análise e a interpretação das fontes, ampliando as possibilidades de reconstruir histórias locais e coletivas.

Apesar de não se configurarem como documentos institucionais, a construção da história de comunidades pode se beneficiar dos chamados acervos pessoais e/ou familiares. Esses acervos reúnem documentos produzidos ou acumulados por indivíduos ou núcleos familiares no decorrer de suas vidas, refletindo dimensões íntimas, profissionais, afetivas e sociais. São formados por uma ampla diversidade de suportes e gêneros documentais: correspondências,

diários, fotografias, cartões, diplomas, documentos de identificação, registros escolares, certidões, recortes de jornais, agendas, cadernos de anotações, registros audiovisuais, entre outros.

Esses acervos pessoais, diferenciam-se das fontes institucionais porque não respondem a uma lógica formal de produção e guarda ditada por normas administrativas, mas a critérios pessoais, afetivos ou circunstanciais, o que lhes confere organização e preservação muitas vezes fragmentárias. Por isso, podem revelar aspectos da vida cotidiana, das redes de sociabilidade e das experiências individuais que não aparecem nos registros oficiais.

Ao mesmo tempo, assim como nos arquivos institucionais, há escolhas e omissões no que se preserva, e é necessário considerar essas lacunas e subjetividades na interpretação. Quando cruzados com documentos institucionais, acervos pessoais podem complementar ou tensionar narrativas oficiais, contribuindo para uma história mais plural e sensível às vozes que compõem o tecido social.

Entretanto, é importante reconhecer que nem todas as pessoas ou famílias têm condições de constituir e manter acervos pessoais. Questões econômicas, sociais e culturais influenciam diretamente o que é possível guardar e como isso é preservado ao longo do tempo.

Em muitos casos, documentos e objetos se perdem por falta de espaço físico, pela necessidade de reutilizar materiais ou pela ausência de meios adequados para a conservação. Essa realidade não é exclusiva das famílias: mesmo instituições públicas ou privadas enfrentam dificuldades semelhantes, especialmente quando não dispõem de políticas de gestão documental, de profissionais capacitados ou de infraestrutura para a guarda.

Essa constatação leva a uma questão fundamental para a construção da história de comunidades: a lógica de existência e acesso aos acervos. Não basta que documentos e objetos tenham sido produzidos; é necessário que estejam organizados, preservados e disponíveis para consulta.

Sem isso, memórias e informações correm o risco de se perder, comprometendo a possibilidade de compreender o passado de maneira mais ampla e diversa. Essa reflexão serve de ponte para o próximo passo: discutir como identificar, reunir e estruturar acervos de diferentes origens – sejam institucionais ou pessoais –, de modo que possam, de fato, servir à preservação e à difusão da memória coletiva.

4.2. ONDE ENCONTRAR E COMO ACESSAR DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS?

Até aqui, chegamos à conclusão de que todas as instituições, sejam públicas ou privadas, e mesmo pessoas, grupos e famílias, produzem registros no exercício de suas atividades ou na vivência de seu cotidiano. Contudo, a mera produção não garante que esses registros estarão disponíveis para consulta no futuro.

É necessário que tenham sobrevivido ao desgaste natural dos materiais, às condições ambientais desfavoráveis, a possíveis desastres e, sobretudo, às decisões – conscientes ou não – de descartá-los, perdê-los ou negligenciar seu cuidado. Muitos conjuntos documentais acabam dispersos, fragmentados ou desaparecem por completo, restando apenas lembranças ou referências indiretas à sua existência.

Para que esses registros possam ser efetivamente conhecidos e utilizados, não basta que estejam guardados: eles precisam estar organizados e descritos de forma a serem identificados, localizados e compreendidos. Não basta saber que existem documentos de determinadas instituições; é necessário saber quais documentos existem, onde estão acondicionados e localizados.

Isso envolve a existência de critérios claros de arranjo e de instrumentos que orientem a busca – inventários, catálogos, guias e bases de dados –, além de condições mínimas de preservação

física e digital. Assim, em muitos casos, a construção da história de comunidades demanda, como passo inicial, a própria localização e reunião de materiais que se encontram dispersos, seja em armários de associações comunitárias, em arquivos de pequenas instituições privadas ou em gavetas de residências. Trata-se de um trabalho que exige cuidado técnico, inclusive para lidar com documentos que podem ter forte valor simbólico e afetivo.

O acesso a documentos institucionais varia conforme o tipo de instituição, a legislação vigente e a política interna de gestão documental. Em instituições privadas – como associações, sindicatos, igrejas, empresas ou organizações não governamentais –, o acesso depende de autorização interna.

Muitas vezes, a aproximação é facilitada por contatos pessoais, pela participação em atividades da entidade ou pelo estabelecimento de parcerias de pesquisa. É importante que o pesquisador ou a pesquisadora apresente claramente seus objetivos, assegure a confidencialidade quando necessário e respeite os procedimentos internos.

No caso de instituições públicas, a Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527/2011) garante o direito de qualquer pessoa solicitar e obter dados e registros de interesse público, desde que não estejam protegidos por sigilo legal. Isso inclui registros produzidos ou acumulados no exercício das funções públicas, estejam eles em arquivos correntes, intermediários ou permanentes. Em muitas cidades e estados, arquivos públicos e centros de documentação oferecem atendimento presencial e remoto, com consultas a bases digitais ou a acervos físicos.

Existem instituições arquivísticas criadas especificamente para promover a guarda, a preservação e as condições de acesso aos documentos permanentes e/ou históricos da administração pública, nos diferentes âmbitos: municipal, estadual e federal. Assim, os arquivos podem ser alguns dos primeiros lugares em que podemos identificar a existência de acervos relacionados às demandas de

produção da História de comunidades. Bibliotecas públicas e centros de memória também podem se constituir como espaços de guarda de documentação pertinente.

No âmbito dos arquivos, centros de documentação e instituições similares que apresentam seus acervos organizados, o acesso aos instrumentos de pesquisa é uma etapa fundamental e prévia à consulta direta dos documentos. Esses instrumentos, que podem assumir a forma de guias, inventários, catálogos ou índices, têm a função de descrever, em diferentes níveis de detalhe, os fundos documentais existentes, permitindo ao pesquisador identificar a natureza, a abrangência cronológica, a procedência e o conteúdo das séries e dos dossiês preservados.

Em termos técnicos, são recursos de descrição arquivística elaborados segundo normas específicas, que possibilitam a organização sistemática das informações e favorecem a recuperação dos documentos. Ao consultar um guia ou inventário, o pesquisador não acessa imediatamente o documento em si, mas obtém uma visão panorâmica e estruturada do que pode ser encontrado no acervo, otimizando a busca e evitando a dispersão de esforços. Desse modo, os instrumentos de pesquisa funcionam como pontes entre o acervo acumulado e o público usuário, podendo orientar a formulação de perguntas, a delimitação de temas de pesquisa e a seleção dos documentos que efetivamente serão consultados.

Cada vez mais, instituições arquivísticas e centros de documentação vêm digitalizando seus acervos e disponibilizando instrumentos de pesquisa on-line, ampliando as possibilidades de acesso às fontes históricas, inclusive de fontes sobre a experiência de comunidades. Alguns exemplos são apresentados no Quadro 1.

Quadro 2 – Arquivos digitais para a pesquisa sobre história de comunidade

Arquivo Nacional (AN)

Responsável pela gestão do patrimônio documental da administração pública federal, disponibiliza o **Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)**, que permite pesquisar documentos produzidos por órgãos do Executivo, do Judiciário e por diferentes instituições e pessoas cujos acervos foram incorporados ao Arquivo Nacional.

Acesso: <https://sian.an.gov.br>

Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)

Possui acervos que abrangem do período colonial à atualidade, incluindo documentos administrativos, cartográficos, iconográficos, jornais e coleções especiais. Disponibiliza o **Arquivo Público Digital** e o **Guia do Acervo** para consulta remota.

Acesso: <https://www.arquivoestado.sp.gov.br>

Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA)

Reúne principalmente processos judiciais cíveis e criminais produzidos entre os séculos XVIII e XX, constituindo importante fonte para pesquisas sobre a história social e cultural da Amazônia.

Acesso: <https://cma.ufpa.br>

Dica para o pesquisador: Antes de consultar os documentos, procure os guias, inventários e catálogos disponíveis nessas instituições. Esses instrumentos ajudam a identificar os fundos documentais existentes e a localizar mais rapidamente as fontes relacionadas ao tema de pesquisa.

Sob a guarda do Arquivo Nacional, há documentos que datam do período colonial ao tempo presente. Assim, é possível encontrar documentos relacionados a diferentes ministérios ao longo da existência

do Estado brasileiro, bem como a órgãos dos serviços de informação do período da Ditadura Militar (1964–1985), à Polícia da Corte, no período imperial, e a acervos de jornais, como o *Correio da Manhã*.

Para pesquisar na plataforma, é necessário acessar o portal do SIAN. Recomenda-se realizar um cadastro simples para utilizar todas as funcionalidades de busca. A interface permite pesquisar por fundos e coleções ou utilizar a ferramenta Pesquisa Digital 2.0 para explorar documentos digitalizados.

Cabe destacar que o acervo não é composto apenas por documentos textuais escritos, mas também por fotografias, mapas, filmes e registros sonoros, entre outros tipos documentais. É possível realizar buscas a partir de nomes, assuntos e termos diversos. Com o uso de filtros, as pesquisas podem ser refinadas, permitindo, por exemplo, organizar os resultados por ordem cronológica ou por outros critérios disponíveis na plataforma.

O APESP é uma das mais importantes instituições de guarda documental do Brasil, com um acervo que se estende desde manuscritos do período colonial até registros contemporâneos, contemplando documentos de natureza pública e privada, além de diferentes gêneros documentais, como materiais iconográficos e cartográficos. Além disso, abriga uma hemeroteca e uma biblioteca de apoio à pesquisa.

O APESP organiza seus documentos em diversos fundos documentais de origens variadas. Entre eles, destacam-se os acervos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), do jornal *Última Hora*, bem como fundos cartoriais e universitários.

O acervo da Rede Ferroviária Federal, sob custódia do APESP, inclui cerca de 150 mil documentos em diferentes formatos – audiovisuais, iconográficos, sonoros e textuais – produzidos por companhias ferroviárias estaduais e federais de todo o Brasil. Outro conjunto de grande relevância é o acervo da Hospedaria de Imigrantes, que reúne livros de matrícula, listas de passageiros, cartas de chamada e documentos relacionados à imigração e à colonização.

Para orientar a pesquisa, o APESP disponibiliza instrumentos de busca digital, como o Guia do Acervo, que descreve os fundos documentais e as coleções existentes. A plataforma Arquivo Público Digital oferece diferentes formas de navegação, permitindo pesquisas por termos, nomes, localidades, fundos documentais e descritores. O acesso requer cadastro de usuário e possibilita a exploração de diversos documentos digitalizados, ampliando as possibilidades de consulta e pesquisa a distância.

O Centro de Memória da Amazônia (CMA) é vinculado à Reitoria da Universidade Federal do Pará (UFPA) e foi criado em 2007, a partir de um convênio firmado com o Tribunal de Justiça do Pará (TJ-PA). O CMA foi concebido como um espaço de preservação, organização e difusão de acervos documentais fundamentais para a compreensão da história da Amazônia e, em particular, da memória judiciária paraense.

Atualmente, o acervo sob guarda do CMA é composto majoritariamente por processos judiciais cíveis e criminais que datam do século XVIII até a década de 1970. Reúne informações provenientes de diferentes comarcas do interior e da capital do Pará.

O CMA vem promovendo a digitalização de documentos. O Guia do Acervo apresenta uma visão geral da documentação, organizada em grandes categorias, como cível e criminal. É possível realizar buscas nominais, pesquisar por subséries e localizar documentos a partir de nomes de pessoas ou da tipologia processual. Em casos de processos sensíveis, como aqueles que tratam de crimes sexuais, o acesso é restrito e pode ser solicitado mediante requerimento formal ao CMA, preservando a ética e o sigilo necessários.

Praticamente todos os estados brasileiros contam com arquivos públicos, assim como muitas cidades possuem arquivos e centros de memória municipais ou vinculados a universidades. Esses espaços variam bastante em termos de estrutura, recursos e grau de digitalização: enquanto alguns já oferecem plataformas de busca e acervos

digitalizados, outros ainda estão em processo de organização de seus acervos, por vezes com acesso restrito ao conjunto documental. Essa diversidade revela tanto a amplitude quanto as desigualdades da política arquivística no Brasil, evidenciando que o direito de acesso à informação ainda depende, em grande medida, das condições regionais.

Ressaltamos que a existência e o fortalecimento de arquivos estaduais e municipais devem ser compreendidos como parte de uma política pública essencial, diretamente vinculada ao exercício da cidadania. Esses arquivos não se destinam apenas a atender pesquisadores ou a subsidiar políticas culturais, mas se inserem em um campo mais amplo de direitos: o direito de acesso à informação, o direito à memória e o direito à história.

Quando um município ou estado organiza, preserva e garante acesso ao seu patrimônio documental, está assegurando à sociedade o reconhecimento e a valorização de sua própria trajetória coletiva. Nesse sentido, os arquivos cumprem uma função dupla: de um lado, resguardam documentos que fundamentam a transparência administrativa e a responsabilização pública; de outro, mantêm registros que se tornam referências para a construção das identidades locais e regionais, atuando como guardiões de um patrimônio que pertence à coletividade.

A noção de patrimônio documental amplia, portanto, a perspectiva sobre os arquivos, deslocando-os de uma esfera restrita de gestão burocrática para o campo da afirmação de direitos e da preservação da memória social. Reconhecer essa dimensão significa compreender que negar a existência, a preservação ou o acesso a acervos públicos equivale a negar ao cidadão o direito de conhecer e participar de sua própria história.

4.3. COMO ANALISAR DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS?

Analisar documentos produzidos no âmbito institucional, associativo, familiar ou profissional/pessoal – assim como qualquer outro tipo de documento – é sempre um exercício de interpretação

crítica. Esses registros não devem ser vistos apenas como testemunhos fiéis de acontecimentos ou processos, mas como produtos de um contexto específico, criados para atender a finalidades próprias.

No processo de análise, independentemente do tipo, do gênero ou das características documentais, perguntas que podem parecer básicas são fundamentais e servem como elementos basilares para a investigação: quem produziu o documento, por que razão, em que circunstâncias, com que objetivo, para quem foi destinado e como chegou até nós? Questionar a gênese de cada registro – sua autoria, finalidade e trajetória de preservação – permite compreender as intenções que motivaram sua produção e os limites de sua utilização para a pesquisa.

Essa abordagem também ajuda a perceber que a noção de veracidade em documentos precisa ser relativizada. Dizer que um documento é verdadeiro não significa que suas informações sejam neutras ou transparentes. Ele reflete a lógica da instituição que o produziu, obedecendo a regras administrativas, jurídicas ou políticas. Relatórios oficiais podem minimizar problemas; atas podem registrar apenas consensos, apagando divergências; pareceres técnicos podem expressar interesses de grupos específicos.

Durante a ditadura militar (1964–1985), por exemplo, documentos de censura registravam práticas de controle cultural. Como analisa Carlos Fico, os órgãos de repressão estruturavam-se em pilares como espionagem, polícia política, censura e propaganda, criando uma vasta documentação atravessada por interesses políticos e ideológicos.

A censura não se limitava a um controle técnico sobre conteúdos, mas incorporava convenções morais e valores conservadores do regime, influenciando o que podia ou não ser veiculado em jornais, livros, peças teatrais, músicas ou filmes. Assim, os pareceres e relatórios produzidos pelos censores não apenas descreviam a realidade, mas a construía de acordo com a lógica repressiva do período: silenciavam vozes dissonantes, moldavam comportamentos sociais e definiam fronteiras entre o permitido e o proibido.

Desse modo, mais importante do que buscar “fatos crus” nos documentos é compreender o contexto de produção da informação e as intencionalidades que a moldaram. É necessário, portanto, des-sacralizar os documentos.

Esse exemplo mostra que aquilo que está registrado no documento precisa ser interpretado à luz das ideias, dos valores e das intenções vigentes em determinado contexto histórico, bem como do papel desempenhado pelos agentes responsáveis por sua produção. Um relatório de censura, por exemplo, pode registrar o veto a uma canção por considerá-la “subversiva” ou “imoral”, mas tais categorias não traduzem verdades objetivas: refletem os filtros ideológicos da instituição repressiva.

Isso reforça que a análise documental deve ir além da leitura literal, buscando compreender o contexto de produção, as relações de poder envolvidas e os mecanismos de seleção da informação. Em outras palavras, os documentos são sempre construções sociais situadas, que revelam tanto quanto ocultam.

No entanto, se os documentos institucionais e as informações que carregam são limitados por sua gênese de produção, como encontrar neles elementos que permitam escrever uma história das comunidades que escape à lógica exclusiva do poder e da dominação?

A resposta passa por compreender que as próprias instâncias de poder, no exercício de suas funções – inclusive as de controle e repressão —, acabam gerando registros detalhados sobre aqueles que pretendem vigiar. O caso da Ditadura Militar é novamente ilustrativo: os documentos hoje disponíveis no SIAN mostram como os órgãos de informação e repressão, vinculados às Forças Armadas, ao Ministério da Justiça e a outras instâncias do Estado, produziam relatórios, dossiês e correspondências sobre cidadãos considerados “subversivos”.

Esses registros revelam a intensidade da vigilância: pessoas eram acompanhadas não apenas em seu cotidiano no Brasil, mas também no exterior, por meio de despachos do Ministério das

Relações Exteriores. Mesmo após o fim formal do regime, serviços de inteligência continuaram a produzir informações sobre opositores, pelo menos até o início da década de 1990.

Esse tipo de documentação foi central para o trabalho das Comissões da Verdade, criadas em diferentes âmbitos a partir da década de 2010, em especial a Comissão Nacional da Verdade (Lei n.º 12.528/2011). Sua tarefa foi investigar graves violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura, produzindo relatórios que recuperaram nomes, trajetórias e circunstâncias de perseguição e violência.

A utilização desses documentos repressivos pelas comissões ilustra, de maneira contundente, a possibilidade de uma leitura a contrapelo: aquilo que foi escrito para vigiar, perseguir e silenciar pôde ser interpretado como prova histórica das violações cometidas pelo Estado e como registro da resistência de indivíduos e grupos.

Essa experiência evidencia a importância da preservação, da organização e da acessibilidade dos acervos documentais. É justamente porque tais documentos foram guardados que hoje é possível reconstituir aspectos da vida e da luta de comunidades que o poder tentou invisibilizar.

Do mesmo modo, os registros institucionais podem trazer, de forma indireta, informações preciosas sobre a vida de pessoas comuns, permitindo uma leitura a contrapelo do cotidiano. Um exemplo marcante é o trabalho da historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias, em *Quotidiano e Poder*, no qual analisou fontes como processos criminais, documentos policiais e registros administrativos da cidade de São Paulo no século XIX.

Embora esses documentos tenham sido produzidos para finalidades de controle e repressão, quando analisados pela historiadora revelaram a presença ativa das mulheres na vida urbana. Longe de permanecerem restritas ao espaço doméstico, como sugere o senso comum, elas atuavam em feiras, mercados, oficinas e diferentes

atividades do mundo do trabalho, muitas vezes sendo o esteio econômico de suas famílias.

Nesse sentido, documentos originalmente voltados a registrar infrações, disputas ou regulações administrativas acabam, sob outra chave de leitura, evidenciando as estratégias de sobrevivência, a agência e a participação das mulheres nos espaços públicos e produtivos da cidade.

Esse exemplo reforça como a análise crítica de documentos institucionais pode desmontar visões estereotipadas e revelar aspectos invisibilizados da experiência social. Ao lado dos casos de perseguição e repressão, também é possível extrair informações sobre o funcionamento do cotidiano, as práticas econômicas e as redes de sociabilidade. A chave está em compreender que, mesmo produzidos a partir de uma lógica de poder, os documentos carregam fragmentos de vidas ordinárias, capazes de iluminar histórias que escapam às narrativas oficiais.



Túmulo de Severa Romana | Imagem: [Irene Almeida/Diário do Pará](#)

Outro exemplo de como os documentos institucionais podem revelar aspectos da vida cotidiana e contribuir para a história das comunidades, dando visibilidade a sujeitos comuns, é o caso do processo de Severa Romana, jovem lavadeira assassinada em Belém, em 1900, cuja documentação está sob guarda do Centro de Memória da Amazônia (CMA). Embora produzido pelo sistema judicial com o objetivo de registrar um crime, o processo acabou preservando a história de uma mulher simples, grávida e trabalhadora, que resistiu a uma violência brutal. A documentação revela detalhes do assassinato, incluindo o marcante testemunho da parteira Joanna Maria Gadelha, e registra a comoção popular que transformou Severa Romana em uma espécie de santa popular. Sua memória permanece viva no imaginário coletivo belenense, como demonstra a tradição de visitaç o ao seu t mulo no Cemit rio Santa Izabel, onde ainda s o depositadas flores, velas e placas de agradecimento. Assim, documentos institucionais podem alimentar narrativas contempor neas sobre g nero, mem ria e justi a comunit ria, revelando experi ncias que ultrapassam os objetivos originais de sua produ  o.

Acervos institucionais privados tamb m podem conter documentos valiosos para a constru  o da hist ria de comunidades, grupos e pessoas comuns. Um exemplo   o Arquivo Metropolitano da Arquidiocese de Natal (AMAN), que guarda fundos documentais de grande valor hist rico e social, os quais ultrapassam a esfera estritamente clerical.

Entre eles, destacam-se os registros do Servi o de Assist ncia Rural (SAR), criado em 1949 pela Arquidiocese para apoiar comunidades rurais em situa  o de vulnerabilidade por meio de a  es de educa  o, assist ncia social, sindicaliza  o e forma  o de lideran as. Tamb m merecem destaque os documentos do Movimento de Educa  o de Base (MEB), fundado em 1961 como uma resposta da Igreja aos desafios da desigualdade social, desenvolvendo iniciativas de educa  o popular e de organiza  o sindical, especialmente no Nordeste.

Produzidos como instrumentos de ação pastoral, esses registros não constituem apenas fontes administrativas. Eles documentam relações comunitárias, trajetórias de trabalhadores rurais e a atuação de leigos e leigas que desempenharam papéis relevantes como articuladores sociais em contextos de mobilização política e promoção da cidadania.

Esses documentos podem revelar que muitas mulheres e homens comuns foram protagonistas de processos de formação política, ação coletiva e organização social. Ao registrar encontros comunitários, seminários rurais, iniciativas de rádio-educação e mobilizações por direitos, os arquivos da Arquidiocese permitem uma leitura a contrapelo: mostram que o cotidiano do sertão potiguar era constituído por sujeitos engajados na luta por terra, educação, saúde e dignidade.

Esses acervos demonstram, portanto, o equívoco da visão que associa arquivos institucionais apenas à burocracia. Neles também se encontram registros de vidas comuns, de práticas cotidianas e de compromissos com o bem coletivo.

Se olharmos para os exemplos discutidos até aqui – dos relatórios repressivos da ditadura aos processos criminais de Belém e aos arquivos de iniciativas privadas –, perceberemos que os documentos institucionais carregam, em diferentes camadas, fragmentos da vida social. O desafio atual é fazer com que as próprias comunidades e grupos se apropriem dessa lógica de leitura. Sindicatos podem revisitar seus arquivos para resgatar trajetórias de lutas trabalhistas; associações de moradores podem reinterpretar atas e registros de reuniões como testemunhos de conquistas coletivas; clubes recreativos, organizações não governamentais e outras entidades privadas podem enxergar em seus documentos mais do que burocracia interna, reconhecendo neles registros de práticas culturais, esportivas e solidárias que marcam a vida local.

Esse movimento não significa apenas recuperar documentos antigos, mas interpretá-los à luz das questões do presente. Relatórios

administrativos podem se transformar em mapas de atuação comunitária; correspondências internas podem revelar estratégias de organização; registros de projetos sociais podem mostrar como diferentes gerações se formaram em torno de práticas coletivas. Quando lidos em conjunto, esses documentos permitem construir um patrimônio narrativo que é, ao mesmo tempo, histórico e político: um instrumento de afirmação de identidades e de fortalecimento de direitos.

Assim, o trabalho com documentos institucionais abre espaço para estratégias práticas em contextos de memória local: criar arquivos comunitários, organizar exposições, produzir cartilhas ou livros de memória, promover rodas de leitura de atas antigas e realizar oficinas de interpretação documental. O essencial é que a comunidade reconheça nesses registros uma oportunidade de contar sua própria história, seja confirmando o que já se sabia, seja revelando vozes, trajetórias e experiências que, de outro modo, permaneceriam silenciadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os exemplos discutidos ao longo do capítulo mostram que os documentos institucionais carregam, em diferentes camadas, fragmentos importantes da vida social. Relatórios repressivos da ditadura, processos criminais, arquivos de instituições religiosas, atas de associações, registros administrativos e documentos de entidades privadas não revelam apenas a lógica burocrática das instituições que os produziram. Quando lidos criticamente, eles também permitem identificar sujeitos comuns, práticas cotidianas, formas de organização coletiva, experiências de resistência e disputas por direitos.

Assim, o trabalho com documentos institucionais abre caminhos para estratégias práticas de valorização da memória local, como a criação de arquivos comunitários, a organização de exposições, a produção de cartilhas ou livros de memória, a realização de rodas

de leitura de atas antigas e a promoção de oficinas de interpretação documental. O essencial é que as comunidades reconheçam nesses registros uma oportunidade de contar sua própria história, confirmando memórias já conhecidas ou revelando vozes, trajetórias e experiências que, de outro modo, poderiam permanecer silenciadas.

CAPÍTULO 5

FONTES VISUAIS: FOTOGRAFIAS, RETRATOS E IMAGENS COMO DISPOSITIVOS DE MEMÓRIA

INTRODUÇÃO

Vivemos cercados por imagens. Antes mesmo de aprendermos a ler e escrever, já interpretamos fotografias, desenhos, pinturas, cartazes, mapas e retratos. Nas comunidades, essas imagens fazem parte da vida cotidiana: estão nos álbuns de família, nas paredes das casas, nos arquivos escolares, nos murais das igrejas, nas redes sociais e nos espaços públicos. Mais do que simples registros visuais, elas preservam experiências, memórias, afetos e formas de compreender o mundo.

Neste capítulo, discutimos como as fontes visuais podem contribuir para a construção da história das comunidades. Ao longo do texto, serão apresentadas diferentes possibilidades de localizar, coletar, interpretar e utilizar imagens em pesquisas, exposições, projetos educativos e ações de memória. Também discutiremos os cuidados éticos envolvidos no trabalho com fotografias e outros registros visuais, destacando seu potencial para ampliar vozes, revelar

experiências invisibilizadas e fortalecer o sentimento de pertencimento das comunidades em relação à sua própria história.

5.1. O QUE SÃO FONTES VISUAIS E ONDE ELAS ESTÃO PRESENTES NAS COMUNIDADES?

Fontes visuais são qualquer imagem que nos ajude a lembrar, interpretar ou contar uma história, seja ela vivida ou imaginada. Uma fotografia na parede, um retrato antigo guardado no fundo da gaveta, um cartaz pendurado no mercadinho do bairro, um grafite no muro da escola ou um mapa antigo da cidade podem constituir fontes visuais. Produzidas por diferentes pessoas, em diferentes tempos e espaços, essas imagens registram experiências, valores, relações sociais e formas de ver o mundo.

Algumas imagens foram produzidas em estúdios, por fotógrafos profissionais. Outras nasceram do improviso: uma câmera descartável numa festa da igreja, uma selfie feita por um aluno, um retrato de formatura escolar ou uma imagem de jornal que retrata a ocupação de um bairro. Há também aquelas que aparecem em suportes inesperados, como uma gravura de cordel, a logomarca de uma associação ou mesmo um desenho feito por uma criança em uma parede.

Nas comunidades, essas imagens estão por toda parte – mesmo quando esquecidas. Elas habitam os álbuns de família, os arquivos escolares, as caixas empoeiradas de casas antigas, os murais das igrejas, as páginas das redes sociais, os memoriais improvisados das lutas por moradia, os registros de batizados, os cartazes de festas e eventos comunitários e, ainda, os quadros amarelados pendurados nas paredes das casas. Essas imagens constituem importantes vestígios da experiência coletiva e podem revelar aspectos da vida social, das práticas culturais, das relações familiares e das transformações vividas pelas comunidades ao longo do tempo.

Cada imagem traz pistas sobre quem a produziu, para que foi produzida e em que contexto surgiu. Mas também carrega silêncios. Quem está na foto? Quem ficou de fora? Por que aquele ângulo foi escolhido? O que foi mostrado – e o que foi deixado de lado? Por isso, além de olhar a imagem, é necessário interrogá-la, escutá-la e até mesmo desconfiar dela. A análise crítica das fontes visuais exige atenção não apenas ao que aparece, mas também ao que permanece oculto, aos interesses envolvidos em sua produção e aos significados que podem ser atribuídos a ela em diferentes contextos.

As fontes visuais não servem apenas para ilustrar uma história já contada. Elas ajudam a construir novas perguntas, a revelar acontecimentos, trajetórias e esquecimentos, ampliando as vozes que foram silenciadas. Quando um grupo comunitário se reúne para observar fotografias antigas da festa do padroeiro, por exemplo, não está apenas revendo momentos felizes. Está relembando quem fazia parte daquele contexto, qual era o papel de cada pessoa, o que mudou e o que permaneceu. É nesse momento que começa o trabalho da história.

O fotógrafo e historiador Boris Kossoy (2023, p. 29), que se dedicou ao estudo da relevância da fotografia para a História e para a cultura, destaca que a fotografia possui uma notável capacidade de “emocionar e transformar, de denunciar e manipular”. Para o autor, trata-se de um “instrumento ambíguo de conhecimento”, que exerce contínuo fascínio sobre as pessoas justamente porque, ao mesmo tempo que preserva referências e lembranças individuais, também documenta os feitos cotidianos dos indivíduos e das sociedades, contribuindo para a construção e a preservação da memória histórica.

Essas imagens que habitam as casas e as ruas das comunidades também podem ser encontradas em grandes acervos públicos e coleções organizadas com cuidado. Um exemplo marcante é o trabalho do fotógrafo Guilherme Glück, que atuou na cidade de Lapa entre

as décadas de 1920 e 1950. Seu olhar atento registrou aspectos do cotidiano local, incluindo retratos familiares, momentos escolares, festas religiosas e cenas das ruas.

Essas fotografias foram estudadas na tese “História, memória e educação no olhar Photographico de Guilherme Glück (Lapa, PR : 1920-1953)”, de Ederson Prestes Santos Lima, defendida na Universidade Federal do Paraná. A pesquisa demonstra como as imagens produzidas por Glück contribuem para a construção da história da cidade, revelando modos de vida, gestos, práticas sociais e relações que, muitas vezes, não aparecem nos documentos escritos.

Para ilustrar essa ideia, apresentamos uma imagem do fotógrafo Glück, na qual a cena parece registrar apenas um passeio tranquilo em uma chácara ou fazenda, revelando o apreço pelo campo e pelos aspectos do mundo rural. No entanto, ao observarmos com mais atenção as pessoas, suas roupas e expressões – eternizadas nessa fotografia –, percebemos a presença de, pelo menos, dois grupos sociais distintos.

O primeiro grupo está encostado a uma árvore ou sentado no chão. Trata-se de uma família com vestimentas mais elaboradas e bem cuidadas, que encara a câmera fotográfica com naturalidade, como se aquele registro fosse apenas mais um entre tantos outros. Já ao fundo da imagem, em pé, encontramos figuras com trajes significativamente mais simples, que observam o equipamento com certa apreensão ou receio, sugerindo que aquele momento era algo inusitado ou pouco comum para elas. Destaca-se também a figura de uma criança segurando um bebê no colo, praticamente despido.

Essa imagem captada por Glück é extremamente reveladora das condições sociais da cidade da Lapa, no interior do Paraná, nas décadas de 1930 e 1940. A família retratada em primeiro plano era proprietária de terras e de um engenho de erva-mate. Já o segundo grupo parece ser formado por trabalhadores braçais, responsáveis por carregar a cuia de chimarrão, a chaleira e outros utensílios não

identificáveis na fotografia. Embora não estejam visíveis na imagem, é provável que esses trabalhadores também cuidassem dos cavalos e das carroças utilizados no transporte, evidenciando aspectos marcantes das desigualdades sociais presentes no mundo do trabalho brasileiro nas primeiras décadas do século XX.

Figura 1 – Coleção fotográfica de Guilherme Glück



Fonte: Museu da Imagem e do Som do Paraná (MIS-PR).

Essas experiências mostram que toda imagem pode se tornar fonte, seja ela guardada em uma caixa de sapatos ou em um acervo digital universitário. O que importa é reconhecer o valor presente no olhar de quem fotografa e na presença de quem é fotografado. Se grandes instituições preservam e divulgam essas imagens como parte da história do país, o mesmo pode – e deve – ser feito com os registros de nossas comunidades.

5.2. POR QUE UTILIZAR FONTES VISUAIS?

Devemos utilizar fontes visuais porque nem sempre as palavras dão conta de tudo. Há coisas que só a imagem consegue dizer – e dizer com propriedade. Aquela foto de turma escolar, com a mesa arrumada, a bandeira do Brasil ao fundo e um globo sobre a mesa; um retrato da avó feito na sala de casa; um cartaz de festa junina colado em um poste; uma pintura na parede da igreja; um retrato antigo esquecido em uma caixa de sapatos. Tudo isso carrega uma história. Tudo isso guarda memória.

As imagens ajudam a perceber aspectos da realidade que muitas vezes não foram registrados por escrito. Mostram aquilo que ficou de fora dos documentos oficiais. Revelam as roupas do dia a dia, as formas de convivência, os modos de rezar, protestar e celebrar. São detalhes que frequentemente escapam aos livros, mas que dizem muito sobre a vida das pessoas. Por isso, utilizar fontes visuais é tão importante quando se deseja contar a história de uma comunidade com sensibilidade e rigor. Além disso, o impacto visual das imagens é significativo e pode revelar experiências, memórias e histórias que permaneceriam desconhecidas por outros tipos de fontes.

Tem mais: olhar uma imagem antiga é como abrir uma janela para o passado. A gente se reconhece, se emociona, lembra de quem já se foi, de como eram a rua, a casa e o bairro. Quando a imagem circula – em uma exposição, em uma roda de conversa ou em um cartaz da escola –, ela se transforma em um convite à memória: cada pessoa passa a recordar um acontecimento, contar uma história ou fazer uma pergunta. A memória, assim, torna-se algo vivo, construído coletivamente.

Não é incomum, nessas situações, que uma neta ou um neto convide a avó ou o avô para visitar a escola ou o espaço da exposição a fim de ver “aquela” fotografia tão bonita ou especial. Nesse momento, algo valioso acontece: gerações diferentes se encontram em torno de

uma lembrança compartilhada. A fotografia deixa de ser apenas uma imagem e passa a ser uma ponte entre tempos, experiências e afetos, tornando esse encontro inesquecível para ambos.

As fontes visuais também ajudam a pensar no que mudou – e no que resistiu. Um “antes e depois” da praça do bairro, um muro que já teve grafite e agora possui grade, um campo de futebol que virou estacionamento, um cinema que se transformou em igreja ou supermercado. Tudo isso contribui para refletir sobre o território, sobre o que foi apagado e o que precisa ser lembrado. Como dizem os historiadores, as imagens não são neutras: elas revelam e, ao mesmo tempo, escondem. Por isso, é necessário olhar com atenção e escutar o que está ali – e também o que ficou de fora.

Para o historiador inglês Peter Burke (2017, p. 278), é importante lembrar que as imagens, em geral, não são feitas para registrar as “evidências” de um período ou local, mas sim nasceram com outros objetivos, tais como as “funções religiosas, estéticas, políticas e assim por diante. Elas, frequentemente, tiveram seu papel na ‘construção cultural’ da sociedade. Por todas essas razões, as imagens são testemunhas dos arranjos sociais passados e acima de tudo das maneiras de ver e pensar do passado”.

Tem uma coisa bonita nas imagens: elas chamam a fala, convocam a oralidade. Quando mostramos uma fotografia, logo alguém diz: “esse aí é o fulano!”, “isso foi no dia da enchente!”, “eu lembro dessa festa!”. Isso é muito rico, porque nem todo mundo gosta ou consegue escrever, mas quase todo mundo tem algo a contar. E contar uma história a partir de uma imagem facilita a comunicação, aproxima as pessoas e desperta a vontade de compartilhar lembranças.

Usar imagens, então, é mais do que ilustrar o passado. É abrir caminhos para conversar, ensinar, lembrar, emocionar e aprender coletivamente. É possibilitar que cada pessoa se reconheça na história. E isso, para quem trabalha com memória, educação e comunidade, tem enorme importância.

5.3. ONDE ENCONTRAR E COMO COLETAR IMAGENS?

As imagens que contam a história de uma comunidade não estão apenas nos museus ou nos arquivos públicos. Muitas vezes, elas estão bem perto de nós: guardadas em uma gaveta, esquecidas naquele álbum antigo com fotos coladas ou circulando nas redes sociais. O primeiro passo é saber onde procurar – e como fazer isso com respeito e cuidado. Elas podem estar em arquivos de famílias, em igrejas e sindicatos, nas redes sociais e em instituições dedicadas à sua guarda.

Os arquivos de família são os lugares mais lembrados. Todo mundo conhece alguém que guarda fotografias antigas. Às vezes, são registros de casamentos, batizados, festas de aniversário, desfiles cívicos, formaturas, excursões escolares, carnavais ou mutirões. São memórias preciosas que mostram como as pessoas viviam, se vestiam e se relacionavam. É importante conversar com os moradores mais antigos, pedir autorização para acessar essas imagens e escutar as histórias que existem por trás delas. Muitas vezes, a fotografia vem acompanhada de lembranças vivas e de narrativas que ajudam a compreender melhor a história da comunidade.

Nos tempos atuais, é cada vez mais importante solicitar autorização para o uso da imagem, especialmente nos casos de utilização comercial. Mesmo quando esse não é o caso, é recomendável obter a permissão da pessoa envolvida para incluir a fotografia em uma exposição.

Em seguida, lembramos dos acervos de escolas, igrejas sindicados e associações. Esses espaços costumam guardar fotografias de eventos, formaturas, encontros de catequese, assembleias e atividades culturais. Muitas vezes, essas imagens estão em pastas esquecidas nos armários das escolas, em ambientes de trabalho, em murais antigos ou nos arquivos de pessoas que organizaram os eventos. Vale a pena conversar com professores aposentados, líderes religiosos, funcionários antigos e integrantes de pastorais ou movimentos sociais. Com

respeito, paciência e interesse genuíno, é possível encontrar materiais valiosos para a reconstrução da história da comunidade.

As redes sociais e grupos de WhatsApp são outro repositório de fácil acesso. Hoje, muitas memórias circulam no ambiente digital. Grupos de moradores no Facebook, páginas de bairro e grupos de WhatsApp da escola ou da igreja guardam imagens atuais – e antigas. Uma fotografia compartilhada nesses espaços pode despertar comentários, lembranças e histórias, contribuindo para a construção coletiva da memória. Trata-se de uma nova forma de arquivar o passado: viva, dinâmica e acessível a diferentes pessoas.

Se comunidade já foi tema de reportagens ou estudos acadêmicos, pode haver imagens preservadas em arquivos públicos, como fundações, bibliotecas, museus locais ou universidades. Sites como a Brasileira Fotográfica e o Instituto Moreira Salles – Acervo de Fotografia disponibilizam gratuitamente imagens históricas de diferentes regiões do Brasil. Mesmo quando não apresentam fotografias diretamente relacionadas à comunidade pesquisada, esses acervos podem auxiliar na comparação de contextos históricos e no enriquecimento do trabalho com fontes visuais.

5.4. NA RUA, NO MURO, NO CHÃO

Cartazes antigos, pinturas em paredes, placas de estabelecimentos que já não existem, pichações que se transformaram em memória e grafites produzidos por artistas locais são exemplos de imagens que contam histórias sobre a comunidade e suas transformações ao longo do tempo. Uma caminhada atenta pelas ruas do bairro, da vila, da fazenda ou do sítio pode render registros importantes. Vale a pena fotografar esses elementos, conversar com os moradores e vizinhos e buscar informações sobre sua origem: quem os produziu, quando foram feitos e quais significados possuíam para a comunidade. Essas imagens ajudam a compreender aspectos da vida social, cultural e histórica que nem sempre aparecem nos documentos escritos.

Observem esta fotografia do chamado Beco do Batman, na cidade de São Paulo. É possível perceber que a obra possui uma forte dimensão política, expressa na frase “Quando escolhemos fechar os olhos, sujamos as mãos”, de autoria da poetisa e professora Bruna Mitrano. Como se observa na imagem, o grafite foi vandalizado em abril de 2025, possivelmente em razão de seu conteúdo crítico e politizado.

Independentemente das motivações envolvidas, o episódio evidencia como os grafites podem se tornar espaços de disputa simbólica, nos quais diferentes visões de mundo se confrontam. Temos, assim, um exemplo de como essas manifestações visuais podem contar histórias, registrar memórias e revelar distintas formas de pensar e agir em uma sociedade.

Contudo, é necessário ter cuidado. A coleta de imagens exige atenção ética e responsabilidade. É fundamental solicitar autorização para utilizar fotografias de outras pessoas, registrar informações sobre quem aparece na imagem, quem a produziu, quando e onde foi realizada. Sempre que possível, também é importante registrar as histórias e memórias associadas àquela fotografia. Além disso, deve-se pensar em formas de devolver à comunidade os conhecimentos produzidos a partir desse material, seja por meio de exposições, murais, vídeos, livros, rodas de conversa ou outras ações de compartilhamento e valorização da memória coletiva.

A coleta de imagens é também um momento de encontro, escuta e construção de vínculos com as pessoas da comunidade. Cada fotografia preservada pode abrir caminho para conversas, lembranças e narrativas que ajudam a compreender melhor a história de um lugar e de seus habitantes.

5.5. COMO INTERPRETAR IMAGENS?

Nem toda imagem mostra tudo o que deve ser visto. Uma fotografia de uma festa pode esconder o cansaço de quem cozinhou a noite

toda. Um retrato antigo pode trazer lembranças bonitas, mas também silenciar o nome de quem ficou fora do enquadramento. Por isso, quando olhamos uma imagem, é importante não nos contentarmos apenas com o que aparece. É necessário escutar com os olhos, perguntar com o coração atento: o que está dito aqui? O que ficou de fora?

Interpretar uma imagem não é apenas descrevê-la: “aqui tem cinco pessoas”, “a casa era de madeira”, “tem uma faixa com uma escrita”. É perguntar: quem fez essa foto? Por que ela foi feita? Quem aparece nela – e quem foi deixado de lado? Por que esse retrato está pendurado na sala da avó, enquanto o outro foi esquecido em uma caixa dentro do guarda-roupa? O que se escolheu mostrar e o que foi esquecido ou silenciado?

Essas perguntas nos ajudam a compreender que toda imagem tem uma intenção, um contexto e uma história. Mais do que isso, ela também carrega silêncios. Às vezes, aquilo que não está presente na imagem fala tanto quanto aquilo que nela aparece.

Nesse sentido, buscando mais uma vez as reflexões de Peter Burke é necessário ao observador de imagens “ler nas entrelinhas, observando os detalhes pequenos, mas significativos – incluindo ausências significativas –, usando-os como pistas para informações que os produtores de imagens nem sabiam que eles sabiam...” (Burke, 2017, p. 282).

Quando uma comunidade se reúne para observar uma imagem com atenção, em uma roda de conversa ou no dia a dia, algo poderoso acontece. As lembranças começam a surgir. Um reconhece um parente. Outro se lembra da roupa que usava. Alguém se emociona ao recordar a infância. É nesse momento que a história aparece de verdade – no afeto, na memória e na conversa.

Foi justamente sobre isso que o historiador Robert Darnton (1990) refletiu ao discutir a relação entre os historiadores e seus leitores. Para ele, muitas vezes a escrita acadêmica torna-se excessivamente especializada, privilegiando o diálogo entre profissionais da área e dificultando o acesso de pessoas comuns interessadas em conhecer e

compreender o passado. Essa distância pode limitar o alcance social do conhecimento histórico e reduzir as possibilidades de diálogo entre a pesquisa acadêmica e a sociedade.

A força das imagens está justamente nisso: elas abrem portas para conversas que os livros, muitas vezes, não conseguem abrir. Ao observar uma fotografia junto de quem viveu aquela história, o conhecimento se espalha, é compartilhado e se fortalece. É assim que se constrói uma história comunitária: com escuta, respeito, curiosidade e a certeza de que todo olhar carrega uma memória – basta saber como perguntar.

5.6. COMO USAR IMAGENS NA PRÁTICA DA HISTÓRIA COMUNITÁRIA?

De nada adianta guardar imagens se elas permanecem esquecidas em gavetas, caixas, guarda-roupas ou arquivos digitais que ninguém acessa. O valor das imagens aumenta quando elas circulam, provocam conversas, despertam lembranças e fazem refletir. Utilizar as imagens no cotidiano da comunidade é uma forma de manter viva a memória – e de fazer com que ela seja conhecida pelas novas gerações.

Há muitas maneiras de fazer isso, com criatividade, respeito e envolvimento coletivo. Uma das mais simples é organizar exposições temáticas na própria comunidade. Elas podem ser realizadas na escola, na praça, na associação de moradores, no posto de saúde, na feira, na biblioteca ou até mesmo no muro de uma casa. Basta selecionar imagens que tenham algo em comum – uma festa antiga, as transformações do bairro, os trabalhadores da vila, as brincadeiras de infância – e montar painéis com legendas elaboradas pelos próprios moradores. Quem passa por ali reconhece rostos, lugares e histórias.

Outra proposta interessante consiste na criação de painéis de memória durante festas ou datas comemorativas da comunidade. Por exemplo, se o lugar onde você mora realiza uma festa junina há 30

anos, por que não montar uma linha do tempo com fotografias de cada edição? Essa iniciativa valoriza quem participou, evidencia as transformações ocorridas ao longo do tempo e ajuda as novas gerações a compreender que a tradição também faz parte da história. Muitas vezes, basta uma corda estendida como varal e alguns prendedores de roupa para que a exposição esteja pronta e aberta ao público.

As publicações comunitárias são outro recurso importante. Não é necessário produzir um livro sofisticado. Pode ser um álbum coletivo, um caderno com imagens e relatos ou um mural fotográfico acompanhado de depoimentos. O mais importante é que as imagens estejam associadas a pequenas histórias, lembranças, falas ou perguntas – tudo construído em conjunto com as pessoas que viveram aquelas experiências.

Também é possível utilizar as imagens como ponto de partida para rodas de conversa. Uma simples fotografia pode abrir espaço para relatos de vida, memórias de luta e reflexões sobre o que mudou e o que permanece ao longo do tempo. Professores podem desenvolver essa prática com os alunos em sala de aula. Agentes culturais podem levá-la para grupos de jovens, mulheres e idosos. Basta projetar ou imprimir a imagem, colocá-la no centro da roda e propor algumas perguntas: quem se lembra disso? Quem conhece alguém que aparece aqui? O que essa cena nos conta?

Por fim, vale lembrar que as imagens podem integrar produtos audiovisuais, podcasts, roteiros dramatizados, exposições itinerantes, murais artísticos, entre muitas outras iniciativas. Tudo depende dos interesses da comunidade e dos recursos disponíveis. O mais importante é garantir que as imagens não permaneçam paradas. Elas precisam circular, ser vistas, discutidas e apropriadas pelos diferentes grupos que compõem a comunidade. Afinal, uma imagem ganha ainda mais sentido quando desperta memórias, provoca reflexões e contribui para a construção de significados compartilhados sobre a vida coletiva.

Quadro x – Como criar narrativas e exposições com imagens da comunidade

Etapa	O que fazer?	Exemplos
Selecionar imagens	Escolher fotografias, cartazes, retratos, gravuras, grafites e outros registros visuais relacionados à história local.	Festas religiosas, escolas, trabalhadores, associações, manifestações culturais e transformações do bairro.
Escutar os moradores	Conversar com pessoas que viveram ou conhecem os acontecimentos registrados.	Entrevistas, rodas de conversa e encontros de memória.
Produzir legendas	Registrar informações sobre as imagens com as próprias palavras da comunidade.	Nome das pessoas, local, data, contexto e histórias associadas.
Organizar a narrativa	Definir um tema ou uma sequência para contar uma história.	“A história da escola”, “Transformações da comunidade”, “Festas e celebrações”, “Memórias do trabalho”.
Montar a exposição	Utilizar espaços acessíveis e próximos da população.	Escola, posto de saúde, associação de moradores, feira livre, igreja ou praça pública.

Desenvolver atividades educativas	Utilizar as imagens como ponto de partida para produção de textos, pesquisas e reflexões históricas.	Crônicas e contos inspirados em fotografias antigas; entrevistas com moradores; produção de legendas e linhas do tempo.
Criar narrativas visuais	Explorar diferentes formas de apresentar e interpretar as imagens.	Exposição “Antes e Depois”; jornal mural ilustrado; mural fotográfico temático; álbum comunitário de memórias.
Compartilhar em diferentes formatos	Adaptar as imagens para diferentes meios de divulgação.	Vídeos curtos narrados por moradores, livros de memória, blogs, redes sociais, exposições virtuais e podcasts.
Realizar a curadoria	Selecionar e organizar os materiais de forma coerente e significativa.	Agrupar imagens por tema, período histórico, território ou experiência comunitária.

Produzido pelo autor

Essas ações produzem diversos efeitos, entre eles o fortalecimento do sentimento de pertencimento e da autoestima coletiva. Quando uma criança vê seus avós jovens em uma fotografia da escola; quando um trabalhador se reconhece na imagem da antiga fábrica onde iniciou sua trajetória profissional; ou quando os moradores do bairro se reúnem para ver suas memórias registradas em painéis, livros ou projeções, a história deixa de ser algo distante e passa a fazer parte da vida cotidiana.

É importante lembrar que nem toda imagem fala por si só. Muitas vezes, é necessário contextualizá-la, formular perguntas e escutar aqueles que viveram as experiências nela representadas. É dessa escuta que nasce a narrativa histórica, construída por diferentes camadas de sentido, interpretações e perspectivas. Nesse processo, ganha destaque o papel de quem realiza a mediação – professores, educadores, militantes, estudantes e moradores interessados –, pois são essas pessoas que ajudam a transformar imagens em histórias significativas para a comunidade.

No fim das contas, narrar com imagens é montar um mosaico vivo do que fomos, do que somos e do que queremos lembrar. É uma forma de dizer, com afeto e crítica: nossa história está aqui, registrada em nossos olhos, em nossas paredes, em nossas mãos.

As imagens falam. Elas guardam memórias, sentimentos, lutas e sonhos que muitas vezes escapam às palavras. Quando uma comunidade decide olhar para suas fotografias, retratos, pinturas, cartazes ou grafites com atenção, está, na verdade, reconstruindo sua própria história por meio das cores e dos rostos que lhe pertencem. Trabalhar com fontes visuais é um convite a olhar novamente – com mais cuidado, mais escuta e mais presença. A história das comunidades ganha força quando inclui as imagens que as representam. É por meio delas que podemos continuar registrando, preservando e reinventando nossa memória coletiva.

Sem dúvida, trabalhar aspectos da memória coletiva, abrindo janelas para o passado individual de um cidadão ou para as experiências compartilhadas de uma comunidade, torna-se muito mais enriquecedor quando se conta com fotografias, imagens, objetos e relatos orais. Esses elementos, articulados entre si, compõem um verdadeiro mosaico da história e da memória de uma comunidade.

É fundamental lembrar que, tanto no momento da exposição quanto nos preparativos que a antecedem, deve-se ter sempre à mão papel, lápis ou até mesmo um celular com recursos para gravação

de áudio e vídeo. Isso porque, durante as visitas, é comum que novas lembranças venham à tona. As imagens despertam memórias adormecidas, revelam fragmentos esquecidos do passado e ampliam significativamente o alcance e a riqueza do trabalho realizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As imagens falam. Elas guardam memórias, sentimentos, lutas e sonhos que muitas vezes escapam às palavras. Quando uma comunidade decide olhar para suas fotografias, retratos, pinturas, cartazes ou grafites com atenção, está reconstruindo sua própria história por meio dos rostos, dos lugares e das experiências que ajudaram a moldar sua trajetória coletiva. Trabalhar com fontes visuais significa ampliar as possibilidades de conhecimento histórico, incorporando dimensões da experiência humana que nem sempre aparecem nos documentos escritos.

Ao longo deste capítulo, vimos que as imagens podem ser encontradas em acervos familiares, instituições, espaços públicos e ambientes digitais; que precisam ser interpretadas criticamente; e que podem ser utilizadas em exposições, projetos educativos e iniciativas de memória comunitária. Quando articuladas a relatos orais, objetos e outros tipos de fontes, tornam-se instrumentos poderosos para fortalecer identidades, estimular o diálogo entre gerações e preservar experiências coletivas. Mais do que ilustrar o passado, as imagens ajudam as comunidades a compreender quem foram, quem são e quais histórias desejam transmitir às gerações futuras.

CAPÍTULO 6

FONTES IMPRESSAS PERIÓDICAS: A IMPRENSA COMO REGISTRO E DISPUTA DE MEMÓRIAS

INTRODUÇÃO

As fontes periódicas ocupam lugar privilegiado entre os documentos utilizados na pesquisa histórica, pois registram acontecimentos, opiniões, conflitos, práticas culturais e formas de participação social produzidas em diferentes momentos e contextos. Além de veículos de informação, jornais, revistas, boletins, panfletos e outros impressos constituem espaços de disputa de narrativas, expressão de interesses políticos e construção de memórias coletivas. Ao mesmo tempo em que documentam a vida cotidiana, também intervêm nela, selecionando temas, definindo prioridades e atribuindo significados aos acontecimentos.

Este capítulo apresenta as principais características das fontes periódicas, discutindo seu papel como documentos históricos e como recursos para a produção de histórias de comunidades. Inicialmente, examina o conceito de periódicos e sua trajetória histórica, destacando suas transformações técnicas, editoriais e sociais. Em seguida, indica caminhos para localizar esse tipo de documentação em arquivos, bibliotecas, centros de memória e acervos digitais. Por fim, aborda procedimentos de análise crítica, enfatizando a necessidade

de compreender os periódicos como produções situadas, marcadas por interesses, disputas e silenciamentos, mas também como fontes capazes de revelar múltiplas dimensões da experiência histórica.

6.1. O QUE SÃO FONTES PERIÓDICAS?

Nas últimas décadas, a forma como a informação circula sofreu transformações profundas. Se antes a principal maneira de acompanhar os acontecimentos locais e globais era pelas páginas impressas de jornais e revistas, hoje esse papel é compartilhado por sites de notícias, blogs, redes sociais e versões digitais de periódicos tradicionais. Muitas publicações que, décadas atrás, eram impressas em papel e distribuídas em bancas ou entregues nas casas dos assinantes agora existem apenas em formato digital, atualizadas em tempo real e acessíveis por celulares e computadores. Apesar dessas mudanças tecnológicas, a lógica fundamental que caracteriza as fontes periódicas e a imprensa permanece a mesma: trata-se de registros produzidos com a intenção de circular publicamente e de forma regular, informando, opinando e, muitas vezes, disputando versões sobre acontecimentos.

Diferentemente de outros documentos, que podem permanecer restritos a circuitos institucionais, os periódicos, sejam eles impressos ou digitais, buscam alcançar leitores e leitoras, construindo vínculos com públicos específicos e refletindo disputas mais amplas da sociedade. Jornais, revistas, boletins, panfletos, cartilhas, fanzines e outros formatos de circulação assumem a condição não apenas de práticas de comunicação, mas também de projetos políticos, concepções de mundo e de sociedade, bem como de representações sobre os papéis a serem desempenhados por grupos, ideias ou elementos culturais. Desse modo, constituem fontes importantes para a compreensão das memórias coletivas, das disputas em diferentes escalas espaciais e, inclusive, dos processos de construção de identidades comunitárias.

Quando falamos em periódicos, estamos nos referindo a um tipo específico de publicação voltada para a produção e a circulação de notícias, opiniões e conteúdos culturais, entre outros. Historicamente, os jornais, particularmente aqueles de maior expressão, tiragem e circulação, desempenharam um papel central na formação da opinião pública e na mediação das relações entre Estado, sociedade, grupos e indivíduos. Na verdade, ainda hoje ocupam posição relevante na construção de consensos e dissensos, bem como na disseminação de ideias e práticas. Em suas versões digitais, ampliam seu alcance e potencial de engajamento, chegando a públicos diversos em termos de faixa etária, escolaridade e renda.

No passado ou no presente, a produção de notícias envolve decisões editoriais sobre o que deve ou não ser publicado, refletindo interesses políticos, sociais e culturais de grupos e instituições. A circulação dos jornais, por sua vez, depende de redes de distribuição que, no passado, se davam por meio de vendedores, assinaturas e bancas, mas que, atualmente, também se expandem para plataformas digitais. O consumo da notícia não se resume a um ato de leitura: trata-se também de uma forma de participação social, pois media percepções sobre a realidade e influencia debates e posicionamentos coletivos.

Ao discutir o conceito de esfera pública, Jürgen Habermas destacou o papel da imprensa na construção de um espaço de debate em que diferentes grupos sociais podem apresentar suas ideias, disputar narrativas e fiscalizar o poder. Nesse sentido, o jornal não é um simples transmissor de informações, mas um instrumento de diálogo e conflito. Ao mesmo tempo em que pode ampliar a participação democrática, também pode reforçar exclusões, silenciando vozes ou privilegiando determinados interesses econômicos e políticos. Assim, compreender uma publicação jornalística implica observar tanto o conteúdo veiculado quanto os mecanismos que definem quem fala e quem é ouvido.

Historicamente, os jornais surgiram como impressos de tiragem limitada, ainda no século XIX, com forte vínculo a grupos

políticos, literários ou econômicos. No Brasil, jornais como o *Correio Braziliense* (1808) foram pioneiros, atuando em um contexto marcado pela censura e pelo controle do Estado imperial. Durante o século XIX, os jornais eram produzidos com os recursos técnicos disponíveis, utilizando tipografia manual e papel de qualidade irregular, o que limitava sua produção e circulação. Ao longo do tempo, avanços tecnológicos, como a imprensa rotativa e, mais tarde, as máquinas offset, permitiram tiragens maiores, redução de custos e maior velocidade na produção. Essas mudanças impactaram profundamente a forma como os jornais e as revistas eram concebidos e distribuídos editorialmente, consolidando grandes veículos de alcance nacional e, ao mesmo tempo, favorecendo o surgimento de periódicos locais ou vinculados a grupos específicos. Contudo, publicar um periódico vai além de uma manifestação de vontade: exige capital para impressão, papel, tinta, manutenção de equipes e redes de distribuição.

No século XX, os jornais passaram por transformações ainda mais intensas, tanto em termos técnicos quanto editoriais. O aumento da escolarização, a expansão das cidades e a profissionalização do jornalismo ampliaram o público leitor e diversificaram os temas abordados. O perfil editorial tornou-se mais complexo: ao lado da cobertura política e econômica, ganharam espaço seções dedicadas ao lazer, à cultura, aos esportes e às questões locais. Nesse contexto, a imprensa passou a se estruturar como empresa, atuando entre a função social de informar, a necessidade de sustentabilidade financeira e os interesses políticos e ideológicos envolvidos.

A partir das últimas décadas do século XX, a informatização das redações e a introdução de computadores e softwares gráficos revolucionaram a diagramação e a produção visual. Ao mesmo tempo, a internet trouxe novos desafios, como a migração de conteúdo para plataformas digitais e a disputa pela atenção do público em meio à avalanche de informações disponibilizadas em tempo real.

Paralelamente à grande imprensa, diferentes grupos sociais criaram seus próprios periódicos, muitas vezes com tiragens reduzidas e recursos técnicos limitados. Sindicatos, partidos políticos, associações comunitárias, escolas, igrejas e movimentos sociais mantiveram jornais, boletins e panfletos que serviram como instrumentos de resistência, mobilização e afirmação identitária. Essa pluralidade evidencia que a imprensa não se restringe aos grandes títulos: ela também engloba experiências alternativas, segmentadas e fortemente vinculadas às comunidades em que circulam.

Assim, ao longo do tempo, os jornais passaram de artefatos produzidos manualmente e destinados a pequenos grupos letrados a veículos de comunicação de massa e, mais recentemente, a plataformas híbridas que combinam versões impressas, sites e redes sociais. Essa trajetória histórica não é apenas técnica: ela revela transformações nas relações entre comunicação, poder e sociedade, refletidas nos modos de informar, debater e disputar memórias.

6.2. ONDE ENCONTRAR FONTES PERIÓDICAS?

Os periódicos apresentam particularidades importantes no que se refere à sua preservação. Muitos deles, sobretudo aqueles que não possuíam um lastro comercial forte ou uma estrutura editorial consolidada, tiveram circulação curta, com poucos números publicados e tiragens limitadas. Boletins de associações, jornais de coletivos ou sindicatos, revistas culturais alternativas e panfletos de campanhas políticas ou religiosas muitas vezes foram impressos em pequenas gráficas ou mimeografados, distribuídos localmente e guardados apenas por seus produtores ou leitores imediatos. Essa materialidade frágil, associada à curta duração de muitas dessas iniciativas, torna comum a perda parcial ou total das coleções.

Mesmo jornais de grande circulação enfrentam desafios semelhantes, embora com outros desdobramentos. Muitos veículos

criaram seus próprios setores de memória institucional, organizando acervos físicos e digitais que podem ser acessados, de forma gratuita ou mediante assinatura, em plataformas específicas, como hemerotecas digitais, portais de busca ou sistemas internos de pesquisa.

Desse modo, um primeiro movimento importante para localizar periódicos mais especificamente ligados às comunidades ou de âmbito mais local é reunir informações junto aos próprios sujeitos e grupos da comunidade, que podem indicar pistas sobre onde os materiais foram produzidos, guardados ou circulados. Jovens que produziram fanzines, integrantes de grupos culturais, associações de bairro, coletivos estudantis, sindicatos e movimentos políticos costumam ter guardado exemplares de panfletos, boletins e jornais alternativos, muitas vezes únicos ou de pequena tiragem.

Publicações de circulação em bairros, materiais de divulgação de festas comunitárias, campanhas de mobilização ou projetos educativos também podem estar dispersos em arquivos pessoais, caixas guardadas em sedes de associações ou mesmo em residências particulares. Levantar esses indícios por meio de entrevistas, conversas informais e mobilização comunitária ajuda a construir um mapa preliminar das possíveis fontes existentes, ampliando o alcance da pesquisa.

Um exemplo emblemático de acervo que reúne periódicos de grupos políticos, sindicais e movimentos sociais é o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). O arquivo surgiu a partir da doação pessoal do jornalista e militante anarquista Edgard Leuenroth, que, ao longo da vida, colecionou uma quantidade expressiva de jornais, panfletos, cartazes, livros e outros materiais relacionados ao movimento operário e às lutas sociais no Brasil.

Com o tempo, esse acervo foi ampliado por novas doações e aquisições, tornando-se um dos mais importantes repositórios de documentação sobre a história dos trabalhadores, dos movimentos

anarquistas e socialistas e das formas alternativas de imprensa no país. Entre seus fundos, destacam-se jornais operários e anarquistas produzidos nas primeiras décadas do século XX, muitos deles de circulação restrita, confeccionados artesanalmente e distribuídos em fábricas, sindicatos ou espaços comunitários.

A relevância do AEL não está apenas na preservação física desses impressos, mas também nas possibilidades de acesso e pesquisa que oferece. O arquivo dispõe de instrumentos de pesquisa, e parte significativa de seu acervo foi catalogada e, em alguns casos, digitalizada, permitindo que pesquisadores e comunidades consultem esses materiais para reconstruir histórias locais e temáticas muitas vezes silenciadas pelos grandes jornais comerciais.

Além disso, a própria trajetória de formação do arquivo evidencia a importância das ações individuais e coletivas na preservação documental. Edgard Leuenroth, como sujeito histórico, foi responsável por reunir, conservar e doar um conjunto de materiais que hoje se revela fundamental para o estudo de experiências políticas e culturais não hegemônicas. Trata-se, portanto, de um exemplo significativo de como arquivos podem surgir de iniciativas pessoais e se transformar em patrimônios públicos de memória.

Além das iniciativas pessoais e militantes, instituições públicas de memória, como arquivos estaduais e municipais, centros de documentação e bibliotecas, também desempenham um papel importante na preservação de periódicos impressos. Esses espaços podem reunir desde grandes coleções de jornais de circulação nacional até periódicos de pequeno porte, comunitários ou temáticos, incorporados aos acervos ao longo do tempo.

Um exemplo significativo é o Centro de Memória da Amazônia (CMA), vinculado à Universidade Federal do Pará, que reúne em seu acervo diferentes tipos de documentos, incluindo periódicos de grande relevância histórica e política. Entre eles, destaca-se o *JORNEGRO*, fundado em 1978, em São Paulo, um veículo pioneiro na luta contra

o racismo e a discriminação no Brasil. Surgido em plena ditadura militar, o jornal desempenhou um papel crucial na mobilização da população negra, promovendo debates sobre as desigualdades raciais, denunciando a violência policial e afirmando a cultura afro-brasileira e a identidade negra.

Outro exemplo preservado no CMA é o *Jornal Resistência*, também fundado em 1978 pela Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos. Produzido em um contexto de repressão política, esse periódico destacou-se por denunciar os crimes do regime militar no Pará e no Brasil, além de divulgar mobilizações populares, disputas sindicais, conflitos agrários, questões ambientais e pautas dos povos indígenas.

Esses periódicos constituem importantes testemunhos de práticas comunicativas e políticas fundamentais para compreender a atuação de movimentos sociais, coletivos e comunidades em períodos marcados pelo forte controle estatal e pela censura. Ao mesmo tempo, evidenciam como as instituições de memória, ao reunir, preservar e disponibilizar esses materiais, podem contribuir para o trabalho de construção histórica e para o fortalecimento das narrativas comunitárias no presente.

Uma das iniciativas mais importantes para a preservação e democratização do acesso a periódicos no Brasil é a Hemeroteca Digital Brasileira, mantida pela Fundação Biblioteca Nacional. Seu acervo foi constituído a partir da incorporação de coleções físicas provenientes da própria Biblioteca Nacional e de outras instituições parceiras, reunindo milhares de títulos publicados desde o século XIX até os dias atuais.

Durante décadas, o acesso a esses jornais exigiu consultas presenciais aos exemplares originais, o que impunha limitações logísticas e desafios relacionados à conservação. Hoje, um amplo programa de digitalização tem possibilitado o acesso remoto a uma variedade crescente de títulos, preservando os originais e, ao mesmo tempo, ampliando significativamente o público pesquisador.

A Hemeroteca abriga jornais, revistas, boletins, panfletos e outros impressos periódicos produzidos em diferentes contextos históricos e em praticamente todas as regiões do país. Há títulos publicados em capitais e grandes centros urbanos brasileiros, mas também em cidades médias, pequenas localidades e bairros suburbanos. Essa abrangência territorial permite explorar dinâmicas regionais e locais, oferecendo pistas valiosas para pesquisas sobre história comunitária. Do mesmo modo, a amplitude temporal do acervo, que abrange mais de dois séculos, torna possível acompanhar transformações de longo prazo nos discursos, nas práticas e nas representações veiculadas pela imprensa.

O acesso digital ao acervo é gratuito e bastante intuitivo. A plataforma permite realizar buscas por título de periódico, local de publicação, estado, período cronológico e combinações entre esses filtros, facilitando a localização de materiais relacionados a temas ou regiões específicas. É possível, por exemplo, buscar jornais publicados em determinado estado brasileiro durante um intervalo temporal delimitado ou localizar periódicos a partir de seus próprios títulos.

Além disso, a ferramenta de busca textual permite identificar palavras-chave em edições digitalizadas, o que facilita o rastreamento de nomes, eventos, lugares e expressões. Dessa forma, basta inserir um termo para acompanhar suas ocorrências ao longo de um jornal ou de um conjunto de periódicos.

Outro aspecto relevante é que, além dos grandes jornais de circulação nacional, a Hemeroteca reúne periódicos alternativos, comunitários, sindicais, estudantis e ligados à contracultura. É o caso, por exemplo, do jornal *Brasil Mulher*, representativo das características da imprensa alternativa brasileira, produzido por mulheres e dirigido às mulheres. Editado pela Sociedade Brasil Mulher, sua primeira edição foi publicada em 1975, ano proclamado pela ONU como o Ano Internacional da Mulher, e sua circulação se estendeu até 1980.

Surgido no contexto da ditadura militar, o jornal destacou-se por sua atuação política e cultural, abordando temas como a violência

contra a mulher, as condições de trabalho, os direitos reprodutivos, a participação política e a desigualdade de gênero. As páginas do *Brasil Mulher* evidenciam a construção de uma rede de comunicação entre diferentes grupos e militantes feministas em várias regiões do país, funcionando como espaço de denúncia, reflexão e articulação de lutas. Além disso, sua linguagem direta e seu caráter militante o tornam um importante registro da história do movimento feminista no Brasil durante a segunda metade do século XX. A disponibilização de suas edições digitalizadas pela Hemeroteca Digital Brasileira permite, atualmente, que pesquisadores acessem esse material, explorando-o tanto como fonte histórica quanto como inspiração para novas práticas de comunicação e organização social.

6.3. COMO ANALISAR FONTES PERIÓDICAS?

A análise de fontes periódicas parte das mesmas perguntas basilares que orientam o trabalho com qualquer tipo de documento: como, por que, para quem, em que situação e com quais intenções determinado material foi produzido. Esses questionamentos ajudam a deslocar o olhar para além do conteúdo imediato do jornal, boletim ou panfleto, situando a publicação em seu contexto de produção.

Essas perguntas, quando aplicadas às fontes periódicas, ganham densidade justamente porque esse tipo de documento não é apenas registro, mas também intervenção pública. Diferentemente de um processo administrativo arquivado em uma instituição, jornais, revistas e panfletos foram produzidos para circular e disputar sentidos no espaço social. Isso significa que as informações presentes neles não podem ser tomadas como um retrato neutro da realidade, mas como narrativas construídas, atravessadas por seleções, cortes e silêncios.

O primeiro movimento fundamental, portanto, é compreender as razões e os objetivos que motivaram sua produção. Nenhum periódico surge por acaso: ele responde a interesses de grupos,

instituições, empresas ou movimentos sociais que desejam intervir na esfera pública. Assim, cabe perguntar: por que esse jornal existe? Qual projeto político, cultural ou econômico o sustenta?

Para além do conteúdo publicado, essa reflexão permite identificar a função que o periódico desempenhava em seu tempo, seja na defesa de ideias partidárias, no apoio à construção e difusão de pautas diversas, na propagação de valores e ideais, na mobilização de trabalhadores ou, ainda, no atendimento a demandas comerciais.

Outro aspecto central é investigar quem fazia o jornal e como ele era produzido. Essa pergunta desdobra-se em várias camadas: quem são os jornalistas, redatores e editores envolvidos? Qual era a linha editorial que guiava suas escolhas de pauta? A quais correntes políticas ou ideológicas se vinculava? De que recursos técnicos e financeiros dispunha para viabilizar sua impressão e circulação?

Também é importante observar o alcance do periódico, isto é, se sua circulação se restringia a um bairro, a uma categoria profissional ou se se expandia por redes estaduais e nacionais, bem como compreender de que maneira esse alcance impactava sua recepção. Do mesmo modo, devem ser consideradas as repercussões que o jornal exercia sobre grupos sociais e instituições, assim como a forma pela qual ele próprio era influenciado por pressões, alianças e conflitos provenientes desses setores. Em síntese, analisar um periódico significa compreender o jogo de forças entre quem o produz, quem o consome e as disputas que o atravessam.

A análise das fontes periódicas exige enfrentar uma questão clássica: os jornais são neutros? Todo jornal é resultado de escolhas: o que noticiar, como noticiar, que termos utilizar, quem ouvir e quem silenciar. Essas escolhas não são meramente técnicas, mas atravessadas por valores, interesses econômicos, pressões políticas e visões de mundo.

Por isso, mais do que perguntar se um jornal “engana” ou “manipula”, é necessário compreender o lugar social a partir do qual

ele se manifesta e a quem seus discursos servem. Reconhecer a não neutralidade não implica negar a importância do jornal, mas tomar consciência de que sua narrativa está sempre situada, moldada por disputas simbólicas e materiais.

Nesse sentido, os periódicos funcionam como arenas públicas nas quais fatos e contextos são destacados, ressaltando determinados acontecimentos enquanto outros são omitidos ou relegados a segundo plano. O jornal não apenas informa: ele faz saber, atribui importância a certos eventos, legitima personagens, constrói consensos e pode, inclusive, fomentar dissensos. Essa capacidade de selecionar, hierarquizar e fazer circular informações coloca a imprensa como um ator ativo na vida social, com impacto nas esferas nacional, estadual e local. Assim, um jornal pode tanto reforçar narrativas oficiais quanto abrir espaço para denúncias e reivindicações comunitárias, tornando-se um instrumento de resistência ou de reprodução de poderes estabelecidos.

A lógica da produção da notícia, muitas vezes tomada como algo natural, precisa ser questionada. Robert Darnton, ao estudar a história da imprensa, chama atenção para a cultura profissional que orienta os jornalistas. Sua célebre frase, “toda notícia que couber, a gente publica”, ironiza e revela, ao mesmo tempo, a tensão entre a abundância de acontecimentos e os limites do espaço, da seleção e da relevância.

A notícia não é a simples reprodução de fatos, mas o resultado de filtros, convenções de escrita, hierarquias editoriais e interesses comerciais ou políticos. O que chega ao leitor já passou por um processo de construção, no qual se decide o que merece destaque e o que será silenciado. Assim, analisar um jornal implica compreender as engrenagens invisíveis que transformam eventos cotidianos em narrativas públicas.

Essa dimensão crítica também foi alvo de reflexões literárias, como as de Lima Barreto. Em obras como *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, o escritor denunciou o papel da imprensa na formação

– e, por vezes, na deformação – da opinião pública, apontando sua capacidade de manipular reputações, ridicularizar personagens e legitimar interesses de grupos dominantes.

Para Lima Barreto, o jornalismo da Primeira República estava profundamente atrelado às elites políticas e econômicas, funcionando, muitas vezes, como um aparelho de poder mais do que como um espaço de debate democrático. Ao mostrar como Policarpo é perseguido e estigmatizado pela imprensa, o autor expõe a face corrosiva de um jornalismo que, em vez de iluminar o debate público, reforça preconceitos e marginaliza vozes dissidentes.

Ao lado da grande imprensa, consolidaram-se, ao longo da história, periódicos voltados a públicos específicos, como jornais sindicais, boletins de centros comunitários, revistas de partidos políticos, publicações de organizações estudantis, associações religiosas e organizações não governamentais. Esses impressos, muitas vezes de circulação restrita e produção artesanal, têm como marca o vínculo direto com os sujeitos que os elaboram e consomem. São, ao mesmo tempo, veículos de comunicação e instrumentos de mobilização, funcionando como extensão das lutas e dos debates travados por esses grupos.

Assim, diferentemente de um jornal de grande circulação, que busca alcançar um público amplo, o jornal comunitário ou sindical fala de dentro para dentro. Seu conteúdo reflete diretamente as preocupações, as agendas e as linguagens dos grupos envolvidos.

Por isso, quando analisamos periódicos desse tipo, é fundamental reconhecer que neles se imbricam, de maneira explícita, as vozes, as identidades e os projetos de seus produtores. Uma ata sindical transformada em boletim informativo, um fanzine estudantil produzido em uma escola ou um jornal de bairro elaborado a partir do mutirão dos moradores: cada um desses periódicos traz marcas da coletividade que o produz, perceptíveis nos temas selecionados, no vocabulário utilizado, nas imagens escolhidas e no modo como circula. São documentos nos quais a própria prática política e comunitária

se cristaliza em forma impressa. Ao mesmo tempo, esses periódicos revelam as tensões e disputas internas dos grupos, mostrando que, mesmo no âmbito da militância e da ação comunitária, existem seleções, exclusões e narrativas dominantes.

Quando pensamos nos grandes jornais de circulação nacional, estadual ou municipal, é comum associá-los às elites sociais, políticas e econômicas. Essa percepção é, em parte, confirmada por seções emblemáticas, como as colunas sociais, que, durante muito tempo, registraram festas, recepções, viagens e eventos de prestígio, produzindo uma narrativa sobre a vida pública a partir da ótica dos setores dominantes. Nesse sentido, o jornal torna-se um espelho seletivo, projetando valores e estilos de vida de determinados grupos e reforçando hierarquias e distinções sociais. Contudo, limitar a análise à superfície dessas representações seria perder de vista as múltiplas camadas que o próprio periódico contém.

É justamente na variedade editorial dos jornais que surgem brechas para pensar “a contrapelo”. Páginas policiais, seções de esportes, colunas de denúncias, notícias de bairros periféricos e até crônicas urbanas oferecem pistas valiosas sobre a presença das classes populares, suas práticas cotidianas e as formas como eram representadas – ou estigmatizadas – pela imprensa. Da mesma forma, jornais locais e comunitários, ainda que de tiragem reduzida, preservam registros de lutas, festas, reivindicações e conquistas de grupos específicos. Assim, a imprensa, mesmo marcada por interesses de poder, pode ser mobilizada como fonte para narrar a vida de comunidades, resgatar experiências de sujeitos comuns e desconstruir visões cristalizadas sobre o passado.

Lidos, à primeira vista, como relatos banais ou sensacionalistas, fatos cotidianos noticiados pela imprensa podem se revelar, sob a perspectiva da análise histórica, fontes riquíssimas para compreender as tensões sociais e culturais do cotidiano urbano. Sidney Chalhoub, em *Trabalho, lar e botequim*, exemplifica bem essa abordagem: ao

explorar jornais do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do XX, reconstruiu não apenas os crimes e as desordens relatados, mas também as formas de sociabilidade, os conflitos de classe e de gênero e as maneiras pelas quais trabalhadores e trabalhadoras negociavam sua sobrevivência em um contexto de modernização desigual. Por meio das páginas policiais e dos relatos minuciosos sobre pequenos delitos, Chalhoub revelou os bastidores da vida urbana e a presença ativa de sujeitos que, de outro modo, permaneceriam invisíveis.

Outro aspecto relevante é a dimensão visual dessas representações. Fotografias e ilustrações publicadas em jornais frequentemente retratam pessoas das classes populares quando associadas à violência, à criminalidade ou ao sensacionalismo. A imagem do trabalhador, da mulher ou do jovem da periferia aparece, muitas vezes, filtrada pelo olhar do jornalismo policial, reforçando estereótipos e preconceitos direcionados a determinados grupos sociais e, por vezes, a regiões inteiras da cidade.

Essa lógica evidencia como a imprensa não apenas narra fatos, mas também constrói imaginários urbanos, delimitando espaços de prestígio e zonas de marginalidade. Ler criticamente essas imagens e narrativas significa compreender tanto a persistência de estigmas quanto a possibilidade de ressignificá-los por meio de uma história “a contrapelo”, capaz de devolver voz e complexidade a sujeitos que, em seu tempo, foram reduzidos a personagens do sensacionalismo.

A imprensa também se consolidou como um espaço em que a população urbana projetava suas insatisfações e demandas. Ao longo do século XX, especialmente com a expansão dos grandes jornais de circulação diária, surgiram páginas e cadernos dedicados especificamente aos problemas da cidade: lixo acumulado nas ruas, falta de abastecimento de água, precariedade do transporte coletivo, buracos nas vias e ausência de iluminação pública.

Nesses espaços, o jornal tornava-se um intermediário entre a voz popular e as autoridades, transformando queixas individuais ou coletivas

em narrativas públicas capazes de pressionar governos e mobilizar soluções. A voz do cidadão comum aparecia em cartas de leitores, denúncias de moradores e colunas voltadas ao relato do cotidiano urbano.

Eduardo Silva, em *As queixas do povo*, mostra como esses registros de reclamações, aparentemente efêmeros, revelam a profundidade das desigualdades sociais e a persistência de problemas estruturais nas cidades brasileiras. As queixas, longe de serem meros desabaços, expõem as tensões entre governantes e governados, entre a promessa de modernização urbana e a realidade concreta vivida nos bairros populares.

Ler esses cadernos e seções de jornal, portanto, significa acessar um espaço privilegiado no qual se expressam as frustrações, os desejos e as reivindicações da população urbana. São fontes que permitem reconstruir não apenas a materialidade dos problemas da cidade, mas também as formas de percepção, resistência e mobilização comunitária em torno deles.

A título de exemplo, o jornal *A Ordem*, publicado em Natal e fortemente vinculado à Igreja Católica, registrou ações comunitárias como a construção de moradias no Morro de Mãe Luíza, evidenciando a articulação entre religião, política e vida urbana. Suas manchetes deram visibilidade a populações marginalizadas, aos espaços suburbanos e a lutas cotidianas que raramente apareciam na grande imprensa.

6.4. FOCO NOS ELEMENTOS MATERIAIS, EDITORIAIS E CONTEXTUAIS

A análise de periódicos impressos exige atenção a elementos materiais, editoriais e contextuais. Devemos, portanto ler o jornal como um conjunto estruturado, e não como uma coleção aleatória de textos, ajuda a perceber hierarquias de importância, estratégias de destaque e silenciamentos editoriais. Um assunto tratado em manchete de capa, por exemplo, possui um peso simbólico muito maior

do que uma nota inserida discretamente entre os classificados. Identificar essas seções e compreender sua função no conjunto do jornal amplia a capacidade analítica, permitindo enxergar o periódico não apenas como um espelho da realidade, mas como um espaço ativo de mediação e construção de sentidos.

Quadro 6.2 – Roteiro para observar a materialidade e a organização de um periódico

Antes de iniciar a interpretação de um jornal ou revista, procure responder às seguintes questões:

1. Identificação da edição

Qual é o título do periódico?

Qual é o número da edição?

Qual é a data completa (dia, mês e ano)?

Os textos possuem autoria identificada?

2. Estrutura editorial

Quais temas aparecem na primeira página?

Quais assuntos receberam maior destaque?

Como o periódico está organizado (editorial, política, economia, cultura, esportes, classificados, cartas de leitores, colunas etc.)?

3. Hierarquia das informações

Quais notícias ocupam a manchete principal?

Quais aparecem em páginas internas ou em notas breves?

Há assuntos ausentes ou pouco visíveis?

4. Pergunta para orientar a leitura

Lembre-se de que um jornal não é uma coleção aleatória de textos. Sua organização revela prioridades editoriais, escolhas políticas e formas de atribuir importância aos acontecimentos. Observar o lugar ocupado por cada notícia ajuda a compreender como o periódico constrói sentidos sobre a realidade e quais temas ou grupos sociais procura destacar ou silenciar.

Por essas características, as fontes impressas e periódicas, em toda a sua diversidade, oferecem um repertório de informações capaz de subsidiar a produção de histórias de comunidades. Por meio desses materiais, é possível recuperar debates políticos, registrar transformações urbanas, identificar redes de sociabilidade, compreender práticas culturais e observar a presença de sujeitos e grupos sociais que, muitas vezes, não aparecem com destaque em outras fontes.

Mesmo os jornais produzidos por grandes grupos econômicos e voltados às elites sociais contêm, em suas páginas e cadernos especializados, registros do cotidiano popular, das demandas urbanas, dos conflitos sociais e das representações construídas sobre diferentes setores da cidade. Por outro lado, os periódicos ligados a associações comunitárias, sindicatos, partidos ou movimentos sociais revelam perspectivas próprias, articuladas em torno de causas, identidades e lutas específicas.

Ao serem analisadas criticamente, essas fontes permitem múltiplas operações analíticas: podem confirmar informações provenientes de outras fontes documentais, ampliar a compreensão de um tema por meio de novos detalhes contextuais e, sobretudo, possibilitar leituras a contrapelo, revelando aspectos da experiência social de grupos subalternizados e identificando vozes e presenças que escapam das narrativas oficiais.

Para projetos de história de comunidades, esse potencial é particularmente relevante. Notícias sobre infraestrutura urbana, denúncias de moradores, colunas de cartas, fotografias, anúncios, reportagens sobre festas de bairro ou campanhas políticas locais podem transformar-se em pontos de partida para reconstruir memórias coletivas, iluminar trajetórias individuais e compreender dinâmicas sociais em escala local. Ao articular periódicos com outras fontes – institucionais, orais, familiares ou audiovisuais —, torna-se possível produzir narrativas históricas densas, plurais e situadas, que devolvem às comunidades a potência de contar e interpretar suas próprias histórias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os periódicos constituem fontes particularmente ricas para a pesquisa histórica porque permitem observar, simultaneamente, acontecimentos, interpretações e disputas em torno da realidade social. Suas páginas registram fatos considerados relevantes em determinada época, mas também valores, preconceitos, projetos políticos, formas de mobilização e modos de representar diferentes grupos sociais. Quando analisados criticamente e articulados a outras evidências documentais, tornam-se instrumentos fundamentais para compreender tanto as narrativas predominantes quanto as experiências de sujeitos e comunidades frequentemente marginalizados pelas versões oficiais do passado.

Para pesquisadores, professores e comunidades interessadas em reconstruir suas próprias trajetórias, o trabalho com fontes periódicas amplia as possibilidades de investigação histórica. Notícias, editoriais, fotografias, anúncios, cartas de leitores e jornais comunitários oferecem pistas para compreender transformações urbanas, práticas culturais, conflitos sociais e processos de construção de identidades. Assim, os periódicos constituem espaços de memória e de disputa de sentidos, cuja leitura crítica contribui para produzir narrativas históricas mais plurais, contextualizadas e comprometidas com a diversidade das experiências humanas.

CAPÍTULO 7

A MEMÓRIA E A ORALIDADE: VOZES, LENDAS E SABERES QUE CONSTROEM HISTÓRIAS

INTRODUÇÃO

Toda comunidade guarda histórias que ajudam a explicar quem somos, de onde viemos e como construímos nossa forma de viver. Muitas dessas histórias não estão registradas em livros, documentos ou fotografias. Elas permanecem vivas nas lembranças das pessoas, nas conversas entre gerações, nos causos, nas cantigas, nas rezas e em tantas outras manifestações da cultura popular. A memória e a oralidade, portanto, constituem importantes patrimônios culturais, pois preservam experiências, saberes e modos de compreender o mundo que dificilmente aparecem nas fontes escritas.

Neste capítulo, veremos como a memória e a oralidade podem contribuir para conhecer e valorizar a história das comunidades. Discutiremos por que escutar as pessoas é uma forma de produzir conhecimento histórico, mostraremos como lendas, cantigas e narrativas populares também podem ser utilizadas como fontes de pesquisa, apresentaremos sugestões de atividades para registrar e compartilhar essas histórias e exploraremos maneiras de transformar lembranças em ações educativas, culturais e comunitárias. Ao final, o leitor encontrará ainda exemplos de mapas e rotas da memória, além

de indicações de filmes, livros e programas que ajudam a refletir sobre o papel das lembranças e das narrativas orais na construção das identidades coletivas.

7.1. POR QUE TRABALHAR COM MEMÓRIA E ORALIDADE?

Nem tudo o que aconteceu no passado está registrado em livros ou em documentos preservados em arquivos e museus. Muitas pessoas – como agricultores, parteiras, trabalhadores de fábricas, moradores de periferias, povos indígenas e comunidades quilombolas – viveram experiências importantes, mas raramente tiveram suas histórias registradas ou valorizadas pelos documentos oficiais.

Por isso, escutar essas pessoas e valorizar suas narrativas é uma forma de fazer justiça à história. Significa reconhecer que cada voz importa e que cada lembrança compõe parte daquilo que somos como comunidade e como sociedade.

Quando alguém conta como foi trabalhar na roça desde a infância, como sobreviveu a uma enchente, como aprendeu um ofício com os pais ou como eram as festas e celebrações de sua juventude, está compartilhando um fragmento da história de sua comunidade. São relatos que, muitas vezes, carregam emoções, saberes e experiências que dificilmente aparecem em documentos oficiais, mas que ajudam a compreender a vida cotidiana e a memória coletiva de um grupo social.

Por exemplo, uma senhora ou um senhor que conhece de cor as rezas e cantigas tradicionais das festas de São João pode transmitir importantes conhecimentos sobre a fé, a cultura e as tradições de sua comunidade. Da mesma forma, um morador que se recorda da chegada da energia elétrica à localidade preserva uma memória viva das transformações ocorridas no cotidiano.

Um bom exemplo é o da escritora Carolina Maria de Jesus. Ela morava em uma favela em São Paulo e, por muitos anos, escreveu em

um caderno o que via e sentia no seu dia a dia. Mesmo sem acesso à escola como muita gente, suas palavras mostravam a vida das pessoas pobres que ninguém costumava escutar. Seu livro *Quarto de Despejo* tornou-se uma denúncia poderosa, não porque vinha de um lugar famoso, mas porque partia da experiência real de uma mulher negra, mãe e trabalhadora. Carolina mostra que a memória e a fala de quem vive à margem também são história. Conforme assinala Ecléa Bosi (1994), as lembranças das pessoas idosas permitem acessar dimensões da vida social marcadas por riqueza e diversidade que frequentemente passam despercebidas. Quando acolhidas com atenção, essas memórias revelam a capacidade humana de produzir cultura, contrapondo-se à visão reduzida do indivíduo limitado à condição de consumidor.

Cada conversa e cada palavra carregam sentimentos, visões de mundo e aprendizados. Tudo isso contribui para a construção de uma história mais completa, mais humana e mais próxima da realidade das pessoas que vivem em cada comunidade.

7.2. LENDAS E FOLCLORE COMO TESOUREOS DE HISTÓRIAS

Toda comunidade tem histórias que misturam encantamento, sabedoria e imaginação. Elas são contadas nas festas, nas cozinhas, nas lavouras, nos caminhos de fé e nos terreiros. Às vezes, parecem apenas “invenções” do povo, mas guardam formas antigas de ensinar, lembrar e manter viva a identidade de uma comunidade.

Esses causos, lendas e cantigas falam do que é sagrado, do que assusta e do que alegra. Mesmo quando parecem fantasiosos, revelam muito sobre a maneira como as pessoas compreendem o mundo ao seu redor. Vejam alguns exemplos no quadro 7.1.

Quadro 7.2 – Lendas e cantigas também contam a história de uma comunidade

Manifestação	O que ela revela sobre a comunidade?
Saci	Figura presente em diversas regiões do Brasil, reúne influências indígenas, africanas e europeias. Suas histórias ensinam sobre o respeito à natureza, os perigos da mata e a riqueza das tradições populares.
“Vaca Estrela e Boi Fubá” (Patativa do Assaré e Zé Paixão)	A canção preserva memórias do sertão, do trabalho no campo, da convivência com os animais e dos sentimentos de perda e saudade. Mostra como a música também registra modos de vida e identidades regionais.
“Coração de Luto” (Teixeirinha)	Ao narrar a morte da mãe e as dificuldades da infância, transforma uma experiência individual em memória coletiva. A permanência da canção ao longo das gerações demonstra como a música pode conservar emoções, valores e lembranças compartilhadas.

O que esses exemplos têm em comum? Embora pertençam a gêneros diferentes — lenda e canções populares —, todos preservam experiências, valores, sentimentos e formas de compreender o mundo. Por isso, podem ser utilizados como fontes para investigar a memória, a cultura e a história das comunidades.

Essas histórias e músicas não são apenas formas de entretenimento; são maneiras de preservar aquilo que o tempo não apaga. Elas fazem parte da alma de um povo, de seus saberes, de suas tradições e de suas formas de viver e sentir o mundo.

Quando uma comunidade conta uma lenda, canta uma moda ou relembra um causo, está afirmando sua própria existência, sua memória e seu direito de narrar a própria história. Nesse sentido, trabalhar com lendas, causos, cantigas e manifestações do folclore também é uma forma de fazer história com afeto, respeito e valorização das vozes de quem vive o cotidiano do lugar.

7.3. O QUE FAZER COM AS HISTÓRIAS DEPOIS QUE AS ESCUTAMOS?

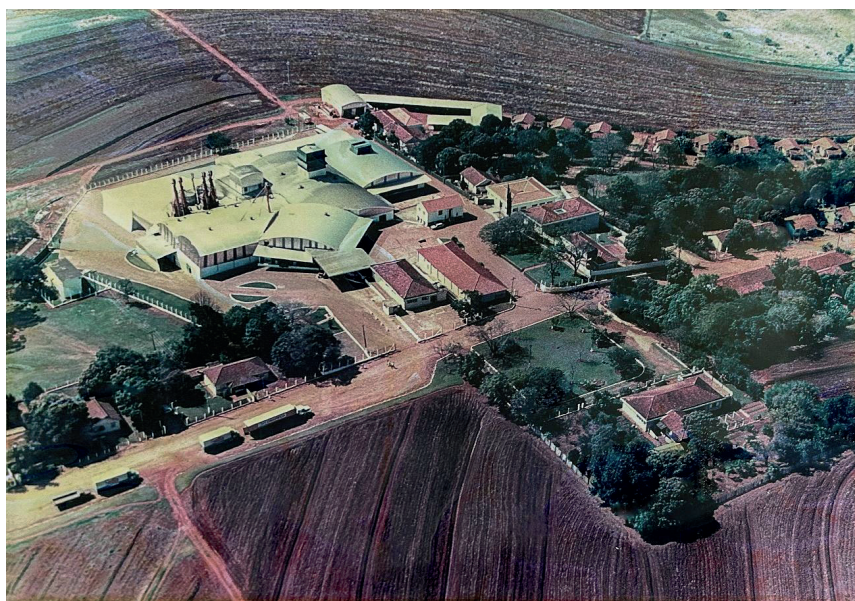
Depois que uma história é contada, ela não deve ficar guardada apenas no gravador, no caderno, no celular ou na memória de quem a ouviu. Toda história escutada com atenção merece um destino, seja para preservar, compartilhar, refletir ou transformar-se em algo que possa retornar à comunidade. O importante é lembrar que essas palavras são vivas, têm dono e carregam afeto. São sementes que, quando bem cuidadas, florescem em muitos caminhos.

Uma das primeiras coisas que se pode fazer é organizar o que foi escutado. Isso significa transcrever (escrever como a pessoa falou), anotar os temas que apareceram, perceber repetições, sentimentos, símbolos. Pode-se separar por assunto: infância, trabalho, festas, lutas, religiosidade, natureza. Esse cuidado ajuda a transformar a conversa em algo que possa ser lido e compreendido por outras pessoas, sem perder o jeito e a voz de quem contou.

Essas histórias podem virar muita coisa: um caderno artesanal com trechos de falas, uma roda de leitura, um mural na escola, um pequeno livro de memórias, uma peça de teatro feita com os moradores, um podcast com sons da comunidade. Também podem ser usadas em exposições, feiras culturais, projetos escolares ou reuniões entre gerações. O que importa é que a história ganhe forma e circule – que toque outras pessoas, que provoque conversa, que faça pensar.

Mas é sempre bom lembrar: antes de publicar, mostrar, divulgar, é necessário voltar à pessoa que contou a história e perguntar se ela concorda com a publicação. Essa devolutiva é sinal de respeito. Afinal, quem compartilhou a memória confiou em você. Fazer algo bonito com o que se escutou é uma forma de agradecer. E, mais do que isso, é um jeito de transformar a escuta em ação, e a lembrança em presença viva no cotidiano da comunidade.

Figura 1 – Fazenda Santa Rita, pertencente à Agrocerecer na década de 1980.



Fonte: Acervo particular, fotografia cedida pelo atual proprietário da Fazenda Santa Rita.

Fotografias antigas, como a da Fazenda Agrocerecer, no município de Santo Antônio da Platina, no norte do Paraná, podem funcionar como chaves para abrir as portas da memória. Nela, vemos casas térreas com telhados de duas ou quatro águas, organizadas em fileiras

regulares, compondo um núcleo urbano típico das agroindústrias do início do século XX. Quem viveu ali? Como eram os dias de trabalho, as festas, as rezas e os conflitos? Uma única imagem pode provocar dezenas de perguntas e reativar as lembranças de moradores antigos ou de seus descendentes.

Utilizar essas imagens em rodas de memória ou entrevistas é uma forma de fazer história a partir do olhar de quem viveu ou ouviu falar sobre esse lugar. A Fazenda Agrocere, com sua organização “urbana” autossuficiente, abrigava famílias de trabalhadores e representava um modo de vida rural-industrial que foi, em grande parte, apagado dos registros institucionais. Ao recuperar essas imagens e histórias por meio da oralidade, estamos resgatando formas de resistência e de pertencimento coletivo.

Ao utilizar fotografias como essa, podemos fazer perguntas como: O que se vê na paisagem? (casas, tipo de construção, organização do espaço); que tipo de vida vocês imaginam que havia ali?; que memórias essa imagem pode despertar em alguém que viveu nesse lugar?; o que não está na foto, mas poderia fazer parte da história da comunidade?

Mais do que documentos visuais, essas fotografias tornam-se convites à memória, despertando histórias esquecidas e valorizando os saberes de quem, por muito tempo, não foi ouvido. Fazer perguntas diante de uma imagem é também um gesto de respeito e de reconstrução coletiva da história – uma história que ganha voz quando a comunidade é chamada a lembrar e a contar.

Outro exemplo é a “Linha Afrocuritibana”, na cidade de Curitiba, Paraná. A Linha Afrocuritibana é uma iniciativa que apresenta espaços da cidade marcados pela presença negra, muitas vezes apagada da história oficial. Ela inclui pontos como a Igreja do Rosário, o Largo da Ordem, a Praça Tiradentes e muitos outros locais associados a trajetórias de luta, fé e resistência. Mais do que um passeio, trata-se de um percurso de memória e valorização das contribuições afro-brasileiras para a formação histórica e cultural de Curitiba.

Esse roteiro foi criado como parte de um projeto de extensão da Universidade Federal do Paraná, em parceria com movimentos sociais. O percurso convida moradores, visitantes e turistas a enxergarem o centro da cidade sob uma nova perspectiva, reconhecendo, por meio da caminhada e da escuta, a presença negra na história local.

Roteiros como esse ajudam a fortalecer a identidade das comunidades, especialmente quando são construídos com a participação dos moradores. Ao caminhar pelas ruas, ouvir histórias e nomear lugares que carregam memórias esquecidas, cria-se uma nova forma de ensinar e aprender história: com os pés no chão do território e os ouvidos atentos às vozes que sempre estiveram ali. Iniciativas como essa podem e devem ser desenvolvidas dentro das próprias comunidades – sejam elas rurais, urbanas, periféricas ou quilombolas – como forma de preservar saberes e afirmar presenças.

Escutar histórias é apenas o começo. Depois de ouvir, registrar e compreender as histórias da comunidade, é hora de colocá-las em circulação. A seguir, encontram-se algumas atividades que podem fortalecer a preservação da memória local.

Quadro 7.3. Ideias para transformar a memória em ação

Atividade	Como realizar	Objetivo
Roda de memória	Convide moradores mais velhos para conversar sobre temas como infância, trabalho, festas, religiosidade, encantados ou assombrações. Registre os relatos (com autorização) e compartilhe-os posteriormente com os participantes para validação.	Valorizar a escuta, registrar memórias e fortalecer o diálogo entre gerações.

Arquivo vivo da memória oral	Organize entrevistas, cantigas, causos, expressões populares e depoimentos em um acervo físico ou digital, disponível para consulta da comunidade.	Preservar e difundir o patrimônio oral da comunidade.
Peça de teatro comunitário	Transforme histórias locais em pequenas encenações envolvendo crianças, jovens, adultos e idosos, apresentadas em escolas, festas ou encontros comunitários.	Reviver memórias por meio da arte e estimular a participação coletiva.
Festival ou feira da oralidade	Promova um encontro para contar histórias, cantar modas antigas, recitar poesias, preparar receitas tradicionais e apresentar objetos carregados de memória.	Celebrar os saberes locais e incentivar a transmissão das tradições.
Podcast comunitário	Grave histórias, lendas, cantigas, conselhos e bênçãos utilizando um celular. Compartilhe os episódios em rádios locais, grupos de WhatsApp ou outros meios acessíveis.	Ampliar o alcance das memórias da comunidade utilizando recursos digitais.
Publicação de narrativas e saberes populares	Produza um livreto, caderno ou coletânea com causos, lendas, provérbios e expressões da comunidade, em formato artesanal ou impresso.	Registrar e valorizar o patrimônio cultural para as gerações futuras.

Lembre-se: nenhuma dessas atividades exige grandes recursos financeiros. O mais importante é a disposição para ouvir, registrar, compartilhar e reconhecer que a memória de uma comunidade se fortalece quando circula entre seus próprios moradores. As atividades aqui sugeridas envolvem memória, oralidade e cultura popular. Elas podem ser adaptadas à sua realidade, seja na cidade, no campo, na igreja, na escola, no terreiro, na associação de bairro ou mesmo na sala de casa. O mais importante é envolver as pessoas, valorizar os saberes já existentes e criar espaços para lembrar, registrar, ensinar e compartilhar.

7.4. MAPA DA MEMÓRIA: REVELANDO HISTÓRIAS NOS TERRITÓRIOS DO COTIDIANO

Criar um “Mapa da Memória” é uma proposta simples, mas poderosa, para construir, com a comunidade, um olhar sensível sobre o território onde se vive. Pegue um mapa do bairro, da cidade ou da região – pode ser um croqui feito à mão, um pedaço de papel pardo, tecido, cartolina ou mesmo uma impressão de um mapa digital – e vá marcando os lugares significativos: onde viveu a benzedeira que curava com rezas e ervas, a primeira escola da comunidade, o local onde ocorreu uma ocupação por moradia, a igreja onde acontecem as festas religiosas, o salão de baile, o campo de futebol improvisado ou, ainda, o quintal onde uma senhora ensinava a costurar.

Essa prática funciona como um “tour de contrastes” da própria comunidade, semelhante ao famoso passeio turístico que percorre diferentes bairros da cidade de New York City, nos Estados Unidos, revelando as múltiplas camadas culturais e sociais que compõem a cidade. No Bronx, por exemplo, a presença de grafites e memoriais em homenagem a jovens vítimas da violência expressa dores coletivas e identidades locais. Em Queens, a diversidade étnica se materializa nas ruas, nas casas, nos idiomas falados e nos modos de vida. No

Brooklyn, o bairro ortodoxo de Williamsburg mostra o peso das tradições e das rupturas em uma grande metrópole.

Do mesmo modo, o “Mapa da Memória” de um bairro pode revelar contrastes, silêncios e permanências: a separação entre a parte “nobre” e a “periférica”, a presença de migrantes que chegaram de outras regiões do país, as mudanças no uso dos espaços (como uma antiga fábrica que se transformou em escola), os conflitos e as conquistas coletivas – tudo isso se torna visível quando as marcas da memória são colocadas no papel.

Mais do que um exercício de localização geográfica, esse mapa é uma obra coletiva que expressa a alma de um lugar. Ele pode ser enriquecido com fotografias antigas, relatos orais, objetos significativos e até trechos de músicas, orações ou ditados populares. Ao ser apresentado em uma exposição, pode despertar novas lembranças e histórias. Assim como no tour por bairros de Nova York, em que o visitante sai transformado pela pluralidade que viu e ouviu, o “Mapa da Memória” também transforma a forma como olhamos para o nosso território – não como um espaço qualquer, mas como um lugar carregado de sentidos, histórias e pertencimentos.

7.5. CRIAR UMA ROTA DA MEMÓRIA LOCAL (INSPIRADA NA LINHA AFROCURITIBANA)

Uma forma de valorizar a história e a identidade de um território é construir coletivamente uma Rota da Memória. Inspirada em experiências como o Percorso AfroCuritiba – idealizado por pesquisadores, artistas e lideranças negras da cidade —, essa proposta convida a comunidade a escolher lugares que guardam lembranças, saberes e lutas.

Pode ser o antigo terreiro de umbanda que hoje está desativado, mas que foi ponto de encontro e acolhimento espiritual; a igreja onde se organizavam as festas populares; a casa onde funcionava um armazém tradicional que abastecia o bairro; o terreno onde existiu um

quilombo urbano; ou o barracão onde grupos de capoeira, congada ou maracatu mantinham viva a cultura popular. Cada ponto tem algo a contar – mesmo que hoje esteja apagado do mapa oficial.

A ideia é montar um percurso simples, mas significativo, com o apoio de placas informativas, sinalizações manuais, guias comunitários, QR codes, mapas desenhados à mão ou folhetos com fotos e relatos. Não é necessário dispor de grandes recursos: o mais importante é reunir pessoas dispostas a lembrar e a contar. Assim como na Linha Afrocuritiba, em que as ruas se transformaram em palco da memória afro-brasileira, a Rota da Memória transforma o bairro em um espaço vivo de aprendizado e escuta.

Escolas, centros culturais, associações de moradores, bibliotecas, grupos religiosos e coletivos de juventude podem participar desse processo. Uma boa estratégia é conversar com professoras e professores da rede pública, dialogar com as secretarias municipais de cultura ou mesmo buscar parcerias com universidades locais – muitas delas desenvolvem projetos de extensão voltados à valorização das memórias comunitárias.

Além de estimular o reconhecimento da própria história, essa ação fortalece vínculos entre gerações, combate o apagamento de culturas locais e promove o sentimento de pertencimento. Caminhar por essa rota é mais do que seguir um trajeto: é percorrer uma paisagem marcada por vozes, afetos e resistências que continuam presentes nos muros, nos gestos e nas lembranças de quem vive ali. É fazer da cidade, do bairro ou da região onde se mora um livro aberto, em que cada espaço tem algo a ensinar.

7.6. FILMES, LIVROS E PROGRAMAS QUE NOS AJUDAM A LEMBRAR E APRENDER

Muita gente acha que só se aprende história na escola ou lendo livros difíceis. Mas não é bem assim. A memória também vive no

cinema, nas músicas, nos programas de TV e nas histórias contadas por gente comum, como eu e você. Assistir a um filme, ouvir um relato na televisão ou ler um livro simples – tudo isso pode abrir os olhos e o coração para compreender melhor a vida do povo, o passado da comunidade e os sentimentos que atravessam gerações.

QUADRO 7.6. PARA ASSISTIR, LER E CONVERSAR SOBRE MEMÓRIA E ORALIDADE

As obras a seguir mostram que as histórias de vida, as lembranças e os saberes populares podem ser preservados por diferentes linguagens. Elas são excelentes para rodas de conversa, oficinas, atividades escolares e encontros comunitários.

Tipo	Obra	Por que vale a pena conhecer?
Filme	Narradores de Javé (2003)	Os moradores de um povoado ameaçado de desaparecer recorrem às histórias orais para demonstrar a importância de sua comunidade. O filme evidencia o valor da memória, da oralidade e dos saberes populares na construção da história.
Filme	Central do Brasil (1998)	A viagem de uma ex-professora e de um menino em busca de suas origens mostra como as lembranças, os afetos e os encontros ajudam a construir a identidade das pessoas.

Livro	Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada – Carolina Maria de Jesus	A autora registra o cotidiano da favela a partir de sua própria experiência. A obra demonstra que pessoas comuns também produzem documentos históricos e preservam memórias fundamentais para compreender a sociedade brasileira.
Programa de TV	Globo Rural	Apresenta modos de vida, saberes do campo, festas, tradições e histórias de comunidades rurais, revelando como a cultura e a memória são transmitidas entre gerações.

Para refletir após a leitura ou exibição

- Que memórias aparecem na obra?
- Quem conta essas histórias?
- Quais grupos sociais ganham voz?
- Como a obra ajuda a compreender a identidade de uma comunidade?
- Existem histórias semelhantes em sua comunidade?

Experimente! Escolha uma dessas obras e organize uma roda de conversa. Depois, convide os participantes a compararem as histórias apresentadas com as memórias, os causos e as tradições de sua própria comunidade.

Esses materiais estão disponíveis em bibliotecas públicas, plataformas gratuitas e em sites como o YouTube. Você pode assisti-los, compartilhá-los com a comunidade e até usá-los como ponto de partida para rodas de conversa, entrevistas e oficinas de memória.

CONCLUSÃO

A memória e a oralidade mostram que a história está presente em arquivos, museus ou livros. Ela também vive nas lembranças das pessoas, nas conversas entre gerações, nas lendas, nas cantigas, nas fotografias antigas e nos lugares que fazem parte do cotidiano das comunidades. Quando essas narrativas são escutadas, registradas e analisadas com respeito, tornam-se fontes valiosas para compreender modos de vida, identidades, conflitos, saberes e transformações que, muitas vezes, permaneceram ausentes dos registros oficiais. Ouvir quem viveu a história é reconhecer que toda comunidade produz conhecimento sobre si mesma e tem o direito de preservar e compartilhar suas próprias memórias.

Ao longo deste capítulo, vimos que a memória pode assumir muitas formas: relatos orais, manifestações do folclore, fotografias, mapas afetivos, roteiros de memória, produções culturais e iniciativas coletivas de registro e divulgação. Também percebemos que preservar essas lembranças não exige grandes investimentos, mas disposição para escutar, dialogar e envolver diferentes gerações em um mesmo projeto de valorização da história local. Assim, além recuperar o passado, trabalhar com a memória e a oralidade significa fortalecer o sentimento de pertencimento, ampliar a participação da comunidade na construção de sua própria história e garantir que as vozes do presente continuem inspirando as gerações futuras.

CAPÍTULO 8

O AUDIOVISUAL: SONORIDADES E VISUALIDADES DA EXPERIÊNCIA COMUNITÁRIA

INTRODUÇÃO

Vivemos cercados por imagens e sons. Fotografias, vídeos, músicas, gravações de voz e filmes registram momentos importantes da vida das pessoas e das comunidades. Esses materiais preservam lembranças, sentimentos, modos de viver e maneiras de compreender o mundo. Quando produzidos ou compartilhados pela própria comunidade, tornam-se importantes testemunhos de sua história.

Neste capítulo, discutiremos o potencial do audiovisual como fonte para a história das comunidades. Veremos o que caracteriza essa linguagem e por que ela se tornou um recurso cada vez mais acessível para registrar memórias coletivas. Também apresentaremos sugestões para desenvolver projetos audiovisuais comunitários, identificar diferentes tipos de fontes, transformá-las em narrativas visuais, textuais e afetivas e utilizá-las em ações educativas e culturais. Ao final, esperamos mostrar que fazer história com imagens e sons não depende de equipamentos sofisticados, mas de um olhar atento, de uma escuta sensível e do compromisso de preservar e compartilhar as histórias que dão sentido à vida das comunidades.

8.1. O QUE É O AUDIOVISUAL?

O audiovisual é a combinação de imagens e sons para registrar, comunicar ou expressar ideias, vivências e histórias. Ele inclui vídeos, músicas, filmes, fotografias com som e outros formatos que unem o que se vê e o que se ouve. É uma forma de contar o que as pessoas vivem e sentem.

Com celulares, aplicativos simples e uma escuta atenta, qualquer pessoa pode registrar aspectos significativos do cotidiano. Ao fazer isso em diálogo com a comunidade, o gesto de documentar ganha novos sentidos: transforma imagens e sons em expressões de memória coletiva, de afetos compartilhados e de formas de resistência. Esses registros podem se tornar fontes para pensar o passado e produzir narrativas históricas a partir das vivências locais.

O audiovisual é uma forma de contar histórias comunitárias. Ao unir som e imagem em movimento, ele permite registrar experiências com emoção e detalhe. Diferentemente do texto escrito, que muitas vezes exige formalidade, o vídeo e o áudio se aproximam do cotidiano das pessoas: capturam o jeito de falar, os cenários do bairro, os gestos, os risos, os silêncios, as músicas e as pausas que também dizem muito. Por isso, o audiovisual tornou-se uma fonte histórica legítima e cada vez mais valorizada, especialmente quando produzido pelas próprias comunidades.

O som e a imagem têm força porque falam diretamente com a memória afetiva. Quem escuta uma cantiga antiga ou revê um vídeo familiar de uma festa, de um almoço, por exemplo, sente que aquela história revive lembranças e emoções. É por meio dessas linguagens que conseguimos guardar, compartilhar e fortalecer memórias que, de outro modo, poderiam desaparecer. Ademais, muitas pessoas se expressam melhor falando ou mostrando do que escrevendo. Por isso, é necessário abrir espaço para todos os jeitos de contar histórias.

8.2. UM PROJETO DE AUDIOVISUAL

Não é necessário ter equipamentos caros para começar um projeto audiovisual comunitário. Podem ser utilizados vídeos caseiros, gravações de festas, entrevistas feitas com celular, registros de encontros e reuniões, músicas locais e sons da feira, da escola, da igreja, da praia ou do campo. Cada um desses materiais, mesmo simples, carrega um pedaço da história de um lugar.

O mais importante é envolver a comunidade em todas as etapas da produção: pensar, em conjunto, o que será gravado, convidar moradores para contar suas histórias, ensinar uns aos outros a filmar, gravar, editar e divulgar. A produção coletiva fortalece vínculos e dá sentido ao que está sendo feito. Além disso, mostra que todas as pessoas podem participar da construção da memória local.

Muitas experiências inspiradoras têm surgido por todo o país: estudantes gravando lendas do seu bairro, jovens criando videoclipes com músicas da comunidade, moradores produzindo documentários sobre festas religiosas ou sobre as histórias da quadra e da praça da vila. São ações que mostram que não é necessário esperar alguém “de fora” para valorizar o que está “dentro”.

Um exemplo de como um vídeo gravado com o celular, produzido no ambiente escolar, pode atravessar muros e alcançar o país inteiro é a história de Yago Savalla. Estudante de Salvador, com apenas 16 anos, ele viralizou ao interpretar Ney Matogrosso em um projeto interdisciplinar da escola onde estuda. O vídeo foi gravado e publicado nas redes sociais; a repercussão fez com que o estudante ganhasse visibilidade e recebesse convites para participar de diversos programas e desfilar pela escola de samba Imperatriz Leopoldinense.

Essa história mostra como as expressões artísticas das comunidades escolares, quando registradas e compartilhadas, podem ganhar grande repercussão e valorizar talentos que muitas vezes permanecem invisíveis. Uma câmera simples e um olhar atento já bastam para

transformar uma apresentação em memória coletiva e, como no caso de Yago, em reconhecimento nacional. Gravar também é dar visibilidade.

Com celular, papel e criatividade, é possível começar. Atividades como “Meu Bairro em Vídeo”, “Trilha Sonora da Comunidade” ou “Doc de Memórias” são simples de realizar e geram resultados que emocionam e ensinam. O importante é começar com cuidado e respeito, sempre pedindo autorização para gravar e compartilhar os registros.

Hoje existem diversas formas de guardar registros audiovisuais de maneira segura. É possível utilizar plataformas de armazenamento em nuvem, gratuitas ou pagas, como Google Drive, Dropbox, OneDrive, entre outras. Algumas escolas e universidades também oferecem espaços próprios para esse fim, e há iniciativas públicas, como o Internet Archive, que permitem criar acervos digitais acessíveis à comunidade. O mais importante é garantir que esses materiais estejam organizados, preservados e possam ser consultados por quem viveu ou ajudou a construir essas memórias.

8.3. POR QUE UTILIZAR O AUDIOVISUAL NA HISTÓRIA DAS COMUNIDADES?

Devemos usar os meios e produtos audiovisuais porque ver e ouvir a própria história faz diferença. Quando alguém da comunidade se vê em um vídeo ou escuta a própria voz gravada contando um “causo” antigo, algo muda. A pessoa percebe que sua vivência tem valor, que sua fala importa e que seu jeito de viver é digno de memória. O audiovisual tem essa força: devolve às pessoas a imagem de si mesmas como parte da história.

Em muitas comunidades, as memórias circulam nas conversas, nas rodas, nos ensaios de dança, nas encenações da igreja e nas cantorias da feira. Registrar esses momentos não é apenas guardar: é cuidar. Mais do que isso, é ampliar o alcance dessas histórias. Um vídeo simples gravado com celular pode sair da sala de aula para o

grupo da família, do grupo da família para a escola, da escola para a cidade inteira. Pode, inclusive, chegar a pessoas que nunca ouviram falar daquele lugar, como aconteceu com o estudante Yago Savalla, que emocionou o Brasil com sua performance.

O audiovisual também é uma forma de participação. Diferentemente de um livro pronto, em que o leitor apenas recebe o conteúdo, um vídeo pode ser produzido de forma coletiva: uma pessoa segura a câmera, outra faz perguntas, outra edita, outra apresenta. É uma construção em grupo. Nesse processo, muita coisa é aprendida: escutar o outro, respeitar o tempo de fala, refletir sobre o que é importante mostrar e cuidar da imagem e da palavra com responsabilidade.

Esses registros, mesmo simples, são inéditos e ricos em detalhes da vida real. Eles capturam gestos, sotaques, ambientes, músicas e emoções, tornando-se documentos vivos.

O Ministério da Educação, por meio do material técnico *Audiovisuais: arte, técnica e linguagem* (Brasil, 2026), reforça que essa é uma linguagem legítima que combina visão e audição, capaz de tornar o aprendizado mais sensível e significativo. Esse tipo de recurso educativo é fundamental não apenas para a escola, mas também para a história comunitária, pois permite a reflexão crítica, o resgate da vida cotidiana e a construção de novos sentidos a partir da realidade local.

Nas redes sociais e plataformas gratuitas, esse tipo de registro tem ganhado destaque: cenas espontâneas e histórias simples podem viralizar, mostrando que o cotidiano comunitário carrega beleza, ritmo e memória. O audiovisual aproxima, emociona e faz história com afeto.

Outra razão importante é que nem todas as pessoas se sentem confortáveis com a escrita. Há quem prefira contar, cantar ou encenar. O audiovisual permite isso. Ele acolhe diferentes formas de expressão, abre espaço para a oralidade, para o gesto e para a emoção. Além disso, inclui pessoas que muitas vezes foram deixadas de fora.

Por isso, utilizar o audiovisual na história das comunidades é mais do que uma escolha técnica. É um gesto de escuta, de visibilidade

e de reconhecimento. É dizer: “A nossa história também merece ser contada – com a nossa voz, com a nossa cara, do nosso jeito”.

8.4. O AUDIOVISUAL COMO FONTE HISTÓRICA

Quando falamos em “fazer história”, muita gente pensa logo em livros, documentos antigos e fotografias em preto e branco. Mas a história também se constrói com sons, imagens em movimento e vozes que guardam o tempo dentro delas. O audiovisual é isso: uma forma de registrar e contar experiências por meio de vídeos, músicas, gravações e cenas do cotidiano. Ele mostra o que é vivido – e sentido – pelas pessoas.

Um vídeo de uma roda de conversa, um áudio de uma reza, uma gravação feita durante a festa da padroeira ou até um filme com cenas simples do bairro: tudo isso pode ser fonte histórica. Pode parecer pouco, mas não é. O audiovisual guarda gestos, pausas, risos, silêncios, cenários e modos de falar. Ele registra a vida como ela acontece.

Historiadores, professores e educadores vêm reconhecendo cada vez mais que a escuta atenta e o olhar sensível são formas legítimas de conhecer o passado e o presente. O audiovisual permite captar aspectos que os textos muitas vezes não conseguem registrar: a emoção no rosto, o som do tambor, o vento nas árvores e a gargalhada depois de uma boa história. Esses elementos revelam modos de viver, de sentir e de lembrar.

Nas comunidades, o audiovisual também ajuda a dar visibilidade àquilo que costuma ser esquecido. Quando os moradores se filmam, entrevistam-se e se escutam, estão dizendo: “nós temos memória, temos voz e temos o direito de contá-la”.

Não é necessário ter uma câmera profissional ou um estúdio. O mais importante é o sentido do registro e sua conexão com a comunidade.

Quadro 8.4 -Fontes audiovisuais da comunidade

Tipo de registro	Exemplos	O que pode revelar?
Vídeos	Festas, entrevistas com moradores, encenações, batizados e outras celebrações comunitárias.	Modos de viver, práticas culturais, formas de sociabilidade e tradições locais.
Registros de eventos	Celebrações religiosas, danças tradicionais, reuniões de bairro, mutirões e atividades coletivas.	Costumes, formas de organização comunitária e manifestações culturais.
Gravações sonoras	Músicas compostas por moradores, rezas, cantigas, depoimentos e rodas de conversa.	Memórias, crenças, conhecimentos e formas de expressão oral.
Paisagens sonoras	Sons da feira, do sino da igreja, da escola, dos pássaros, das ruas ou de outros ambientes cotidianos.	Aspectos da vida diária e da identidade sonora da comunidade em determinado momento histórico.

Esses materiais podem ser produzidos em projetos escolares, grupos culturais, associações comunitárias ou pelas próprias famílias. Além disso, vídeos compartilhados em redes sociais, aplicativos de mensagens ou canais comunitários também podem se tornar importantes fontes para compreender a história e a memória do lugar onde vivemos.

8.5 QUE TIPOS DE MATERIAIS PODEM SER UTILIZADOS COMO FONTES AUDIOVISUAIS?

Às vezes, achamos que, para fazer um bom registro de memória, é necessário ter uma câmera profissional, uma equipe de filmagem e um cenário preparado. Contudo, na história das comunidades, os melhores materiais muitas vezes são os mais simples – e os mais verdadeiros.

Um vídeo gravado com celular durante uma procissão, um áudio de uma reunião da associação de bairro, uma filmagem da quadrilha da escola feita por um familiar na arquibancada ou uma entrevista caseira com uma senhora que conta como era o bairro antigamente: tudo isso são fontes audiovisuais valiosas. São pedaços de tempo, de fala, de som e de imagem que ajudam a compreender como as pessoas vivem, sentem e se relacionam com o lugar onde estão.

A televisão brasileira mostrou isso muitas vezes. Quem se lembra do programa *Você Decide* ou dos quadros do *Fantástico* com histórias de gente comum, como *Avisa Lá Que Eu Vou*, apresentado pelo humorista Paulo Vieira, ou *Pablo e Luisão*, inspirada nas histórias vividas por seu pai e por seu melhor amigo? Muitas dessas histórias são baseadas em relatos de familiares e vizinhos.

Nas escolas, muitas produções também se tornam registros de uma época. Projetos como a encenação de obras literárias lidas em sala de aula, gravações de saraus, apresentações de danças típicas ou leituras encenadas de cordéis – tudo isso, se filmado com cuidado e preservado com atenção, transforma-se em fonte para o futuro. Esses registros podem ser utilizados posteriormente em exposições, trabalhos escolares, feiras culturais ou mesmo para mostrar às gerações mais jovens como essas atividades eram realizadas.

Além disso, os sons do cotidiano dizem muito. O barulho da feira, os sons da escola, a ladainha do terço, o toque do berimbau na capoeira, o som da chuva no telhado, a música do carro do ovo ou da pamonha – são paisagens sonoras que também contam histórias.

Podem ser gravadas com o microfone do celular e utilizadas em trilhas, montagens e materiais educativos.

O importante não é a perfeição da imagem ou do som. O que importa é o significado que aquele registro tem para a comunidade. Cada vídeo, cada áudio, cada cena pode se tornar um documento de memória. Basta olhar (e ouvir) com atenção e cuidado.

8.6. COMO TRANSFORMAR REGISTROS AUDIOVISUAIS EM NARRATIVAS VISUAIS, TEXTUAIS E AFETIVAS?

Depois de gravar uma entrevista, registrar uma música, filmar uma celebração ou captar o som da feira, é possível dar um passo além: transformar esses materiais em narrativas que articulem o que se ouviu, o que se viu e o que se sentiu. É nesse momento que entra o trabalho de criar formas de contar histórias a partir dessas fontes audiovisuais.

Esses materiais podem dar origem a muitas produções: uma exposição com fotografias e QR codes que levam a áudios e vídeos; um pequeno livro artesanal com trechos de falas dos moradores e imagens produzidas durante as entrevistas; um mural coletivo com desenhos inspirados nas histórias contadas; ou uma instalação com caixas de som e imagens projetadas. Tudo isso envolve curadoria, ou seja, a escolha, a organização e a apresentação das histórias de maneira significativa e respeitosa.

A curadoria, nesse caso, não é feita apenas por especialistas: pode (e deve) ser realizada com a participação da comunidade. Reunir um grupo para escutar e assistir aos materiais, conversar sobre o que mais sensibilizou os participantes, escolher o que será mostrado e definir como será apresentado faz parte desse processo. É nesse momento que surgem boas ideias: organizar uma roda com trechos das entrevistas, montar um varal de fotografias e falas, exibir os vídeos em um telão improvisado ou até mesmo em um celular passado de mão em mão.

Também é possível cruzar linguagens: transformar os áudios gravados em pequenos textos, legendas, cordéis, quadrinhos ou poemas. Um trecho de uma fala pode inspirar um desenho; uma música gravada pode se tornar tema de uma apresentação teatral; um vídeo pode ser transcrito e servir de base para um artigo, uma crônica ou uma reportagem. Cada forma de expressão alcança públicos diferentes e reforça o sentido de memória compartilhada.

Os registros audiovisuais tornam isso possível: permitem construir narrativas com múltiplas camadas, articulando texto, som e imagem. Ao fazer isso, evidenciam que a vida comunitária é rica demais para ser expressa em um único formato. Quando alguém lê, escuta e vê uma mesma história, a experiência de compreensão se torna mais completa.

Por isso, ao trabalhar com materiais audiovisuais, é importante pensar também no que acontecerá depois: como eles serão preservados, quem terá acesso a eles e quais usos poderão ter no futuro. Servirão para formar, emocionar, ensinar ou mobilizar? Quanto mais significado tiverem para as pessoas que participaram de sua produção, mais vivos permanecerão ao longo do tempo.

Transformar registros em narrativas é também transformar olhares. É fazer com que a comunidade se veja com orgulho. É construir um acervo afetivo que não está apenas em arquivos digitais, mas também na memória e no coração de quem vive ali.

A força do audiovisual está no modo como ele conecta memória, afeto e pertencimento. Um bom exemplo é o episódio da série *Gente é pra Brilhar* com a deputada Erika Hilton (Mídia Ninja, sd). Nesse registro sensível, vemos como é possível contar uma história de vida conectando passado, luta, identidade e território, com imagens e palavras que tocam e informam. A série como um todo é uma inspiração para pensar como o audiovisual pode ser feito com respeito, escuta e beleza.

8.7 COMO USAR PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS EM PROJETOS DE MEMÓRIA?

Registrar uma história é apenas o começo. O passo seguinte – e talvez o mais potente – é fazer com que sejam vistos, ouvidos, comentados e sentidos. Utilizar os materiais audiovisuais produzidos na própria comunidade em ações educativas, culturais ou de preservação da memória é uma forma de devolver à comunidade aquilo que lhe pertence. É uma maneira de dizer: “isso que você contou, cantou, gravou ou mostrou importa – e merece ser compartilhado”.

Uma das formas mais simples e eficazes é organizar pequenos eventos de exibição: uma mostra na escola, uma roda de conversa na associação de moradores, uma sessão de vídeos no salão da igreja, um cineclube na praça ou até uma tarde na casa de alguém, com um lençol branco e um projetor improvisado. Nesses espaços, os vídeos produzidos podem ser exibidos e comentados tanto por quem viveu as histórias quanto por quem nunca tinha ouvido falar delas. A conversa surge naturalmente, e muitas reflexões e lembranças importantes podem emergir.

Em escolas, os vídeos gravados por estudantes – sobre os bairros, as histórias de seus avós, os eventos religiosos, os times de várzea ou as receitas da comunidade – podem se transformar em material didático local. Imagine estudar a história da alimentação de uma comunidade por meio de vídeos e cadernos de receitas recolhidos entre seus moradores. Isso fortalece o sentimento de pertencimento e ajuda a compreender o território e as pessoas de forma mais viva e afetiva.

Os registros também podem dar origem a exposições permanentes ou temporárias. Alguns coletivos montam painéis com QR codes impressos em cartazes ou murais, que levam diretamente aos vídeos. Outros criam acervos digitais acessíveis em plataformas simples, como o YouTube, o Vimeo ou o Google Drive. O importante é

que os materiais possam ser encontrados e acessados com facilidade – e que a comunidade saiba disso.

Há ainda a possibilidade de produzir documentários mais elaborados, reunindo pequenos vídeos e áudios em uma narrativa maior. Pode ser um filme sobre a história do bairro, sobre as mulheres que preservam a cultura local, sobre os trabalhadores do transporte, sobre os grupos de capoeira ou sobre as rezas tradicionais. Cada montagem é uma forma de afirmar que essa história merece ser contada e escutada com atenção.

É importante lembrar que, para tudo isso, o cuidado com os registros é essencial: organizar os arquivos, nomear os vídeos com datas e nomes das pessoas, guardar cópias em locais diferentes e com pessoas distintas e, sempre que possível, registrar por escrito o consentimento daqueles que aparecem nos vídeos. A memória só se preserva quando é tratada com respeito.

Convém sempre lembrar que o valor do audiovisual comunitário não está na qualidade técnica, mas na força da história que transmite. Como é a comunidade que conta essa história, ela também deve decidir como, quando e onde ela será apresentada.

Esses exemplos mostram que não é necessário esperar grandes produções. Com um celular, cuidado e vontade de escutar, é possível construir memórias audiovisuais feitas por quem vive o território. Histórias que antes ficavam apenas na fala agora ganham imagem, som e reconhecimento. Afinal, quando a comunidade fala de si, ela também se reencontra, se fortalece e se transforma em fonte para o presente e para o futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste capítulo, vimos que o audiovisual é uma tecnologia para registrar imagens e sons, mas constitui uma forma de preservar memórias, compartilhar saberes e contar histórias a

partir do olhar de quem vive a realidade da comunidade. Fotografias, vídeos, gravações sonoras e filmes registram gestos, emoções, paisagens, sotaques e modos de viver que dificilmente aparecem em documentos escritos.

Também percebemos que produzir e utilizar registros audiovisuais não exige equipamentos sofisticados, mas disposição para observar, escutar e valorizar as experiências das pessoas. Projetos comunitários, atividades escolares, entrevistas, documentários, exposições e acervos digitais podem fortalecer o sentimento de pertencimento, aproximar gerações e estimular novas formas de participação na construção da memória coletiva. Assim, fazer história com imagens e sons significa reconhecer que toda comunidade tem histórias que merecem ser vistas, ouvidas e preservadas. Cada registro audiovisual torna-se, desse modo, uma oportunidade de transformar lembranças em patrimônio cultural.

CAPÍTULO 9

CONSTRUINDO ESPAÇOS DE MEMÓRIA

INTRODUÇÃO

Um memorial pode nascer e permanecer em sua forma mais primária sem qualquer necessidade de institucionalização junto ao Estado. Uma roda de conversa na casa do mais velho morador, um rito em torno de uma árvore sagrada, um cortejo anual a um cemitério ou à crista de uma serra para rememorar uma morte – digna ou indigna – ou para celebrar uma vitória, já reúne os elementos que caracterizam esse ente: um grupo de pessoas, um conjunto partilhado de pensamentos, sentimentos e práticas de memória, em um tempo e lugar definidos.

Ao longo da sua existência, esse mesmo memorial pode transformar-se: ampliar sua inserção social, regular suas práticas, formar acervos e registrar-se junto aos poderes públicos. Aqui (e no próximo capítulo), apresentamos orientações voltadas a esse segundo perfil, mais formalizado. Neste texto, portanto, apresentamos orientações claras e acessíveis para a criação de memoriais comunitários, desde a definição de seus fundamentos políticos e éticos até a organização prática de acervos e exposições. Com ele, oferecemos ferramentas para que comunidades e movimentos sociais possam planejar de forma participativa, registrar e preservar suas memórias, construir narrativas próprias e instalar espaços de memória seguros, representativos e sustentáveis.

Ainda assim, cabe sempre à própria comunidade decidir se deseja manter o memorial no nível do hábito e da prática cotidiana ou se optará por avançar para formas burocráticas de institucionalização. Se a posição tomada for a segunda, deveremos pensar, inicialmente, nos seus fundamentos e no horizonte político ao qual queremos chegar.

9.1. FUNDAMENTOS E HORIZONTE POLÍTICO

Memorial é uma construção humana. Considerando que nós humanos somos intrinsecamente políticos – nos relacionamos uns com os outros tentando satisfazer nossas vontades, interferindo na vontade dos outros (Bobbio, 1998) –, um memorial é ao mesmo tempo filho da política e uma ferramenta da política a serviço dos seus criadores. Por isso, é necessário definir claramente o memorial do qual estamos tratando e os princípios políticos e epistemológicos nos quais devem ser criados e mantidos

Um memorial pode ser definido (ou explicado) a partir da sua natureza e função (Greer; Taylor; Dickinson; Blair; Ott, 2010; Adrelovic, 2018; Bokser, 2016; Doss, 2012). É um espaço de experimentação compartilhada da memória coletiva para afirmar politicamente quem e o que lembrar e, talvez o mais importante, por que lembrar: compreender o acontecido, encorajar-se e seguir adiante e usar o acontecido como reivindicação para a melhoria do presente.

Esse espaço, em geral, aparece traduzido como como área, cenário, lugar, local, entidade ou instituição que medeia lembranças. Mas ele não se reduz a um edifício, uma escultura, uma vela acesa ou a uma placa de homenagem: é um lugar, físico ou virtual que incorpora os humanos (comunidades, instituições e movimentos sociais) que nele (e/ou com ele) constroem formas de lembrar, de resistir ao esquecimento ou de praticar o esquecimento temporário de um entorno adverso (Doss, 2012). Isso é que revelam profissionais das Ciências Humanas e Sociais – e os levantamentos do Instituto

Brasileiro de Museus (IBRAM) confirmam –: nos memoriais do Brasil, lembrar significa sobretudo institucionalizar práticas, valores e conhecimentos, mas também, ainda que em menor medida, consagrar trajetórias de pessoas ou coletivos.

Esse espaço pode ser compreendido segundo três clássicas capacidades que constituem o ser humano (Gramsci, 2015). Uma delas é o conhecer, na medida em que o memorial atua como espaço de produção e difusão de saberes críticos sobre a relação das pessoas com o tempo, abrindo espaço para vozes silenciadas e contranarrativas em relação às versões oficiais da história. Outra capacidade é sentir, já que a memória mobilizada pelo memorial é construída por meio de uma experiência afetiva, capaz de elaborar luto, gratidão, orgulho ou vergonha, compondo identidades coletivas e laços de pertencimento (Doss, 2012). Por fim, a terceira capacidade é o agir, porque o memorial é instância de mobilização política: lembrar não é apenas conservar, mas disputar sentidos sobre presentes e passados, melhorar passados (Rüsen, 2011), projetando futuros emancipatórios.

A partir dessas tipologias do humano, podemos compreender as funções sociais fundamentais do memorial. O memorial pode priorizar uma delas ou tentar explorar as três dimensões integralmente. Assim, ele pode ser: comemorativo, ao celebrar conquistas, ofícios e práticas comunitárias, exclusões de classe, raça, gênero e território; educativo, ao oferecer instrumentos de leitura crítica da história e apoiar processos pedagógicos formais e populares; mobilizador, ao convocar sujeitos e coletividades à resistência contra opressões e desigualdades; e reparador, ao reconhecer violações, dar nome às vítimas e reconstruir trajetórias negadas.

Também a partir dessa analogia com o ser humano, um memorial é um espaço em permanente mutação. Sua existência pode ser marcada por diferentes graus de institucionalização e legitimação interna e externa à comunidade. Sua construção envolve momentos de iniciação do hábito da lembrança, de criação de regras de gestão,

de reprodução dessas regras do lembrar entre as gerações mais novas e até de engessamento e exacerbação das práticas de lembrar a serviço do capital, por exemplo (Berger; Luckmann, 1967).

Considerando essa dinâmica do ciclo vital do memorial, listamos alguns princípios ético-políticos que podem auxiliar instituição dos memoriais embrionários ou na autoavaliação dos memoriais já consolidados.

Compartilhe sites de registro e orientação para memoriais

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus: <https://www.gov.br/museus>
(Políticas públicas, editais e o Cadastro Nacional de Museus e Memoriais)

MINOM – Movimento Internacional para uma Nova Museologia:
<http://minom-icom.net/>

(Rede internacional voltada para museus comunitários e sociais)

Um memorial nunca é neutro, pois sempre seleciona, organiza e interpreta memórias. Por isso, deve ser orientado por princípios éticos e políticos no âmbito de uma democracia participativa (Souza Santos; Avritzer, 2020). Do nosso ponto de vista, um memorial construído sob perspectiva crítico-social exige que reconheçamos a memória de modo plural. Em primeiro lugar, memória é o conjunto de *habilidades mentais (e circuitos cerebrais) de reter, processar e recuperar* informação, como também o *suporte da informação* encarna o seu significado (Lane; Houston, 2021; Baddeley et al, 2020).

Tal memória tem funções ambivalentes. Ela é perturbadora no sentido de que representa pensamentos e ações conflituosas, por exemplo, entre memória da sociedade civil e memória da sociedade política, entre um ideal democrático e um ideal autoritário (Pollak, 1989; Portelli, 2016), entre a memória de mulheres e a memória de homens, entre a memória de trabalhadores rurais sem terra e a memória de latifundiários. Mas a memória é também tranquilizadora porque pode celebrar o mito fundador

de uma comunidade, alimentar uma causa coletiva ou estimular a continuidade da vida (Adrelovic, 2018).

Compreender o memorial com tais funções, significa, inclusive, dar centralidade às experiências das classes populares, dos povos indígenas, das comunidades negras, das mulheres e das populações LGBTQIA+, assegurar espaço para diferentes sujeitos subalternizados e recusar práticas racistas, sexistas, homofóbicas, capacitistas ou colonialistas. Significa também cuidar da forma como testemunhos, imagens e artefatos que encarnam a dor são expostos, prevenindo exploração sensacionalista ou usos que reforcem traumas, assegurando-lhes o direito ao passado (Oliveira, 2011).

Do ponto de vista epistemológico, esse compromisso implica compreender a memória como construção social submetida aos rigores da crítica histórica (Freitas, 2022). As hierarquias de gênero, raça e classe, que tantas vezes são apresentadas como naturais ou inevitáveis, devem ser desveladas. Contra a ideologia que naturaliza desigualdades – “foi sempre assim”, “a mulher é naturalmente submissa”, “o pobre não tem memória” – o memorial deve fazer uso dos conhecimentos, habilidades e valores do profissional da História para explicitar que tais estruturas foram produzidas em processos históricos de dominação e, portanto, podem ser transformadas.

Compartilhe Princípios éticos e políticos para um memorial comunitário

1. **Reconhecimento da pluralidade da memória** O memorial deve acolher múltiplas vozes e experiências, sem reduzir a lembrança a uma versão única.
2. **Centralidade dos sujeitos subalternizados** Deve dar protagonismo a grupos historicamente marginalizados, recusando práticas de exclusão.
3. **Memória como espaço de conflito e celebração** Precisa refletir tanto os confrontos sociais quanto as vitórias e continuidades da vida coletiva.
4. **Cuidado ético com testemunhos e artefatos da dor** A exposição de traumas deve ser respeitosa, sem exploração sensacionalista.
5. **Compromisso crítico e histórico** A memória deve ser tratada como construção social, sujeita à crítica e contextualização histórica.
6. **Desvelamento das hierarquias e desigualdades** Cabe ao memorial mostrar que desigualdades são produzidas historicamente e podem ser transformadas.
7. **Função social emancipadora** Mais do que preservar, deve mobilizar a memória como instrumento de justiça, igualdade e democracia.

9.2. ASPECTOS LEGAIS E DE SEGURANÇA

Já vimos que um memorial pode existir apenas como um rito envolvendo alguns indivíduos. Tornado em sentimento, pensamento e prática de uma comunidade mais ampla, é possível que ganhe documentos informais – regimento interno, estatuto, regulamento – sem registro legal. Para ampliar o reconhecimento público jurídico e estatal, porém, o Memorial deve possuir um registro notarial inicial, caracterizado pela lavratura de uma ata de fundação em cartório, geralmente acompanhada de um estatuto.

Um nível mais avançado de institucionalização requer a inscrição no Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ, antigo CGC) junto à Receita Federal. Esse registro atribui à entidade existência fiscal, condição necessária para abrir contas bancárias, contratar funcionários, firmar contratos e participar de relações econômicas formais. Esse passo possibilita o registro da entidade em em órgãos municipais e estaduais de interesse específico, como secretarias de cultura, educação, turismo ou patrimônio, habilitando a entidade a pleitear editais de fomento, parcerias e participação em políticas públicas.

Em um nível mais avançado, a liderança local ou o curador do memorial pode providenciar o registro em órgãos federais e conselhos nacionais ou incluir registros junto ao próprio IBRAM.

Outro degrau importante é alcançado com a obtenção de títulos de utilidade pública ou certificações especiais, como OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) ou CEBAS (Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social). Essas certificações funcionam como selo de legitimidade, dando acesso a benefícios fiscais, parcerias privilegiadas e convênios.

Por fim, o memorial pode transformar-se em patrimônio legalmente protegido por meio de tombamentos, decretos governamentais ou mesmo leis específicas que lhes conferem dotação orçamentária permanente. Nesse estágio, o memorial deixa de depender apenas da vontade de seus fundadores e passa a estar integrado ao ordenamento jurídico e às políticas públicas do Estado.

Se alcançar estes últimos três níveis, os responsáveis pelo memorial devem conhecer e fazer cumprir a [Lei Geral de Proteção de Dados](#) (13853/2019). Ela estabelece regras relativas ao trato com as pessoas e ao manuseio do acervo. A exposição de fotografias, prontuários, certidões, depoimentos, por exemplo, exige consentimento informado e atenção especial a dados sensíveis.

Em relação aos Direitos autorais (Lei 9610/1998), documentos, obras artísticas e registros sonoros devem ser utilizados em

conformidade legal. É recomendável que o memorial empregue material de licenças abertas, como Creative Commons ou domínio público, para ampliar o acesso democrático.

Quando se trata do uso do espaço público, memoriais instalados em praças, prédios públicos ou terrenos comunitários precisam observar normas de concessão, tombamento e preservação.

Por fim, a segurança deve ser garantida tanto no plano físico quanto digital: medidas de vigilância, guarda comunitária e backups em nuvem são indispensáveis para prevenir perdas, vandalismos ou apagamentos intencionais.

Compartilhe sites de registro e orientação para memoriais

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus: <https://www.gov.br/museus>
(Políticas públicas, editais e o Cadastro Nacional de Museus e Memoriais)

MINOM – Movimento Internacional para uma Nova Museologia:
<http://minom-icom.net/>

(Rede internacional voltada para museus comunitários e sociais)

9.3. PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

O planejamento de um memorial comunitário deve ser concebido como um processo coletivo de investigação, escuta e decisão, ao contrário de um exercício técnico reservado a especialistas. É nesse sentido que se afirme seu caráter participativo: quanto mais vozes estiverem envolvidas, maior será a legitimidade do resultado. Da mesma forma, quanto maior for o nível de organização do grupo e de legitimidade das suas lideranças e mais forte será a sua capacidade de preservar e ativar memórias e, adiante, manter e consolidar a instituição.

As primeiras ações para a construção de um memorial são determinadas pelo estágio em que se encontra a prática de memória ou

a ideia de lembrança. Há casos em que os processos de rememoração já estão em curso, em torno de um cenário de eventos passados, uma data cronológica, um monumento, um acervo de artefatos ou um conjunto de fontes históricas sobre uma vida. O compartilhamento da memória pode estar reduzido a uma família ou pequeno grupo, pode já ser objeto de toda a comunidade, pode ocorrer em ambiente regulado por regimentos e já está em vias de reprodução em uma segunda geração de compartilhadores. Em outras situações, contudo, o memorial é apenas uma ideia na mente de uma liderança popular envolvida em práticas coletivas de lembrança.

Em ambos os casos o diagnóstico de memória territorial, o enquadramento narrativo, a escolha de formatos e suportes e a discussão sobre governança serão etapas a serem preenchidas. Aqui, vamos partir da suposição de que o memorial é ainda uma ideia na mente de algum comunitário interessado. Isso não impedirá que as orientações que se seguem sejam adaptadas ao estágio de memoriais em vias de habituação ou já institucionalizados diante da comunidade ou do poder público de modo geral.

A declaração sobre o que devemos lembrar ou seu contrário, do que não devemos esquecer é o primeiro conhecimento a ser estabelecido. Essa declaração pode ser recolhida mediante diagnóstico rápido de memórias dos envolvidos na causa. Em geral, o ato aceitar discutir o assunto já é indício de consenso sobre o objeto da lembrança e a causa à qual esta lembrança serve. O importante é que o grupo responda com clareza essas três questões básicas: O que ou quem lembrar? Por qual razão (futura) lembrar? Quais os meios de ativação e manutenção da memória?

As respostas a essas perguntas podem ser obtidas por indivíduos ou grupos, sediados em uma associação comunitária ou uma escola, um templo, reunindo, respectivamente, lideranças comunitárias, professores e alunos, fiéis e sacerdotes ou envolvendo personagens com estes perfis.

Os meios para obtê-las também são vários. Uma plenária, seguida de oficina pode ser boa estratégia. Uma consulta formal, presencial e por escrito destinada aos comunitários envolvidos é outro caminho possível. A aplicação de questionário digital simples (*Google Forms*, *WhatsApp*) ou um mural físico colocado em local de circulação (escola, associação, igreja) permite que cada pessoa manifeste a sua opinião.

Com base nessa consulta e sob a orientação de um redator escolhido pelo grupo, nasce um primeiro instrumento formal de institucionalização: “Carta de Memória” (ou ainda Declaração de Memória, Carta de Fundação da Memória Comunitária). Ao responder o que ou quem lembrar, por qual razão futura lembrar e quais meios serão empregados para ativar e manter a memória, o grupo estabelece o fundamento político, pedagógico e afetivo do memorial, mesmo antes de qualquer registro cartorial ou burocrático.

9.4. CAPTURANDO MEMÓRIAS

Provocada a comunidade e construídos os consensos temporários sobre tais questões, o grupo pode pôr em prática a estratégia de coletar material que servirá como fonte para a construção das narrativas e acervo para a representação bi e tridimensional das narrativas no espaço memorial.

Nesta etapa, novamente, diferentes formas de participação podem ser postas em prática: oficinas coletivas, plenárias abertas à comunidade, consultas formais ou informais (orais e por escrito), mutirões de escuta e coleta. Cada uma dessas situações comunicativas deve ser espaço para a captura de memórias. Isso se faz inventariando tempos, espaços, personagens, acontecimentos, práticas e objetos que estimulam o ato de lembrar e/ou materializam as coisas ou pessoas lembradas.

As histórias de vida pessoal informam sobre os vínculos individuais com o lembrado. Elas ajudam a medir o valor do objeto da

lembrança. Analisados coletivamente, esses depoimentos individuais revelam aspectos do cotidiano, da cultura política, das formas de trabalho e de organização comunitária, permitindo que o memorial incorpore dimensões subjetivas e afetivas às narrativas coletivas. O produto básico, aqui, é a história de vida e a prosopografia.

As estratégias de ordenação temporal são fundamentais para dar sequência e sentido às lembranças. A construção de linha de tempo coletiva permite que os acontecimentos relevantes sejam organizados de maneira cronológica, evidenciando processos históricos e trajetórias comuns. De modo complementar, o inventário de acontecimentos e processos reúne, de forma sistemática, aquilo que precisa ser lembrado ou comemorado, funcionando como um primeiro quadro geral da memória compartilhada.

As estratégias de espacialização da memória traduzem a ligação entre território e lembrança. O mapa afetivo é um recurso em que moradores desenham os lugares carregados de significado, revelando espacialmente a memória do grupo. Já a caminhada de escuta transforma o território em sala de aula: enquanto se percorrem ruas, praças e casas, moradores narram suas experiências em tempo real, vinculando memória social e espaço vivido.

As estratégias de materialização simbólica conferem concretude à lembrança. O inventário de objetos e fotografias ativa memórias individuais que, quando compartilhadas, passam a ter valor coletivo e podem compor um futuro acervo. A caixa de memórias, por sua vez, acolhe itens simbólicos trazidos pelos participantes, formando um núcleo inicial de preservação, capaz de condensar afetos e histórias em torno de objetos significativos.

Por fim, as estratégias de interação narrativa privilegiam a construção coletiva de sentidos. As oficinas do lembrar funcionam como espaços organizados de criação, onde relatos, desenhos ou escritas dão forma a memórias antes difusas. As rodas de conversa, em caráter mais espontâneo e horizontal, permitem a circulação de

narrativas, a negociação de significados e a criação de vínculos. Em conjunto, essas práticas não apenas produzem informações sobre o passado, mas também reforçam consensos temporários sobre o que e por que lembrar, ao mesmo tempo em que estreitam os laços entre os sujeitos que assumirão a tarefa de manter o memorial.

9.5. CONSTRUINDO EVIDÊNCIAS E ACERVOS

Após a captura das memórias, é o momento de inventariar, classificar e registrar o material que recolhido das reuniões de trabalho, tanto os pré-existentes, doados, achados, comprados, como os produzidos durante o trabalho de investigação. É claro que nem todas as estratégias aqui listadas são empregadas em todos os planejamentos de memorial. Contudo, dada a natureza diversa em suporte e em informação dos produtos das reuniões de trabalho, eles devem ser tratados de modo diferenciado, ou seja, segundo regras mínimas extraídas da museologia, arquivologia e biblioteconomia.

No campo da arquivologia, os objetos concentram-se em documentos que registram acontecimentos, práticas coletivas e a trajetória do grupo. Nessa categoria estão os dossiês de histórias de vida, compostos por gravações em áudio ou vídeo e respectivas transcrições, que devem ser armazenados em mídias digitais de longa duração (HDs, nuvem) e em cópias impressas arquivadas em caixas.

Também pertence a este conjunto a prosopografia comunitária, construída em planilhas ou bases de dados, que deve ter versão digital e cópias impressas organizadas em pastas. Do mesmo modo, o inventário de acontecimentos e processos se enquadra no campo arquivístico: registros escritos ou digitais que documentam sistematicamente fatos e marcos históricos, devendo ser preservados em cadernos, livros ou bancos de dados organizados. As linhas de tempo coletivas, quando elaboradas como murais ou faixas, devem

ser digitalizadas e registradas em pasta própria, permitindo que o original seja preservado em suporte físico protegido.

No campo museológico entram os objetos de valor simbólico e patrimonial, cuja preservação requer cuidados com acondicionamento físico e exposição. Fazem parte dessa categoria o inventário de objetos e fotografias, que deve ser acompanhado de fichas de catalogação (origem, data, valor simbólico) e guardado em caixas adequadas, com proteção contra poeira, umidade e luz. Também se incluem a caixa de memórias, formada por pequenos objetos, bilhetes ou lembranças pessoais trazidas pelos moradores, acondicionados conforme sua natureza (papéis em envelopes neutros, objetos em caixas ou saquinhos inertes). O acervo fotográfico impresso ou digitalizado integra igualmente o universo museológico, podendo ser organizado em álbuns, pastas ou bancos digitais, sempre preservando cópias de segurança. Por fim, as exposições temporárias ou permanentes são produtos museográficos por excelência: precisam de registro em dossiês de exposição e a guarda dos materiais produzidos (painéis, cartazes, registros fotográficos e digitais da mostra).

Os objetos de biblioteca incluem publicações, compilações e materiais organizados em forma editorial, voltados para consulta, circulação e leitura. Nessa dimensão estão o caderno de memórias comunitárias, que compila relatos e registros coletivos, podendo ser preservado em cadernos encadernados e em arquivos digitais. As publicações comunitárias – fanzines, boletins, catálogos ou livros artesanais – também integram esse grupo, sendo necessário guardar exemplares em envelopes ou pastas de papel neutro, além de versões digitais em arquivos de formato PDF. Os mapas afetivos e os roteiros do território, quando diagramados em forma de publicações (álbuns, guias, cartilhas), funcionam como material bibliográfico: devem ser impressos e digitalizados, com exemplares organizados em estantes ou pastas catalogadas. Por fim, o acervo audiovisual (documentários, podcasts, séries de vídeos) se aproxima das coleções de biblioteca

digital: deve ter registro padronizado (título, autor, data, contexto) e ser armazenado em repositórios digitais com cópias de segurança.

Assim, cada produto encontra seu lugar institucional: museu (objetos, imagens, exposições), arquivo (documentos, registros de processos, testemunhos) e biblioteca (publicações, compilações, guias, audiovisuais). Essa divisão facilita o cuidado técnico e a comunicação com parceiros externos, pois cada campo já dispõe de normas de preservação e catalogação consolidadas.

9.6. ENQUADRAMENTO NARRATIVO

Saber o que lembrar e reunir evidências que fortaleçam o testemunho é importante, mas não basta para instituir o conteúdo substantivo do memorial. Ao fim e ao cabo, os comunitários e os não comunitários que compartilharão dessas memórias em determinado espaço (o memorial) vão se apropriar melhor de um conhecimento organizado se ele for disposto em uma história. Esse é o passo do enquadramento narrativo.

Assim, todo memorial precisa responder a uma pergunta-chave, que funciona como eixo de sentido. Essa pergunta define de que perspectiva se contará a história. Um memorial sobre trabalhadores pode se perguntar “como resistimos à exploração?”, enquanto outro, sobre mulheres, pode indagar “quais barreiras e conquistas marcaram nossa trajetória?”. Um memorial de vítimas de violência de Estado pode se centrar na questão “como lembramos para que nunca mais aconteça?”. Um memorial ambiental pode indagar “como cuidamos das águas, florestas e territórios para garantir o futuro?”. Um memorial estudantil pode se perguntar “quais lutas estudantis moldaram a educação pública que temos hoje?”. Por fim, um memorial de agricultores familiares pode assumir como eixo “como garantimos alimento e dignidade por meio da terra e do trabalho coletivo?”.

Conheça o Memorial Unzô Tombenci Neto



Instalado em Ilhéus (BA), é referência de resistência e valorização da cultura afro-brasileira. Tem origem no terreiro fundado por Mãe Ilza que expandiu-se com a criação de dezenas de casas filhas (“Tombenci Bisnetos”) e desenvolveu projetos culturais como o **Grupo Dilazenze** (1986) e a **Organização Gongombira** (2004). Foi inaugurado em 2006, para preservar a história e o acervo do terreiro, e a **Galeria Ingué Caitumba**, dedicada à memória fotográfica da comunidade. Site: <https://matambatombecineto.blogspot.com>

Estabelecida a questão principal e listados os objetos e as razões do lembrar, um roteiro pode, enfim, ser esboçado. Com base nas evidências colhidas no exame das fontes (narrativas, fotografias, artefatos, entre outros), são selecionados uma finalidade, os personagens e episódios relativos ao início e ao ponto de mudança principal da história (o nó), e os episódios que vão dessa mudança principal ao final da narrativa (desenlace), como no exemplo que se segue.

A narrativa de um memorial dos agricultores familiares pode ter como finalidade convencer sobre a justiça da ação coletiva de quem vive da terra, mostrar a virtude do trabalho solidário e oferecer prazer estético e político ao evidenciar a terra como espaço de vida, memória e dignidade. Mais do que recordar, trata-se de transmitir a experiência histórica de homens e mulheres que, por meio do cultivo, garantiram alimento e identidade, ao mesmo tempo em que transformaram lutas em conquistas.

O roteiro central conta a trajetória de agricultores e agricultoras que, diante da concentração fundiária, da exploração e da pobreza, decidiram organizar-se em associações, movimentos e assentamentos para reivindicar o direito à terra, produzir alimentos e erguer comunidades sustentáveis. É uma história de resistência e, também, de criação.

Os protagonistas são os agricultores e agricultoras familiares, junto às suas famílias, que representam o núcleo da vida social e produtiva. Os movimentos sociais rurais, como sindicatos e o MST, aparecem como forças organizadoras e mediadoras. O Estado é um personagem ambivalente: por vezes, se apresenta como adversário, pela repressão e pela ausência de políticas públicas; em outros momentos, surge como aliado, quando viabiliza crédito, assistência técnica e escolas. Os empresários do agronegócio desempenham o papel de antagonistas, interessados em manter a lógica da concentração e da exclusão. A terra, por sua vez, ganha a dimensão de personagem simbólica, fonte de vida e motivo da disputa. Por fim, a comunidade, com suas crianças, jovens, idosos e consumidores solidários, dá corpo ao tecido social que sustenta e legitima a luta.

Diversos episódios dão forma a essa trajetória. Muitos começam pela expulsão de famílias de suas terras de origem, seja por grilagem, seja por dívidas impagáveis. Outros destacam a chegada a novas áreas e a resistência diante da violência de jagunços ou da repressão policial. Há também os momentos de conquista: a distribuição de lotes em assentamentos, a criação de associações e cooperativas para organizar a produção, a luta por crédito, assistência técnica e educação. Em paralelo, a implementação de feiras livres e mercados solidários garante o escoamento da produção e aproxima campo e cidade. A adoção de práticas agroecológicas demonstra o cuidado com o meio ambiente, enquanto festas, mutirões e rituais de plantio e colheita consolidam memórias coletivas e reafirmam o valor comunitário da terra.

A estrutura da narrativa segue o modelo clássico de começo, meio e fim. No início, o nó se estabelece na condição de precariedade e

exclusão vivida pelos agricultores, marcada pela ausência de terra, pelo trabalho precário e pela luta diária pela sobrevivência. O meio corresponde à mudança de sorte, quando a organização coletiva transforma a realidade: surgem os assentamentos, as cooperativas e as experiências de produção que dão visibilidade e dignidade às comunidades. O fim é o desenlace positivo, em que a comunidade se converte em espaço de autonomia, solidariedade e resistência cultural, e em que a memória da luta pela terra é transmitida como compromisso para as próximas gerações. Dessa forma, o memorial não apenas preserva a lembrança do passado, mas projeta um futuro de justiça e dignidade enraizado na experiência coletiva do trabalho com a terra.

Este é apenas um modelo possível. A história pode conter várias narrativas paralelas ou entrelaçadas e a ordem dos eventos pode ser alterada, iniciando-se pelo fim alternando presente/passado. O importante é que tenha finalidade centrada na causa justificadora da existência do memorial e que as suas declarações – registros de fatos, personagens, motivações, datas cronológicas e designação de lugares – sejam todos fundamentados em evidências, principalmente as colhidas na comunidade.

9.7 INSTALANDO O MEMORIAL

Já vimos que um memorial pode estar em estágio de habituação de memória. Essa prática é o embrião da institucionalização. A prática de memória é modulada em uma narrativa histórica que suscita um acervo de testemunhos em um processo de via dupla (memória/acervo/narrativa ou memória/narrativa/acervo). Um memorial que busca os níveis máximos de institucionalização, contudo, necessita dar a ver essas memórias historiadas e isso significa, literalmente, criar um Plano de Curadoria para materializá-la em uma exposição destinada às pessoas da comunidade e aos interessados de outros lugares.

O Plano de Curadoria é o documento que orienta a organização, a exposição, a conservação e as ações culturais do memorial. Ele serve de guia para o curador, gestor, diretor ou qualquer outro responsável pela condução das atividades da instituição. Antes de iniciar a montagem da exposição, procure responder às questões do quadro que se segue.

QUADRO 9.7. PERGUNTAS PARA ELABORAR UM PLANO DE CURADORIA

Aspecto do planejamento	Perguntas orientadoras
Espaço disponível	Qual espaço existe para instalar a exposição? Quais são suas limitações e potencialidades?
Conteúdo da exposição	Quais objetos, documentos, fotografias ou outros materiais serão utilizados para contar a história da comunidade?
Público	Quem são os futuros visitantes? Quais são suas expectativas, interesses e necessidades?
Seleção dos objetos	Quantos objetos serão expostos? Como serão distribuídos ao longo do percurso expositivo?

Fluxo de visitantes	Quantas pessoas se espera receber? Em quais dias ou períodos haverá maior visitação?
Circulação no memorial	Como será o percurso do público? A circulação será livre, sugerida ou guiada?
Mobiliário e suportes	Quais estruturas serão necessárias para expor e proteger os objetos (painéis, banners, vitrines, mesas, armários, suportes de parede ou teto, entre outros)?
Iluminação	Que tipo de iluminação (natural ou artificial) valorizará os objetos e proporcionará uma melhor experiência aos visitantes?
Ambiência	Quais cores, materiais e texturas podem contribuir para criar uma experiência acolhedora e coerente com a narrativa do memorial?
Textos e sinalização	Quais textos serão produzidos para apresentar o memorial, identificar os objetos, explicar a narrativa da exposição e registrar os responsáveis pelo projeto? Em quais suportes essas informações serão apresentadas (painéis, etiquetas, folhetos, QR codes etc.)?

Fonte: Produzido pelo autor com base em Jiménez; Barón (2017) e Martinelli, 2017).

Como vemos, o plano da curadoria deve conter os fins do memorial, a tipologia expositiva, o público ao qual se destina

(Jiménez; Barón, 2017). Ele apresenta se materializa em um quadro contendo os temas ou etapas da exposição, os objetos e coleções com seus respectivos, textos informativos, ordem, suporte e localização espacial. Em síntese, ele é uma antecipação (um plano) sobre o contar a história pelos objetos bi e tridimensionais com base em narrativa anterior.

9.8. A EXPOSIÇÃO

A exposição memorial é um instrumento de comunicação didática que viabiliza o compartilhamento da lembrança histórica. Ela oferece conhecimentos e estimula a ação, mas a função de provocar sensações (prazer, dor, solidariedade, indignação, orgulho, entre outras) nos visitantes é superior a uma cartilha ou videodocumentário.

No memorial, as pessoas experimentam todos os sentidos. Elas podem ver, tocar, ouvir, sentir aromas, odores e texturas, movimentando-se entre artefatos e percorrendo trilhas orientadas ou atalhos aleatórios. Essas e outras estratégias estão contidas no exemplo idealizado do Memorial dos Agricultores Familiares. Para este caso, memorial deve ser pensado como uma experiência sensorial e narrativa. O visitante observa os objetos, ele percorre espaços, escuta sons, vê imagens, percebe texturas, sente aromas e constrói sua própria interpretação da história.

QUADRO 9.8. EXEMPLO DE PLANO DE CURADORIA: MEMORIAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES

Elemento do plano	Exemplo de aplicação
Finalidade da exposição	Convencer o visitante sobre a importância da ação coletiva dos agricultores familiares, valorizar o trabalho solidário e transformar a experiência de vida e luta no campo em uma memória compartilhada.
Organização do espaço	Dividir o memorial em dois ambientes: um espaço de imersão narrativa, onde os objetos contam a história em sequência, e outro destinado ao encontro, à leitura, à escuta e à convivência entre os visitantes.
Percurso da visita	Adotar uma circulação sugerida, conduzindo o público pelos principais episódios da narrativa histórica, sem impedir que permaneça livremente nos pontos de maior interesse.
Estrutura da narrativa	Organizar a exposição em três momentos: começo (precariedade e luta pela terra), meio (conquista dos assentamentos e organização coletiva) e fim (dignidade, solidariedade e permanência no campo).
Núcleo 1 – Luta pela terra	Expor documentos, fotografias, objetos pessoais e registros de expulsões, marchas, acampamentos e conflitos envolvendo trabalhadores rurais, Estado e latifúndio.

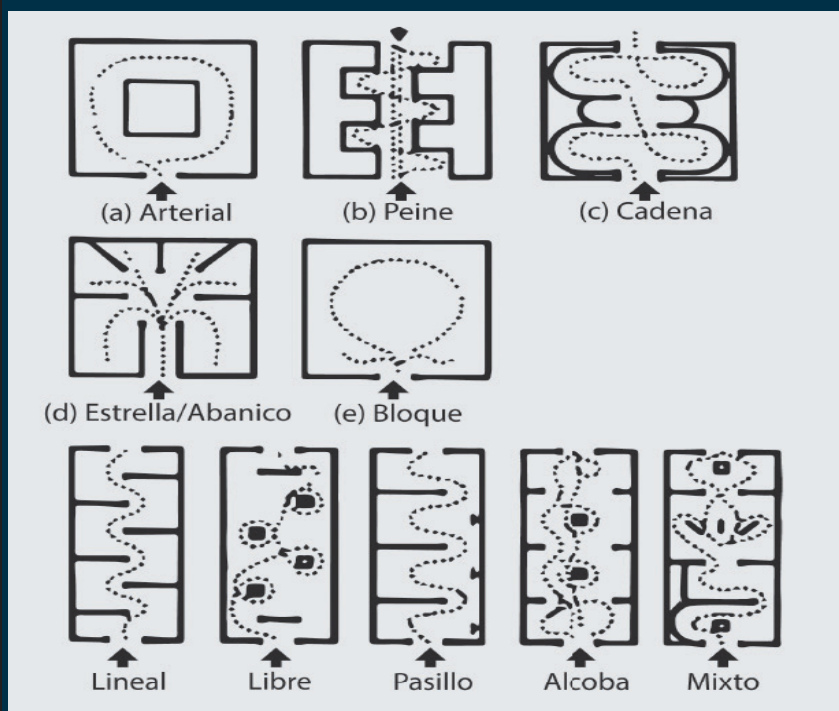
Núcleo 2 – Organização coletiva	Apresentar atas de associações, bandeiras de sindicatos e do MST, ferramentas agrícolas, mapas dos assentamentos e registros de assembleias comunitárias.
Núcleo 3 – Trabalho e produção	Reunir instrumentos de cultivo, sementes crioulas, fotografias de feiras livres, vídeos de mutirões e registros das atividades agrícolas cotidianas.
Núcleo 4 – Memórias e futuro	Exibir vídeos de agricultores, fotografias de festas comunitárias, celebrações da colheita, práticas agroecológicas e depoimentos sobre preservação da terra, solidariedade e soberania alimentar.
Experiência sensorial	Integrar fotografias, sons do campo, músicas, depoimentos, vídeos e diferentes materiais para estimular a visão, a audição e outros sentidos, tornando a visita mais envolvente.

O plano da curadoria segue com outras orientações sobre o espaço, texto e previsão de público. Quanto ao espaço expositivo, estima-se que 40 a 60 objetos (entre originais, réplicas e materiais gráficos) coletados nas oficinas preliminares sejam utilizados, complementados por painéis, fotografias ampliadas e recursos audiovisuais. Para a sustentação, serão necessários painéis de madeira ou tecido, banners com narrativas, mesas para documentos protegidos, armários expositivos com vidro, suportes de parede e teto para ferramentas agrícolas. A iluminação combinará luz natural difusa e pontos de luz artificial dirigida, destacando os objetos principais e criando

atmosferas diferentes em cada núcleo (mais sombria no início, mais clara e colorida no fim). As cores privilegiarão tons terrosos e verdes, sugerindo a relação com o campo, enquanto texturas de madeira e palha reforçarão o ambiente rural.

Os textos de apoio incluirão: Texto institucional: apresentação da causa do memorial e objetivos da exposição; textos de identificação: legendas de objetos, documentos e fotografias; e textos narrativos: trechos que contextualizam cada núcleo, com citações de agricultores, excertos de discursos e poesias populares. Esses textos poderão ser apresentados em placas, banners, catálogos impressos e versão digital acessível por QR Code, garantindo maior alcance e acessibilidade.

Conheça modelos de circulação do público em exposições



Fonte: GIMÉNEZ; BARON, 1917, p.57), com base em M. Belcher. *Organización y diseño de exposiciones: su relación con el museo*.

Em termos de público, espera-se receber visitantes oriundos da própria comunidade, estudantes de escolas rurais e urbanas, pesquisadores, lideranças sindicais e cidadãos interessados na luta pela terra. O memorial deve estar preparado para acolher pequenos grupos de 20 a 30 pessoas em visitas simultâneas, garantindo circulação confortável e pontos de parada para escuta e reflexão.

Assim, a exposição se estrutura como um roteiro visual e sensorial da luta dos agricultores familiares, transformando o memorial em espaço de preservação e transmissão da memória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, mostramos que a construção de um memorial é um processo gradual e coletivo, que pode nascer de práticas simples de lembrança e se desenvolver até formas institucionalizadas de registro, acervo e exposição.

Discutimos sua natureza política, os princípios éticos que devem orientá-lo, os aspectos legais e de segurança a considerar, e as etapas de planejamento participativo que garantem legitimidade e representatividade. Também apresentamos instrumentos práticos para capturar memórias, transformá-las em evidências e acervos e organizá-las em narrativas significativas. Por fim, ressaltamos que a instalação e a exposição do memorial são um exercício de comunicação e mobilização, em que a memória se converte em ação cultural e em instrumento de fortalecimento comunitário.

CAPÍTULO 10

COMO DIVULGAR AS MEMÓRIAS COMUNITÁRIAS?

10.1. COMUNICAR É UM ATO POLÍTICO.

Como profissionais de história, sabemos que “todos nós escrevemos e falamos a partir de um lugar e tempo específicos, de uma história e de uma cultura que são específicas. O que dizemos está sempre ‘em contexto’, posicionado” (Hall, 1990, p. 222; Certeau, 1982). Por isso, quando falamos de comunicação em memoriais ligados a movimentos sociais, não estamos tratando apenas de repassar informações. Estamos falando de partilhar valores, crenças e modos de viver e de produzir sentido na vida coletiva – “conversar, dar instruções, transmitir conhecimento, compartilhar ideias significativas, buscar informações, entreter e ser entretido” (Carey, 2008).

Mesmo que um memorial planeje bem sua mensagem, organize imagens, textos e objetos e escolha seus públicos, não existe garantia de que todos a compreenderão da mesma forma. A partir das ideias de codificação/decodificação de S. Hall (2005), percebemos que uma mesma mensagem pode gerar diferentes leituras.

Se imaginarmos, por exemplo, um Museu do Manguezal em Aracaju com a mensagem “Caranguejo é vida” (Aracaju, 2007), podem surgir três tipos de leitura. Na leitura dominante, a pessoa concorda totalmente com a mensagem e reproduz o discurso da preservação. Na leitura negociada, reconhece a importância da

preservação, mas aponta problemas do dia a dia, como a falta de fiscalização e de trabalho. Na leitura oposicional, entende a mensagem, mas a vê como um discurso que esconde interesses econômicos e políticos. Assim, a visita pode se transformar também em um ato de resistência simbólica.

Essa diversidade de interpretações não invalida o plano de comunicação. Pelo contrário, mostra que precisamos planejá-la levando em conta sua dimensão política e as condições reais de compreensão do público. Isso reforça que a ação cultural dos memoriais está ligada à emancipação e à autonomia das pessoas, bases de uma sociedade democrática (Adorno, 2022).

Compreendemos, assim, o memorial como um espaço de experiência coletiva da memória: um lugar para decidir o que lembrar, por que lembrar, compreender o passado e usar essa memória para melhorar o presente. Por isso, destacamos estratégias da educação não formal, em que a comunicação é parte do aprender e do produzir saberes, como ocorre nos movimentos sociais em luta por cidadania plena (Gohn, 2013).

Ao mesmo tempo, reconhecemos a importância do diálogo com a educação formal (Gohn, 2013). Valorizamos ações que aproximem memoriais de escolas e universidades, desde que tenham conteúdo “crítico emancipador”, criem espaços de “expressão democrática” e mantenham as comunidades como protagonistas (Peruzzo, 2004; Freire, 2011).

Por fim, organizamos o plano em seis passos: (1) mapear atores e contextos; (2) definir os significados simbólicos; (3) escolher canais e formatos participativos; (4) acompanhar como as pessoas interpretam as mensagens; (5) avaliar e ajustar a comunicação; e (6) sustentar a comunicação como uma prática permanente. Esses passos ajudam a transformar a comunicação em uma ferramenta viva de fortalecimento comunitário e de luta por direitos.

10.2. MAPEAR OS ATORES E OS CONTEXTOS PARA A DIVULGAÇÃO

A primeira etapa do plano de comunicação pública consiste em realizar um diagnóstico participativo do mundo da vida que sustenta o memorial. Essa etapa envolve rodas de conversa, entrevistas abertas e observação das práticas simbólicas da comunidade, de modo a captar as formas locais de expressão, os valores compartilhados e as tensões internas. O objetivo é transformar o memorial em um espaço de entendimento reflexivo, no qual as narrativas da comunidade sejam reconhecidas como fontes legítimas de saber e como base para as decisões comunicativas posteriores. Os resultados dessa escuta servirão como referência para definir os canais, as linguagens e as estratégias de mediação nas etapas seguintes.

Quando o memorial já está implantado, mapear os atores e os contextos é o primeiro passo para planejar uma divulgação coerente com sua origem, seus sentidos e suas relações sociais. O mapeamento deve questionar quais vozes precisam ser amplificadas, quais alianças podem fortalecer a visibilidade do memorial e de que forma o público pode ser convidado a compreender o seu significado político.

No caso do Memorial Mãe Nanã (Aracaju-SE, 1988), um espaço de cultivo da memória de uma ialorixá que, até 2023, não demonstrava “uma preocupação com a divulgação do espaço, nem com a abertura à visitação” (Maia, 2023, p. 19-20), uma provável intervenção no sentido de mapear atores e contextos seria o ponto de partida para planejar uma divulgação coerente com sua origem e com o sentido espiritual que o espaço carrega. Trata-se de compreender quem sustenta a memória da ialorixá e em quais redes essa memória circula. Isso inclui identificar as pessoas e as instituições diretamente envolvidas com o terreiro, as alianças que podem fortalecer a visibilidade do memorial e as tensões que marcam sua inserção no território – entre o sagrado e o público, entre o silêncio da devoção e a necessidade de reconhecimento social. Esse trabalho pode ser facilitado pela produção de um mapa de atores e contextos de comunicação.

Quadro 1 – Mapa de atores e contextos da comunicação do Memorial Mãe Nanã – Abaçá São Jorge (Aracaju/SE).

Dimensão	Exemplo de elementos identificados
Atores centrais (guardiões da memória)	Ialorixá Mãe Marizete Silva Lessa; filhos e filhas de santo; ogãs e ekedes da casa; e conselho espiritual do terreiro.
Comunidade e público de pertencimento	Comunidade do Abaçá São Jorge; frequentadores das festas públicas; moradores do bairro; e redes de terreiros afro-brasileiros de Aracaju.
Instituições parceiras e potenciais apoiadores	Fundação Estadual de Cultura e Arte de Sergipe (FUNCAP/FUNDESC); Universidade Federal de Sergipe; Secretaria de Cultura de Aracaju; IBRAM; e coletivos afro-culturais.
Públicos externos prioritários	Escolas públicas; professores de história e de cultura afro-brasileira; turistas religiosos; pesquisadores; e jornalistas locais.
Contextos simbólicos e territoriais	Espaço sagrado do terreiro; território afro-religioso em Aracaju; e tradição de resistência afro-brasileira.
Canais e fluxos de comunicação existentes	Comunicação oral entre os membros; visitas agendadas; cobertura jornalística ocasional; redes pessoais e religiosas; e mídias sociais da ialorixá.
Potencialidades	Prestígio religioso e histórico de Mãe Nanã; acervo único de objetos sagrados; reconhecimento comunitário; e interesse crescente pelas religiões afro-brasileiras.

Desafios e limitações	Falta de equipe e de recursos; necessidade de preservar o sagrado; baixa visibilidade pública; e fragilidade na conservação do acervo.
Estratégias iniciais sugeridas	Criar um grupo de comunicação do terreiro; firmar parcerias com universidades e escolas; produzir materiais educativos (vídeos, cartazes e podcasts); e realizar eventos públicos sobre fé e cultura.

Fonte: Elaborado pelo autor.

O resultado dessa etapa é a produção de um diagnóstico participativo de comunicação, elaborado coletivamente pela família de santo e por seus parceiros institucionais. Esse diagnóstico servirá de base para as etapas seguintes do plano, orientando a definição dos públicos, das mensagens e dos canais de divulgação.

10.3. DEFINIR OS SIGNIFICADOS SIMBÓLICOS PARA A DIVULGAÇÃO

Quando o memorial já possui um mapa de atores e contextos, pode avançar para a etapa de definição dos significados simbólicos. Nessa fase, deve concentrar-se em compreender quais mensagens o espaço deseja comunicar e de que modo elas podem expressar a memória coletiva sem perder seu caráter crítico e emancipador.

O Memorial da Machadinha (Quissamã-RJ, 2003) é um exemplo eloquente de como os significados simbólicos podem ser definidos e, principalmente, redefinidos a partir do protagonismo comunitário. Criado inicialmente como parte de um projeto turístico municipal, o memorial apresentava uma narrativa idealizada sobre a escravidão, exaltando a figura do “bom senhor” e reproduzindo uma visão pacificada do passado. A comunidade quilombola local não se reconhecia nessa representação, e o espaço carecia de aderência social.

Com a entrada da Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo da Machadinha (Arquima) na gestão, os sentidos comunicativos foram radicalmente transformados: “o protagonismo passou da casa-grande para a senzala, e a exposição passou a enfatizar a resistência, o jongo, a continuidade da cultura afrodescendente e o orgulho da identidade quilombola” (Carneiro; Borges, 2022, p. 14-18). Essa mudança de perspectiva alterou completamente o conteúdo simbólico da comunicação do memorial – de um discurso turístico voltado “para fora” para uma prática de autoafirmação e cidadania voltada “para dentro”.

Não há detalhes sobre instrumentos formais de comunicação gestados nessa mudança. Contudo, não é improvável pensar que, no Memorial da Machadinha, um “roteiro simbólico de divulgação” pudesse ser compreendido como um caderno coletivo de trabalho elaborado pelos próprios moradores, professores e mestres de jongo. Esse material teria reunido palavras-chave, como “resistência”, “orgulho negro”, “educação quilombola” e “mulheres da Machadinha”, bem como símbolos visuais que representam essa identidade, a exemplo das senzalas habitadas, do tambor, do jongo e do quintal comunitário. O roteiro também poderia ter registrado mensagens centrais que serviriam de base para cartazes, vídeos e exposições, como “Aqui, a senzala vive e a casa-grande caiu” ou “Machadinha é resistência e educação quilombola”.

Compartilhe outras iniciativas de significação simbólica de memoriais

O Museu *Sankofa* da Favela da Rocinha (RJ) é outro exemplo de como os significados simbólicos podem ser definidos a partir da escuta e do protagonismo comunitário. Criado em 2011 como Ponto de Memória reconhecido pelo IBRAM, o museu nasceu da articulação de moradores, artistas e educadores que buscavam construir um espaço de fala pública sobre a história e as lutas da favela. Inspirados na filosofia afrodiaspórica expressa pelo símbolo akan *Sankofa* – o pássaro que volta a cabeça para trás enquanto caminha para a frente, significando “voltar ao passado para ressignificar o presente e construir o futuro” (Coelho, 2021, p. 94-95) —, os idealizadores elaboraram um roteiro simbólico de comunicação em que os eixos centrais são memória viva, ancestralidade e transformação social.



Assim, tanto na Machadinha quanto no *Sankofa*, a elaboração desse produto envolve reunir a comunidade para definir o que ela quer comunicar, selecionar três ou quatro símbolos que expressem sua história e registrar tudo em um caderno ou arquivo digital. Esse documento, simples e participativo, torna-se o guia de comunicação do memorial, garantindo que cada ação de divulgação – de uma postagem nas redes sociais a uma visita guiada – reafirme a historicidade e a força política da comunidade quilombola.

Além desses instrumentos, recomenda-se adotar estratégias avaliativas participativas e processuais, em sintonia com o caráter

comunicativo das ações. Isso inclui: (a) reuniões periódicas de balanço coletivo, nas quais os próprios participantes avaliem o percurso e os efeitos simbólicos das práticas de escuta; (b) o uso de narrativas reflexivas – como depoimentos, áudios ou vídeos – para registrar transformações de percepção ao longo do processo; e (c) a construção de painéis visuais ou mapas de consenso, que permitam acompanhar, de forma pública e transparente, como as interpretações sobre o memorial se modificam.

10.4. ESCOLHA DE CANAIS E FORMATOS PARTICIPATIVOS DE COMUNICAÇÃO

Escolher canais e formatos participativos de comunicação significa planejar como expressar o que o memorial representa, de modo que o público – interno e externo – não apenas receba informações, mas também se reconheça como parte da história que o espaço conta. Os suportes de edição e registro – livros, catálogos, cartilhas, relatórios, boletins e produções audiovisuais – cumprem papel fundamental na preservação e na difusão do conhecimento, garantindo a materialidade e a durabilidade das mensagens.

Esses meios, contudo, devem seguir princípios éticos e pedagógicos, como acessibilidade, sustentabilidade e coerência simbólica, assegurando que a comunicação também eduque e emancipe. Não existe um canal de comunicação com valor em si mesmo: cada meio só adquire sentido se articular as variáveis que configuram o memorial, como suas metas (informar, experimentar, criar e engajar), as peculiaridades dos atores comunitários, as características dos públicos a serem alcançados e a natureza dos elementos simbólicos (visuais, sonoros, táteis, textuais ou experienciais) que corporificam a memória. Essas variáveis são praticamente inesgotáveis.

Quando a meta é informar, o canal pode assumir formas documentais e pedagógicas, como o instrumento de pesquisa e o material

didático produzidos pelo Memorial da Resistência (São Paulo/SP, 2009), que traduzem a experiência da repressão política em acervos acessíveis para professores e estudantes (Ogawa; Moreira, 2020).

Quando a meta é experimentar, o canal assume caráter sensorial e performativo: o Memorial da Imigração Judaica e do Holocausto (São Paulo, 2017), por exemplo, utiliza sons, encenações e painéis interativos que recriam o ambiente dos campos de concentração, estimulando a empatia e a reflexão (Vasconcellos; Balaguer, 2020).

Na meta de criar, predominam formatos que convidam à autoria coletiva, como os seminários de museologia social e os inventários de lutas locais realizados pelo Ponto de Memória da Terra Firme (Belém), que combinam oficinas e registros visuais produzidos pelos próprios moradores (Alcântara; Quadros, 2018).

Já quando o objetivo é engajar, emergem canais de mobilização e pertencimento, como os seminários e boletins do *Centro de Investigación en Memoria Histórica Militar* (2015), que integram familiares de vítimas em torno de causas políticas específicas (Bornacelly; Ferreira, 2023).

As peculiaridades dos atores comunitários também determinam os formatos mais legítimos. Um memorial escolar, como o do Colégio Manoel Ribas (Santa Maria/RS), encontra nos blogs e nas feiras de ciências o canal ideal para articular alunos e professores, valorizando a história local e estimulando práticas de educação patrimonial (Romero, 2022). Já o Memorial de Napalpí (Chaco, 2021), voltado às vítimas do genocídio indígena, utiliza murais ao ar livre e bibliotecas especializadas para combinar denúncia, reparação e memória coletiva (Lenton, 2024). No campo religioso, o Memorial da Casa Museu Mãe Nanã (1988) privilegia a exposição ritualizada, na qual objetos sagrados e performances expressam a continuidade da fé e da ancestralidade (Maia, 2023).

Figura 1 – Exposição “Encruzilhada – Um encontro com o povo da rua”, da fotógrafa Carolina Thalassa, no Museu da Imagem e do Som de Alagoas (MISA).



Fonte: Aqui Acontece (2026) (Exposição “Encruzilhada” propõe olhar sensível sobre entidades das religiões de matriz africana. 16 jan. 2026.

O público a ser alcançado define outro eixo de variação. Quando o foco está em estudantes e jovens, canais digitais e dinâmicos – como filmes preparatórios à visita (Leite, 2024) ou oficinas on-line com socioeducandas (Yamaguchi; Santos, 2024) – favorecem a aproximação e a empatia.

Já quando o público é composto por sobreviventes ou comunidades afetadas, a comunicação assume um tom memorial e reparador, como nas missas, nos minutos de silêncio e nos cartazes com rostos empregados pelo Memorial das Vítimas da Pandemia (2021), em rituais de luto e afirmação da vida (Ragas, 2021).

Para públicos acadêmicos e gestores culturais, formatos reflexivos e institucionais – como cátedras, publicações especializadas e eventos científicos – tendem a ser mais eficazes, como se observa na Casa Museu João Soares (Cortes, 1996), que integra biblioteca, loja de livros e atividades cívicas (Freire, 2023).

Compartilhe experiências comunicativas baseadas na simbologia dos memoriais

A natureza dos elementos simbólicos define o tipo de experiência comunicativa possível. Há canais visuais e plásticos, como os murais concretos de Napalpí (Lenton, 2024) e os cartazes com fotos das vítimas da Covid-19 (Ragas, 2021); sonoros e performativos, como as rodas de música e as oficinas culturais do Centro de Memória da Cultura Negra Graça do Aché (Uberlândia/MG) (Dutra, 2024); táteis e sensoriais, como as edificações originais de tronco do Memorial da Imigração Polonesa (Curitiba, 1980), que convidam o visitante a tocar e sentir a materialidade do passado (Guedes; Issberner, 2017); e textuais ou reflexivos, como os relatórios e catálogos do Memorial Luis Carlos Prestes (Porto Alegre/RS), que documentam o debate político e a memória da repressão (Rolim, 2020).

A escolha adequada resulta sempre da combinação entre esses eixos: metas, atores, públicos e linguagens. O que torna um canal eficaz não é o seu formato, mas sua capacidade de articular sentidos – de conectar o vivido ao pensado, o local ao público e o passado ao presente.

Ao considerar essas variáveis, o planejamento comunicativo do memorial deve articular dois regimes complementares de comunicação: o interno, voltado ao fortalecimento da coesão e da deliberação da comunidade; e o externo, destinado à projeção pública e ao diálogo político com a sociedade. As seções a seguir detalham como essa articulação se realiza, apresentando canais e práticas que traduzem a racionalidade comunicativa no plano interno e a incidência discursiva na esfera pública.

10.5. INTERVENÇÃO INTERNA: FORTALECER A COMUNIDADE E CONSOLIDAR CONSENSOS

Essa primeira dimensão comunicativa – voltada ao fortalecimento do mundo da vida – é a base sobre a qual se sustenta toda a legitimidade do memorial. Corresponde à comunicação interna, orientada pelas metas de criar e engajar: transformar o memorial em um espaço de aprendizado coletivo, produção simbólica e coesão política. Seu objetivo é consolidar a comunidade como sujeito discursivo autônomo, capaz de deliberar, registrar e representar a própria experiência histórica. Essa etapa é regida pela racionalidade comunicativa, isto é, pela busca de entendimento e reconhecimento mútuo.

As assembleias de memória formam o núcleo deliberativo dessa etapa. Inspiradas em experiências de base comunitária, como as práticas do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas (Sapé/PB, 2006), essas assembleias articulam debates sobre trabalho, território e sustentabilidade em linguagem acessível e participativa (Tolentino, 2023). São momentos de escuta, negociação e consenso – fóruns nos quais as decisões sobre acervo, atividades e parcerias são tomadas coletivamente e registradas como ato político de comunicação.

O boletim comunitário (impresso, mural ou digital) funciona como canal de autoria interna e partilha cotidiana. A exemplo do Memorial do Colégio Manoel Ribas (Santa Maria/RS), que mantém um blog e publicações para narrar a história da escola, o boletim de um memorial popular pode reunir textos, imagens, poesias, entrevistas e pequenos relatos escritos pelos próprios membros (Romero, 2022). Ele transforma o ato de comunicar em um exercício de cidadania e em uma prática de escrita pública – uma “esfera pública em miniatura”, que prepara a comunidade para o diálogo externo.

As rodas de formação política e comunicacional constituem outro eixo estruturante. Inspiradas em iniciativas como as do Centro de Memória da Cultura Negra Graça do Aché (Uberlândia/MG) e do

Memorial da Resistência (São Paulo/SP, 2009), essas rodas combinam teoria e prática: discutem direitos, história, mídia e linguagem (Dutra, 2024; Ogawa; Moreira, 2020). Nelas, os participantes desenvolvem habilidades de argumentação, leitura crítica das mídias e uso estratégico dos meios digitais, ampliando a competência discursiva da comunidade.

Os grupos de escuta e mediação desempenham papel ético e pedagógico: acolhem divergências, organizam as falas e produzem sínteses deliberativas. Seguem o modelo de mediação participativa adotado por projetos museológicos colaborativos, como o Ponto de Memória da Terra Firme (Belém), que forma mediadores locais para lidar com tensões entre gerações e interpretações divergentes da história (Alcântara; Quadros, 2018). Essa prática reforça a dimensão normativa da comunicação: o conflito não é reprimido, mas tratado como uma oportunidade de aprendizagem e coesão discursiva.

Compartilhe experiências de canais híbridos de comunicação

As exposições e feiras comunitárias atuam como canais híbridos – internos em sua produção, externos em sua ressonância. Iniciativas como as do Museu Quilombola Gídeo Véio (Natal, 2016), nas quais objetos, fotografias e alimentos tradicionais são dispostos em forma de mosaico coletivo, demonstram como a exposição pode funcionar como uma experiência estética e política de autorrepresentação (Ferreira; Bezerra, 2022). Nesses eventos, a comunidade se vê, se ouve e se reconhece como protagonista da própria história.

A avaliação das ações internas deve considerar a qualidade da participação e da apropriação simbólica: número e diversidade de participantes, engajamento nas produções, transformações de percepção e grau de autonomia comunicativa. Instrumentos sugeridos incluem diários de campo, autoavaliações narrativas, rodas de balanço e monitoramento da circulação interna dos materiais. O resultado esperado é uma comunidade comunicativamente fortalecida

– consciente de sua história, capaz de deliberar de modo horizontal e de transformar sua identidade em ferramenta política.

10.6. INTERVENÇÃO NA ESFERA PÚBLICA: VISIBILIDADE, DIÁLOGO E INCIDÊNCIA POLÍTICA

Uma vez consolidada a coesão discursiva interna, o memorial pode estender sua ação ao campo público, convertendo o diálogo interno em potência política e cultural.

Corresponde à comunicação voltada para fora, orientada pelas metas de informar e experimentar: levar à sociedade as narrativas, os símbolos e os aprendizados construídos internamente, projetando o memorial como sujeito de comunicação popular na esfera pública. Essa etapa expressa a dimensão habermasiana da esfera pública ampliada, na qual comunidades historicamente silenciadas intervêm nos debates sociais e disputam os sentidos do passado e do presente.

As exposições itinerantes e os festivais de memória constituem canais eficazes de tradução entre o dentro e o fora. O Memorial Clara Nunes (Caetanópolis/MG, 2012), por exemplo, realiza oficinas e mostras sobre a história negra local, associando música, religiosidade e consciência histórica (Andrade; Brügger; Palha, 2021). De modo semelhante, o Memorial Mãe Nanã (1988) organiza celebrações públicas em terreiros e praças, reafirmando a identidade afro-brasileira e sua contribuição cultural (Maia, 2023). Essas práticas combinam arte, pedagogia e mobilização, constituindo experiências estéticas de afirmação política.

As campanhas públicas de base comunitária ampliam essa visibilidade. O Memorial das Vítimas da Pandemia (2021), por exemplo, utilizou murais e cartazes com os rostos das vítimas para expressar luto coletivo e crítica social (Ragas, 2021). Já o Memorial Machadinha (Quissamã/RJ) promove cursos, exposições e festas públicas que denunciam a opressão e valorizam a cultura afrodescendente

(Carneiro; Borges, 2022). Em ambos os casos, a linguagem visual e performática mobiliza a esfera pública pela emoção e pela ética, sem abdicar da dimensão argumentativa.

Compartilhe experiências de plataformas digitais e museus virtuais

Museu Afro Brasil: <https://goo.gl/maps/wmy7QFDcgWHRZh2MA>

Projeto TAMAR (Mata de São João–BA):



As plataformas digitais e os museus virtuais funcionam como arenas de debate ampliado. O Memorial da Democracia (s.d.) utiliza seu site e suas redes para narrar as lutas populares por igualdade e justiça social, convidando o público à interação crítica (Freire, 2023). O Memorial da Universidade Federal da Bahia adota estratégia semelhante, usando redes sociais para difundir produções culturais e científicas da instituição, fortalecendo o vínculo entre conhecimento e cidadania (Hoisel; Vieira, 2023).

MEMORIAL do Mestre Saúba (YouTube Shorts): <https://www.youtube.com/shorts/iGYKcFdkMas>



Esses canais demonstram que a tecnologia pode ser mediadora do diálogo público, desde que mantenha a linguagem acessível e evite a colonização do discurso por métricas ou algoritmos. Isso significa que as decisões não devem ser tomadas apenas com base em curtidas, visualizações, rankings ou taxas de engajamento. Também implica que o conteúdo não pode ser selecionado exclusivamente pelo que o algoritmo considera mais rentável ou mais capaz de gerar tráfego. Caso contrário, o debate público deixa de ser orientado por critérios de relevância, qualidade ou interesse coletivo e passa a ser guiado pelo desempenho estatístico.

As parcerias institucionais e intercomunitárias ampliam a legitimidade e o alcance das ações. O Memorial Inumeráveis (2021), construído

em rede com artistas, jornalistas e pesquisadores, exemplifica a potência das colaborações horizontais para transformar a dor em narrativa pública (Venera; Venera; Nart, 2021). Outros casos, como os seminários e programas de rádio do *Centro de Investigación en Memoria Histórica Militar* (2015), mostram que mesmo memórias em disputa podem gerar arenas de argumentação e reconhecimento mútuo (Bornacelly; Ferreira, 2023).

Por fim, as intervenções culturais em espaços públicos – como apresentações artísticas, mosaicos urbanos e projeções audiovisuais – traduzem a memória em experiência sensorial compartilhada. O Museu de Arte de Londrina e o Museu Histórico Padre Carlos Weiss exemplificam isso ao promover oficinas de mosaico e exposições sobre a história das ruas, conectando arte e cidadania (Magalhães, 2013). Essas ações convertem o espaço público em cenário de encontro entre história, estética e política.

A avaliação da comunicação pública deve equilibrar indicadores de alcance, reconhecimento e impacto político. Entre os critérios, destacam-se o número de parcerias e eventos realizados, a presença em mídias e políticas públicas e a qualidade dos diálogos gerados.

Os instrumentos incluem *clippings* de mídia, métricas de engajamento crítico (comentários, colaborações e reinterpretações), observatórios de políticas públicas e rodas de devolutiva com parceiros externos. O resultado esperado é um memorial que atua como sujeito político comunicativo, capaz de intervir na esfera pública, ampliar alianças e sustentar sua ação material e simbólica pela força da palavra e da memória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunicação em memoriais de movimentos sociais faz parte do próprio sentido desses espaços. Quando articula memória, identidade e cidadania, a comunicação deixa de ser apenas divulgação e passa a ser uma prática de libertação, capaz de transformar lembranças em diálogo e diálogo em ação coletiva.

Os exemplos e as orientações apresentados mostram que a força da comunicação de um memorial depende da articulação de duas dimensões. A primeira é a comunicação interna, voltada à escuta, à formação e à organização da comunidade. É nela que as pessoas aprendem a falar, escrever, decidir juntas e reconhecer suas próprias histórias. Assembleias, boletins, rodas de conversa e feiras comunitárias ajudam a construir essa base e fazem do memorial uma verdadeira escola de fala pública.

A segunda é a comunicação externa, que leva para a sociedade as experiências e os saberes construídos na base. Exposições, campanhas, redes sociais e parcerias com outras instituições ajudam a dar visibilidade às lutas e a disputar os sentidos da história. Quando bem planejadas, essas ações não exploram a dor, mas a transformam em argumento político em favor da justiça, da verdade e dos direitos.

Do ponto de vista teórico, inspiramo-nos em Jürgen Habermas para afirmar que a comunicação só é emancipadora quando cria condições de diálogo sem imposição, baseadas no respeito, na sinceridade e na busca de entendimento. Comunicar, nesse sentido, é abrir caminhos para que comunidades historicamente silenciadas participem do debate público como sujeitos de direitos.

Também aprendemos que não existe um único modelo de comunicação. Cada memorial precisa escolher seus próprios meios e linguagens, de acordo com seus objetivos, seus públicos e sua realidade. O melhor canal é aquele que consegue ligar o vivido ao pensado, o passado ao presente e a comunidade ao espaço público.

Por fim, a qualidade da comunicação de um memorial mede-se pelo tipo de relação que ele constrói: se fortalece o pertencimento interno, se amplia o reconhecimento externo e se contribui para a formação de pessoas críticas e autônomas. Um memorial plenamente comunicativo é aquele que fala com a comunidade e para a comunidade, e não apenas sobre ela. É assim que a memória se transforma em aprendizado, em luta e em projeto coletivo de futuro.



CONSTRUINDO MEMORIAIS SUSTENTÁVEIS: MODELOS, DESAFIOS E PRÁTICAS PARA ESPAÇOS DE MEMÓRIA

INTRODUÇÃO

Muitos espaços de memória começam com entusiasmo, mobilizam moradores, organizam exposições e recebem visitantes, mas enfrentam dificuldades para garantir a continuidade de suas atividades. A falta de recursos financeiros, a escassez de pessoas para assumir responsabilidades, os custos de manutenção, a conservação do acervo e as mudanças nas prioridades das instituições apoiadoras mostram que a sustentabilidade de um memorial depende de muito mais do que boa vontade ou de um investimento inicial.

Neste capítulo, discutiremos como construir memoriais capazes de permanecer ativos e relevantes para as comunidades que representam. Veremos que a sustentabilidade envolve dimensões complementares, como a conservação do espaço e do acervo, a formação de equipes, a participação comunitária, a transparência da gestão e a diversificação das fontes de financiamento. Também analisaremos diferentes modelos de captação de recursos – como

subsídios públicos, financiamento participativo, parcerias institucionais, receitas próprias e Turismo de Base Comunitária –, bem como os desafios éticos, políticos e administrativos associados a cada um deles. Ao final, pretendemos mostrar que um memorial sustentável é aquele que permanece socialmente necessário, culturalmente significativo e capaz de fortalecer, geração após geração, os vínculos entre memória, comunidade e cidadania.

11.1 SUSTENTABILIDADE DOS MEMORIAIS

Ao discutirmos a sustentabilidade dos memoriais, partimos do pressuposto de que a preservação de um bem cultural vai além da guarda do acervo e da manutenção física de uma edificação. Um memorial só permanece vivo quando continua prestando serviços à comunidade: recebe visitantes, organiza narrativas, preserva documentos, forma pessoas, provoca conversas públicas e ajuda um grupo a reconhecer sua própria história. A sustentabilidade, nesse campo, envolve, portanto, um conjunto de condições materiais, sociais, culturais, políticas e econômicas que tornam possível a continuidade da instituição e das ações que ela oferece ao público ao longo do tempo.

Essa compreensão também aproxima os memoriais de algumas metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. Dois deles dialogam diretamente com a reflexão aqui proposta: o ODS 12, relativo ao consumo e à produção responsáveis, e o ODS 16, voltado à paz, à justiça e às instituições eficazes (ONU, 2015). Em um memorial, esses objetivos aparecem de forma concreta quando o espaço economiza água e energia, reduz desperdícios, presta contas, amplia o acesso público, preserva documentos, valoriza a participação comunitária e fortalece instituições locais.

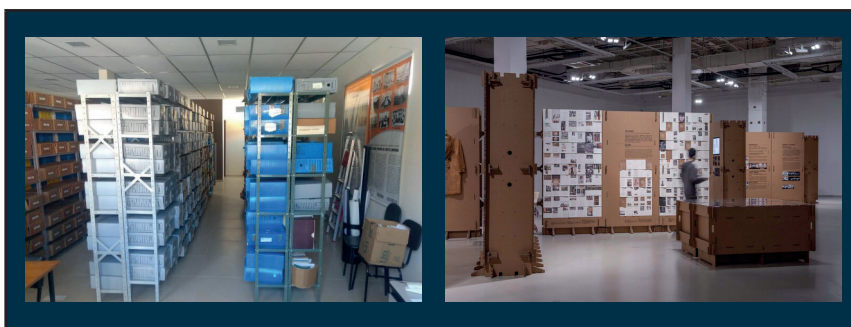


Figura 1 – Parece óbvio, mas um memorial começa antes de ficar pronto

À esquerda, sala de guarda e organização de acervo, com caixas, documentos e materiais de trabalho. À direita, espaço expositivo simples, com painéis, fotografias e mediação visual. A sustentabilidade de um memorial não começa quando o prédio está perfeito; ela começa quando a comunidade organiza pessoas, objetos, histórias e responsabilidades.

Ao tratarmos especificamente dos memoriais populares, consideramos que sua sustentabilidade inclui, simultaneamente, a gestão responsável de recursos como água, energia e descarte de resíduos; a formação contínua das pessoas envolvidas em suas atividades; o uso de mão de obra local; a conservação física e simbólica do acervo; a manutenção dos vínculos de pertencimento comunitário; a transparência na administração financeira; e a criação de condições de acessibilidade e inclusão. Com isso, assumimos uma noção multidimensional de sustentabilidade, que reúne aspectos ambientais, sociais, culturais e econômico-sociais, tal como sugerem Baracho (2018), Gabardo Júnior (2023) e Juliace (2025), incluindo medidas de conservação do acervo (Andrade, 2020).

Quadro 11.1 – O que precisa ser sustentado em um memorial?

Dimensão	O que significa na prática	Exemplo simples
Espaço físico	Manter sala, prédio, móveis, energia, água, limpeza, segurança e conectividade.	Trocar lâmpadas por LED, organizar escala de limpeza e prever pequenos reparos.
Acervo	Preservar documentos, fotografias, objetos, gravações, registros digitais e informações de contexto.	Guardar fotografias em caixas identificadas, longe da umidade e da luz direta.
Pessoas	Formar equipe, voluntários, mediadores, jovens colaboradores e responsáveis pela gestão.	Realizar oficina mensal sobre cuidado com documentos e recepção de visitantes.
Comunidade	Manter participação, confiança, pertencimento e uso social do memorial.	Promover rodas de memória com moradores e visitas de escolas locais.
Recursos } financeiros	Buscar editais, doações, parcerias, receitas próprias e formas transparentes de prestação de contas.	Criar planilha mensal de despesas e divulgar balanço simplificado.

Essa visão ajuda a evitar um erro comum: pensar que a sustentabilidade de um memorial depende apenas de conseguir dinheiro. Um memorial pode receber recursos e, ainda assim, fracassar se a comunidade não se reconhecer nele, se os documentos forem mal-cuidados, se não houver pessoas formadas para atuar no espaço ou se a gestão não for transparente. Em outros termos, a sustentabilidade de um espaço memorial depende tanto de sua legitimidade social e

cultural quanto de sua capacidade de enfrentar custos ordinários de funcionamento, como água, energia elétrica, conectividade, manutenção predial e remuneração de trabalhadores.

É nesse ponto que conferimos centralidade à questão econômica. A permanência de espaços de memória exige examinar, paralelamente, as fontes de financiamento disponíveis e as condições políticas, administrativas e comunitárias de sua continuidade. Isso inclui recursos públicos e privados, receitas próprias, participação social na gestão e estratégias de diversificação econômica. Entre essas estratégias, destacamos o emprego do memorial como atração turística, seja como ponto de um roteiro já existente, seja como elemento capaz de deflagrar percursos de Turismo de Base Comunitária.

Na apresentação desenvolvida nas seções seguintes, reforçamos a ideia de que essas estratégias funcionam melhor quando mobilizamos arranjos mistos: financiamento público, parceria institucional, trabalho comunitário, receitas próprias, apoio de visitantes e formas transparentes de gestão. Ao mesmo tempo, essas alternativas estão sujeitas a desafios estruturais, como a volatilidade dos recursos, os custos operacionais crescentes e os conflitos ético-políticos associados às fontes de financiamento.

Partindo dessas premissas, a questão que orienta este capítulo pode ser formulada da seguinte maneira: quais estratégias podem assegurar a sustentabilidade de espaços de memória? Para respondê-la, examinamos os modelos de financiamento potencialmente disponíveis, os principais desafios à estabilidade financeira e algumas práticas de gestão consideradas promissoras para a sustentabilidade econômica dos memoriais.

11.2. OS MODELOS DE FINANCIAMENTO

A sustentabilidade de um memorial raramente depende de uma única fonte de recursos. Um espaço de memória pode começar com trabalho voluntário, receber apoio de uma escola, concorrer a um edital público, vender pequenos produtos, organizar visitas guiadas e,

ao mesmo tempo, construir parcerias com universidades, associações, secretarias municipais e grupos culturais. Por isso, quando falamos em financiamento de memoriais, não devemos imaginar apenas a busca por um grande patrocinador. O mais realista é pensar em uma cesta de sustentação, formada por diferentes entradas de recursos, algumas financeiras e outras não financeiras.

Quadro 11.2 – A cesta de sustentação de um memorial

Fonte de sustentação	Como ajuda o memorial	Primeiro passo
Subsídio público	Financia ações, oficinas, exposições, reformas e preservação do acervo.	Mapear editais municipais, estaduais e federais.
Financiamento participativo	Mobiliza moradores, visitantes e apoiadores externos.	Criar uma campanha com vídeo curto e meta clara.
Financiamento misto	Combina apoio público, privado, universitário e comunitário.	Preparar uma apresentação de uma página sobre o memorial.
Receitas próprias	Gera renda com atividades, produtos, serviços e eventos.	Testar um evento-piloto com venda simples.
Turismo de Base Comunitária	Transforma o memorial em ponto de roteiro e geração de renda local.	Mapear lugares, histórias e serviços do território.

Essa combinação é importante porque cada fonte tem limites. Editais públicos podem demorar ou não se repetir. Campanhas de financiamento coletivo dependem de mobilização. Parcerias institucionais exigem negociação. Receitas próprias variam conforme o

público. O turismo pode gerar renda, mas também exige cuidado para não transformar a memória comunitária em espetáculo vazio. Assim, o memorial se torna mais forte quando aprende a combinar essas alternativas sem depender completamente de nenhuma delas.

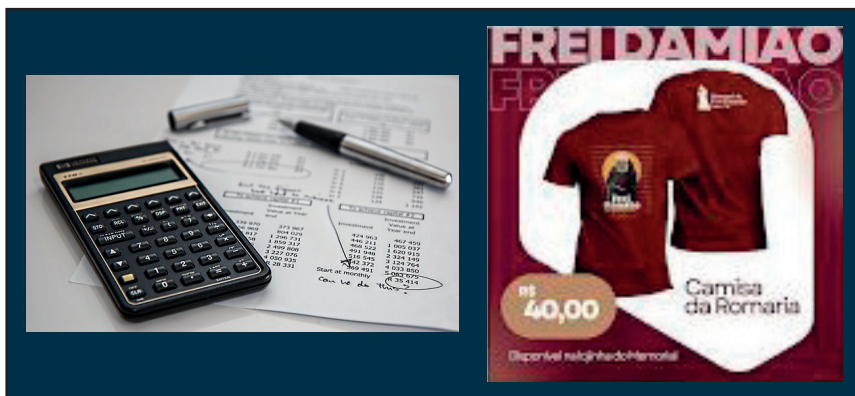


Figura 2 - A mesa de planejamento financeiro do memorial

Legenda: antes de buscar recursos, o memorial precisa saber quanto custa funcionar e quais caminhos pode acionar para cobrir esses custos.

11.3. SUBSÍDIOS PÚBLICOS

Os subsídios públicos constituem uma das principais formas de sustentação dos memoriais. Eles podem aparecer como repasses diretos, editais, programas de fomento, leis de incentivo, emendas parlamentares ou contratos de gestão. Na prática, isso significa que governos municipais, estaduais e federal podem apoiar ações de preservação, formação, pesquisa, exposição, acessibilidade e manutenção de espaços culturais.

Entre as formas mais conhecidas está o chamado fomento direto, geralmente realizado por meio de editais lançados por ministérios, secretarias de cultura, fundações e autarquias. Programas como os Pontos de Cultura e a Lei Aldir Blanc, financiada com recursos do

Fundo Nacional de Cultura, priorizam ações de capacitação, preservação e proteção do patrimônio cultural e histórico, especialmente em iniciativas com menor capacidade de autofinanciamento. A Lei Aldir Blanc, por exemplo, contempla espaços culturais e instituições culturais com ou sem fins lucrativos, incluindo museus comunitários, centros de memória e espaços culturais em comunidades indígenas e afro-brasileiras (Leite, 2023, p. 65, 69).

Para que um memorial popular consiga acessar esse tipo de recurso, o primeiro passo não é preencher um formulário. O primeiro passo é ter um projeto-base. Esse projeto funciona como uma peça reaproveitável: muda-se o título, ajusta-se o orçamento, adapta-se o cronograma, mas a ideia central do memorial já está organizada.

Ficha 1 - Projeto-base para edital público

Nome do projeto: Memorial Vivo da Comunidade.

Problema que justifica o projeto: fotografias, documentos, relatos e objetos importantes da comunidade encontram-se dispersos em casas, escolas, associações e arquivos pessoais, correndo risco de perda.

Objetivo geral: organizar, preservar e comunicar a memória da comunidade por meio da criação e manutenção de um memorial popular aberto à visitação pública.

Ações previstas: reunir documentos, realizar rodas de memória, organizar exposição inicial, formar jovens mediadores, produzir registros digitais do acervo e realizar atividade pública de abertura.

Público atendido: moradores, estudantes, professores, visitantes, pesquisadores e grupos culturais.

Resultados esperados: acervo inicial organizado, exposição aberta, equipe comunitária mobilizada, registros digitais criados e aumento da participação local.

Despesas principais: materiais de conservação, impressão de fotografias, painéis, etiquetas, equipamentos simples, transporte, alimentação em oficinas, bolsas de apoio e comunicação visual.

Esse modelo ajuda porque muitos editais pedem informações semelhantes: justificativa, objetivo, público, metodologia, cronograma, orçamento e resultados esperados. Quando o memorial já possui um texto-base, a equipe deixa de começar do zero a cada chamada pública.

Além dos editais, há recursos oriundos do Ministério da Cultura, de secretarias estaduais e municipais e de emendas parlamentares, tanto dirigidas quanto participativas. Em alguns casos, parlamentares da Câmara, do Senado e das Assembleias Legislativas abrem chamadas públicas para que organizações apresentem projetos e disputem recursos por meio de votação popular. Nessa modalidade, um memorial pode concorrer com propostas de custeio, manutenção, investigação histórica, formação de mediadores ou ampliação de suas atividades. Como a escolha pode envolver votação pela internet, o memorial precisa preparar não apenas o projeto técnico, mas também uma campanha de mobilização (Cacciatori, 2020; Emendas participativas, [s.d.]).

Outra via relevante é a renúncia fiscal, como ocorre na Lei Rouanet, que contempla a categoria museus e memória e direciona parte dos recursos incentivados a esse campo (Leite, 2023, p. 76). Também podem existir políticas de desoneração de impostos, patrocínios de empresas estatais e ações ligadas a programas públicos de memória e direitos humanos. No caso de memoriais relacionados à ditadura civil-militar, por exemplo, políticas públicas impulsionadas pelo Programa Nacional de Direitos Humanos favoreceram a construção, preservação e manutenção de memoriais, arquivos e monumentos, articulando demandas de organizações da sociedade civil, editais, tombamentos, desapropriações e negociações políticas em diferentes escalas (Estevez; Almeida, 2021, p. 146).

Nos memoriais organizados como Organizações Sociais, nos termos da Lei nº 9.637/1998, o acesso a verbas públicas pode ocorrer por contratos de gestão com o Estado. Esse modelo, porém, exige atenção. Como observa Leite, há o chamado paradoxo das OSs: quando a instituição aumenta suas receitas próprias, pode sofrer redução progressiva dos repasses públicos (Leite, 2023, p. 62). Isso mostra que o financiamento público é importante, mas não deve ser a única base de sustentação.

Quadro 3 - Antes de entrar em um edital, verificar

Pergunta	Resposta esperada
O memorial tem CNPJ ou parceiro institucional que possa executar o recurso?	Sim / em negociação.
Há um projeto-base escrito?	Sim.
Existe orçamento mínimo?	Sim.
Há fotos, vídeos ou registros das atividades já realizadas?	Sim.
A comunidade reconhece publicamente o memorial?	Sim, por reuniões, visitas ou apoio local.
A equipe sabe prestar contas?	Precisa formar / já possui alguém responsável.

Esse quadro pode ser usado em reuniões de planejamento. Ele evita que o grupo descubra, no último dia do edital, que ainda não possui documentos básicos, orçamento, comprovação de atividades ou responsável pela prestação de contas.

11.4. FINANCIAMENTO PARTICIPATIVO

O financiamento participativo, também conhecido como financiamento coletivo ou crowdfunding, permite que projetos pequenos,

comunitários e sem fins lucrativos captem recursos diretamente junto a redes de apoiadores. Essa modalidade é especialmente adequada aos memoriais populares porque mobiliza afinidade, identidade, pertencimento e engajamento social. Diferentemente das formas tradicionais de financiamento, muitas vezes inacessíveis a iniciativas locais, o crowdfunding permite que muitas pessoas contribuam com pequenas quantias para viabilizar um projeto cujo valor ultrapassa o interesse individual (Dorly Neto; Reeberg, 2026).

Mas uma campanha de financiamento coletivo não começa com o pedido de dinheiro. Ela começa com uma boa narrativa. O memorial precisa explicar por que existe, o que está em risco, o que pretende realizar e como a contribuição será usada. Um vídeo curto é uma das formas mais eficazes de fazer isso.

Vídeo 1 - Campanha “Ajude a abrir o Memorial “

Duração 2 minutos.

Cena 1: imagem de fotografias antigas sobre uma mesa. Voz: “Durante muitos anos, a história da nossa comunidade ficou guardada em caixas, gavetas e lembranças de moradores.”

Cena 2: imagem de uma moradora segurando uma fotografia. Fala: “Essa foto é da primeira festa que fizemos aqui. Muita gente já se foi, mas a história continua.”

Cena 3: imagem da sala que será organizada. Narração: “Queremos transformar este espaço no Memorial Vivo da Comunidade: um lugar para guardar documentos, registrar depoimentos, receber escolas e contar nossas histórias.”

Cena 4: jovens colocando etiquetas em fotografias e limpando mesas. Narração: “Com sua contribuição, vamos comprar materiais de conservação, imprimir painéis, gravar relatos e preparar jovens mediadores.”

Cena 5: imagem coletiva da equipe. Voz final: “Ajude a abrir o memorial. A memória da comunidade também depende de você.”

A campanha também precisa definir metas e recompensas. As recompensas não precisam ser caras. Elas devem reforçar o vínculo entre o apoiador e o memorial.

Quadro 4 - Recompensas possíveis em uma campanha comunitária

Valor simbólico da contribuição	Recompensa
Apoio inicial	Nome em mural coletivo de agradecimento.
Apoio intermediário	Convite para visita guiada de abertura.
Apoio ampliado	Cartão postal com imagem histórica da comunidade.
Apoio especial	Pequeno livreto digital com histórias do memorial.
Apoio institucional	Certificado público de parceria cultural.

Essa modalidade favorece a autonomia dos realizadores, pois reduz a dependência exclusiva de Estado, bancos ou patrocinadores. No entanto, sua viabilidade depende de uma rede social ativa, da capacidade de comunicação dos proponentes, da definição clara de metas e da construção de uma comunidade duradoura em torno do projeto. A campanha não deve terminar quando o dinheiro entra. Depois da arrecadação, é necessário mostrar o que foi feito, publicar registros, agradecer aos apoiadores e manter o diálogo aberto.

Mensagem de prestação de contas para apoiadores

“Graças às contribuições recebidas, o memorial conseguiu comprar caixas de conservação, imprimir 40 fotografias, produzir 12 etiquetas de exposição e gravar os primeiros 6 depoimentos de moradores. Na próxima etapa, abriremos uma visita guiada para apresentar os resultados. Agradecemos a todas as pessoas que ajudaram a transformar lembranças dispersas em memória compartilhada.”

11.5 FINANCIAMENTOS MISTOS

Muitos memoriais se sustentam por arranjos híbridos, combinando recursos públicos, privados, educacionais e comunitários. Nesse modelo, nem tudo aparece como dinheiro depositado em conta. Muitas vezes, a contribuição vem na forma de trabalho técnico, bolsas, estágios, equipamentos emprestados, cessão de espaço, transporte, divulgação, oficinas ou consultorias.

Em articulação com instituições públicas, secretarias de Cultura, Educação, Ação Social, universidades e institutos de pesquisa, o memorial pode receber estagiários de cursos como História, Turismo, Museologia, Biblioteconomia, Arquivologia, Pedagogia e Comunicação. Essa medida configura investimento indireto, sobretudo na forma de trabalho qualificado. Um estudante de História pode ajudar a organizar entrevistas; um estudante de Turismo pode estruturar roteiro de visitação; um estudante de Museologia pode orientar a exposição; um estudante de Pedagogia pode criar atividades para escolas; um estudante de Comunicação pode organizar redes sociais.

Carta de apresentação para parceiros

Prezada instituição,

O Memorial da Comunidade é uma iniciativa voltada à preservação, organização e difusão da memória local. Nosso acervo inicial reúne fotografias, documentos, objetos e relatos de moradores. Buscamos parceria para fortalecer três frentes de trabalho: organização do acervo, formação de mediadores e criação de atividades educativas.

A parceria pode ocorrer por meio de estágios, projetos de extensão, oficinas, visitas técnicas, cessão de equipamentos, apoio à comunicação ou colaboração em eventos. Em contrapartida, o memorial oferece campo de formação prática, visibilidade institucional e participação em uma ação de interesse público.

Atenciosamente,

Equipe do Memorial da Comunidade.

Do mesmo modo, parcerias entre comunidade e universidade, inclusive por meio de programas como o PIBID, demonstram a convergência entre financiamento estatal, estruturas acadêmicas e demandas sociais locais, viabilizando a constituição e manutenção de memoriais escolares (Pacievitch; Teixeira, 2016). Nesse arranjo, a sustentabilidade econômica não depende apenas de repasses financeiros diretos, mas da integração entre diferentes esferas institucionais.

Quadro 5 - O que cada parceiro pode oferecer

Parceiro	Contribuição possível	Produto concreto
Escola	Visitas, estudantes, projetos pedagógicos.	Caderno de atividades do memorial.
Universidade	Estágios, extensão, pesquisa.	Inventário inicial do acervo.
Secretaria de Cultura	Editais, divulgação, apoio técnico.	Programação cultural.
Secretaria de Turismo	Inserção em roteiros.	Mapa de visitação.
Associação comunitária	Mobilização local.	Rodas de memória.
Empresa local	Material, lanche, impressão, transporte.	Apoio a eventos.
Rádio comunitária	Divulgação.	Programas sobre memória local.

A esse conjunto podem ser acrescentadas formas de patrocínio cultural realizadas por empresas privadas, como bancos, companhias de telecomunicações e mineradoras (Balbi, 2014). Embora essas iniciativas pareçam filantrópicas, elas se inserem no campo do financiamento privado incentivado, pois envolvem contrapartidas institucionais, visibilidade de marca e benefícios fiscais vinculados

a políticas de renúncia tributária. Por isso, devem ser avaliadas com cuidado. O apoio financeiro não pode comprometer a autonomia narrativa do memorial nem impedir que ele trate de temas sensíveis.

Termo simples de princípios para parcerias

“O Memorial Vivo da Comunidade aceita parcerias que respeitem sua autonomia, sua função pública, sua responsabilidade com o acervo e seu compromisso com a participação comunitária. Nenhum apoio financeiro ou institucional autoriza interferência indevida na escolha das memórias preservadas, nas narrativas apresentadas ou nas atividades educativas desenvolvidas.”

Esse pequeno texto pode aparecer em propostas, apresentações institucionais e reuniões com possíveis parceiros. Ele ajuda a lembrar que sustentabilidade não é apenas captar recursos; é captar recursos sem perder o sentido público do memorial.

11.6. RECEITAS PRÓPRIAS

As receitas próprias constituem uma estratégia relevante para a sustentabilidade econômica dos memoriais, sobretudo quando ativam o espaço e os serviços oferecidos. Em muitos memoriais populares, essa pode ser a forma mais frequente de manutenção cotidiana, ainda que nem sempre apareça documentada em estudos acadêmicos. Receitas próprias podem vir da realização de cursos, exposições, lançamentos de livros, oficinas, cafés, lanches, refeições, cópias, escaneamentos, ingressos, visitas guiadas, lojinhas e venda de produtos culturais.

O caminho mais seguro é começar pequeno. Antes de estruturar uma loja permanente ou um café, o memorial pode realizar um evento-piloto. Esse evento permite testar público, produtos, preços, logística e divisão de tarefas.

Evento-piloto - Sábado de Memória

Programação hipotética: 9h - abertura do memorial; 9h30 - roda de conversa com moradores; 10h30 - visita guiada à exposição; 11h - café comunitário; 11h30 - venda de cartões postais, livretos e artesanato local.

Produtos disponíveis: café, bolo, cartões com fotografias antigas, pequeno livreto “Histórias da Comunidade”, chaveiros artesanais e marcadores de página com frases de moradores.

Planilha 1 – Controle simples do evento-piloto

Item	Entrada	Saída	Observação
Venda de café e bolo	R\$ 180,00	R\$ 70,00	Ingredientes comprados por três voluntárias.
Cartões postais	R\$ 120,00	R\$ 50,00	Impressão em gráfica local.
Livretos	R\$ 200,00	R\$ 90,00	30 exemplares impressos.
Artesanato	R\$ 300,00	R\$ 0,00	Valor repassado às artesãs, com contribuição voluntária ao memorial.
Total	R\$ 800,00	R\$ 210,00	Saldo para manutenção: R\$ 590,00.

A função dessa planilha não é apenas financeira. Ela ensina a equipe a registrar entradas, saídas, responsabilidades e resultados. Com o tempo, esses registros ajudam a decidir quais atividades realmente contribuem para o memorial.

A comercialização de bens culturais vinculados à identidade da comunidade também fortalece a sustentabilidade cultural, tecnológica e econômica. Artesanato, alimentos típicos, publicações, cartões, réplicas, miniaturas, fotografias e vestuário podem gerar receita e, ao mesmo tempo, comunicar a história local. Silva (2025) destaca a possibilidade de comercialização por plataformas digitais, enquanto Viana (2021) aponta a produção de souvenirs como alternativa ligada à sustentabilidade comunicacional.

Box – Produto cultural com narrativa digital

Produto: marcador de página “Rio da Comunidade”.

História do produto: o marcador foi inspirado nos relatos de moradores que lavavam roupa, pescavam e brincavam às margens do rio, antes da construção da estrada. O desenho foi elaborado por jovens participantes da oficina de memória e desenho, a partir das lembranças compartilhadas por Dona Maria em uma roda de memória.

Produção: jovens da própria comunidade, em atividade vinculada ao memorial.

Destino da renda: manutenção do acervo e compra de materiais de conservação.

Mediação digital: ao lado do produto, um QR Code dá acesso a um áudio hipotético de 45 segundos, intitulado “A história por trás do objeto”:

“Esse desenho representa o rio antes da construção da estrada. Muita gente da comunidade passava por aqui todos os dias. O marcador de página foi feito a partir das lembranças contadas por Dona Maria na roda de memória.”

Esse tipo de recurso transforma a compra em experiência cultural. O visitante não adquire apenas uma lembrança; leva consigo uma narrativa. Assim, a geração de renda não se separa da função educativa do memorial.

11.7. TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Uma das principais estratégias de sustentabilidade econômica de um memorial popular é empregá-lo também como atração turística, seja como ponto de roteiro, seja como núcleo articulador de um percurso de Turismo de Base Comunitária. A literatura especializada em TBC associa essa prática ao desenvolvimento local, à geração de renda, à economia solidária, à valorização cultural, à educação comunitária e à gestão participativa. Essas características dialogam diretamente com os memoriais populares, especialmente quando eles nascem de processos de engajamento político e comunitário.

Quando associado ao Turismo de Base Comunitária, o memorial deixa de ser apenas espaço de preservação simbólica e passa a funcionar também como ativo econômico comunitário. Isso não significa transformar a memória em mercadoria. Significa organizar formas de visitação que gerem renda, fortaleçam identidades, valorizem moradores e ampliem a circulação de pessoas pelo território.

Mapa 1 – Exemplo de roteiro comunitário de uma manhã

Mpa simples do território, desenhado em cores. O percurso começa no memorial, passa pela escola antiga, segue até a praça, visita uma casa de farinha, atravessa uma trilha curta e termina em um almoço comunitário.

Roteiro: 8h30 - recepção no memorial; 9h - apresentação da exposição; 9h40 - caminhada até a escola antiga; 10h10 - parada na praça e relato de moradores; 10h40 - visita à casa de farinha; 11h30 - retorno ao memorial; 12h - almoço comunitário.

Serviços envolvidos: guiamento local, alimentação, artesanato, transporte comunitário, mediação histórica e registro fotográfico.

Experiências como as do Complexo do Alemão e do assentamento Eldorado, em Santo Amaro-BA, indicam que comunidades organizadas podem tanto criar memoriais como atrativos quanto

organizar trilhas de TBC a partir desses espaços (Fernandez, 2013; Linhares, 2016; Freitas, 2022; Zanetoni, 2022). A inferência possível é que um memorial, quando incorporado como ponto de visitação ou como núcleo articulador de percurso, ajuda a dinamizar fluxos de visitantes e ativa outros serviços locais.

Os casos das famílias rurais do Sertão do Seridó, de pequenas propriedades familiares e de experiências ligadas à economia solidária mostram que o turismo comunitário pode produzir efeitos materiais concretos, embora dependa de infraestrutura, capacitação e boa gestão dos recursos (Costa, 2017; Santos, 2020; Martins, 2021). Assim, o memorial pode integrar uma estratégia econômica mais ampla quando se articula a guiamoento, alimentação, artesanato e hospedagem comunitária.

A participação da comunidade em todos os níveis de decisão é condição importante para o sucesso do TBC (Linhares, 2021; Fernandes, 2022). No caso do memorial popular, essa exigência é ainda mais importante. A exploração turística só se converte em estratégia legítima de sustentabilidade econômica se permanecer vinculada ao controle social da comunidade, em vez de ser apropriada por agentes externos.

Quadro 6 – Regras comunitárias para o roteiro turístico

Regra	Finalidade
Toda visita deve ser acompanhada por mediador local.	Garantir interpretação comunitária da memória.
Fotografias de moradores só podem ser feitas com autorização.	Proteger imagem e dignidade das pessoas.
Parte da renda deve ser destinada ao memorial.	Sustentar acervo, espaço e atividades.
Serviços locais devem ser priorizados.	Distribuir benefícios no território.
O roteiro deve ser avaliado periodicamente pela comunidade.	Corrigir conflitos e evitar descaracterização.
Temas sensíveis devem ser tratados com respeito.	Evitar exploração da dor, da pobreza ou da violência.

Outro elemento que fortalece a relação entre memorial e TBC é a função identitária. Experiências como o Terreiro Tumbenci, pensado como patrimônio afro-brasileiro em museu digital, e a proposta de educação afrocentrada de economia coletiva para o Cabula, em Salvador, sugerem que práticas culturais e memórias coletivas podem ser integradas ao turismo comunitário como atrativos legítimos (Costa, 2018; Araújo, 2021). Na mesma direção, estudos sobre comunidades quilombolas no Maranhão e sobre preservação da cultura indígena no Xingu mostram que o turismo pode funcionar como ferramenta de valorização cultural, embora permaneça tensionado pelos riscos de descaracterização e aculturação (Araújo, 2018; Pereira, 2022).

QR Code 2 - Escuta do roteiro

Conteúdo hipotético acessado pelo QR Code: página sonora do roteiro comunitário, com três áudios curtos.

Áudio 1: “A chegada ao memorial” - fala de uma jovem mediadora explicando a origem do espaço.

Áudio 2: “A praça das festas” - relato de uma moradora sobre celebrações antigas.

Áudio 3: “O trabalho e a memória” - depoimento de um trabalhador local sobre mudanças no território.

Esses áudios permitem que o visitante escute a comunidade, e não apenas leia informações escritas por terceiros. Também ajudam pessoas com diferentes formas de aprendizagem a se aproximarem da história local.

Assim, o memorial popular pode se tornar atrativo turístico precisamente porque condensa narrativas, patrimônios, identidades e formas de pertencimento. Seu valor não está apenas nos objetos expostos, mas na capacidade de articular histórias, pessoas, lugares, práticas culturais e possibilidades econômicas. Quando essa articulação é feita com participação social, transparência e distribuição justa de benefícios, o Turismo de Base Comunitária deixa de ser apenas uma fonte de renda e passa a ser uma estratégia de fortalecimento comunitário.

11.8. PRINCIPAIS DESAFIOS PARA A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

A análise dos modelos de financiamento apresentados na seção anterior permite afirmar que a sustentabilidade econômica dos memoriais não é um problema restrito à captação de recursos. Trata-se de um desafio mais amplo, que envolve relações políticas, institucionais e comunitárias. Isso ocorre porque os memoriais não são espaços neutros: eles resultam de escolhas sobre o que lembrar, como lembrar, quem deve narrar e para quem essa memória será apresentada. Conforme indicado nos fundamentos teóricos do próprio conceito de memorial, essas instituições são intrinsecamente políticas, pois participam de disputas sobre memória, reconhecimento e representação (Oliveira; Freitas, 2025). Por essa razão, os desafios financeiros não podem ser separados das funções sociais, educativas, identitárias e mobilizadoras que esses espaços desempenham.

Em outras palavras, um memorial não se sustenta apenas porque consegue dinheiro. Ele se sustenta quando combina diversidade de fontes de financiamento, legitimidade social, capacidade de gestão e coerência ética. Um espaço pode receber recursos e, ainda assim, perder força se a comunidade deixar de se reconhecer nele, se os parceiros interferirem indevidamente nas narrativas ou se as atividades econômicas descaracterizarem sua função pública.

Um primeiro conjunto de desafios refere-se à volatilidade financeira, especialmente nos casos em que há forte dependência de subsídios públicos e editais competitivos. Esses mecanismos estão sujeitos a mudanças orçamentárias, prioridades governamentais, alterações de gestão e disputas políticas, o que compromete a previsibilidade dos recursos ao longo do tempo (Leite, 2023). Além disso, a lógica competitiva dos editais tende a favorecer instituições mais estruturadas, com equipes acostumadas a escrever projetos, organizar documentos, apresentar orçamentos e prestar contas. Memoriais populares, ao contrário,

muitas vezes operam com baixa institucionalização, poucos recursos administrativos e forte dependência de redes comunitárias.

Essa instabilidade pode ser visualizada por meio de um calendário simples. Ele ajuda a equipe a perceber que o memorial não deve esperar o dinheiro acabar para buscar novas fontes de apoio.

Quadro 7 – Calendário mínimo de segurança financeira

Mês	Ação de sustentabilidade	Finalidade
Janeiro	Levantar despesas fixas do ano.	Saber quanto custa manter o memorial aberto.
Fevereiro	Atualizar projeto-base e orçamento.	Preparar material para editais.
Março	Mapear editais e emendas disponíveis.	Identificar oportunidades públicas.
Abril	Realizar campanha local de apoio.	Mobilizar comunidade antes da crise.
Junho	Avaliar receitas próprias do semestre.	Ver o que gerou renda e o que deu prejuízo.
Agosto	Buscar parcerias com escolas e universidades.	Reduzir custos por meio de colaboração.
Outubro	Planejar atividades do ano seguinte.	Antecipar despesas e fontes possíveis.
Dezembro	Publicar prestação de contas simplificada.	Reforçar transparência e confiança.

Esse calendário transforma a sustentabilidade em rotina. Ele mostra que a busca por recursos não deve aparecer apenas em momentos de emergência. O memorial precisa desenvolver uma cultura mínima de

planejamento: saber quanto gasta, quando gasta, quem pode ajudar, quais editais costumam abrir e que atividades geram algum retorno.

Um segundo desafio diz respeito à irregularidade dos repasses. Recursos oriundos de emendas parlamentares, por exemplo, podem depender tanto da arrecadação do Executivo quanto da agenda política de parlamentares, governos e instituições responsáveis pela execução. Mesmo quando há aprovação formal, o dinheiro pode demorar a ser liberado. No caso das emendas participativas, essa situação se torna ainda mais sensível, pois o memorial pode vencer uma votação pública, criar expectativas na comunidade e, ainda assim, enfrentar atrasos na chegada efetiva do recurso (Cacciatori, 2020).

Quadro 8 – Antes de gastar um recurso aprovado

Verificação	Pergunta prática
Contrato assinado	O documento de execução já foi formalizado?
Prazo de pagamento	A data de liberação está confirmada?
Conta bancária	A conta correta está ativa e apta a receber?
Despesas autorizadas	O edital permite comprar exatamente o que foi planejado?
Prestação de contas	Há alguém responsável por guardar notas fiscais e recibos?
Plano alternativo	O que será adiado se o dinheiro atrasar?

Outro desafio diz respeito aos custos operacionais e às exigências de atualização tecnológica. A manutenção de espaços físicos, o pagamento de serviços básicos e a remuneração de trabalhadores já representam encargos significativos. Água, energia elétrica, internet, limpeza, reparos, transporte, impressão, alimentação em oficinas e compra de materiais de conservação formam uma despesa permanente, mesmo quando o memorial não realiza grandes eventos.

A esses custos somam-se demandas contemporâneas por inovação nas formas de exposição e mediação. Tecnologias digitais, recursos interativos, visitas virtuais, realidade aumentada e arquivos online podem ampliar o alcance do memorial e tornar a experiência do visitante mais rica (Campos; Silva, 2025). No entanto, essas soluções exigem investimento inicial, manutenção técnica e pessoas capacitadas. Em contextos comunitários, a busca por modernização pode tensionar orçamentos já limitados.

Por isso, a tecnologia deve ser adotada por degraus, e não como salto. O memorial pode começar com recursos simples e baratos antes de investir em equipamentos caros.

Quadro 9 – Escada tecnológica do memorial

Degrau	Recurso	Custo aproximado	Uso possível
1	Cartaz impresso com QR Code.	Baixo.	Levar o visitante a vídeos, áudios ou textos complementares.
2	Pasta digital organizada.	Baixo.	Guardar fotos, documentos e relatórios em nuvem.
3	Página em rede social.	Baixo.	Divulgar atividades e prestar contas.

4	Catálogo digital simples.	Baixo/médio.	Apresentar parte do acervo ao público.
5	Totem, tela ou projeção.	Médio.	Exibir vídeos e depoimentos no espaço físico.
6	Visita virtual ou recurso imersivo.	Alto.	Ampliar acesso remoto e experiências interativas.

A escada mostra que o memorial não precisa começar pela solução mais cara. Um QR Code bem-feito, ligado a um áudio de morador ou a um vídeo curto, pode ter mais efeito educativo do que um equipamento sofisticado sem conteúdo relevante.

Um terceiro eixo de desafios envolve os conflitos éticos e políticos associados às fontes de financiamento. Como os memoriais produzem sentidos sobre o passado e o presente, o tipo de financiamento recebido pode afetar sua autonomia narrativa. O patrocínio empresarial, por exemplo, pode trazer recursos importantes, mas também pode envolver contrapartidas simbólicas, exigência de visibilidade de marca ou desconforto diante de temas críticos. Da mesma forma, o financiamento público pode se tornar problemático quando o memorial aborda violações de direitos humanos, conflitos fundiários, violência de Estado, racismo, ditadura, remoções, desigualdades sociais ou outras memórias sensíveis (Tordeur, 2025).

Nesses casos, o problema não é apenas aceitar ou recusar dinheiro. O problema é saber quais condições acompanham o recurso. Um memorial pode aceitar apoio para reformar uma sala, mas não deve aceitar interferência na escolha das histórias narradas, no silenciamento de sujeitos ou na exclusão de temas incômodos.

Documento 1 – Exemplo de termo de princípios para parcerias

O Memorial Comunidade aceita parcerias públicas, privadas e comunitárias que respeitem sua autonomia, sua função educativa e seu compromisso com a pluralidade de memórias. Nenhum apoio financeiro, material ou institucional autoriza interferência indevida nas narrativas apresentadas, nos grupos representados, nas atividades formativas ou nos critérios de preservação do acervo. Toda parceria deve ser transparente, registrada e compreensível para a comunidade.

Esse documento pode ser lido em reuniões, anexado a propostas e divulgado no espaço físico do memorial. Sua função é simples: deixar claro que a sustentabilidade financeira não será construída à custa da autonomia política e cultural do espaço.

Quadro 10 – Teste ético antes de aceitar apoio

Pergunta	Se a resposta for “sim”, há risco
O parceiro quer impedir algum tema de aparecer?	Risco de censura.
O parceiro exige controlar a exposição?	Risco de perda de autonomia.
A origem do recurso contradiz os valores do memorial?	Risco de incoerência pública.
A comunidade desconhece a parceria?	Risco de desconfiança.
O apoio beneficia apenas um grupo interno?	Risco de conflito comunitário.
A contrapartida publicitária domina o espaço?	Risco de descaracterização.

Mesmo em associações politicamente convergentes, como memorial popular e Turismo de Base Comunitária, as iniciativas de

sustentabilidade podem produzir desigualdades, conflitos, exclusão social, disputas por recursos e marginalização. Quando não há políticas públicas inclusivas nem distribuição justa dos benefícios, o turismo pode favorecer alguns atores, sobrecarregar outros e transformar práticas culturais em produto para consumo externo (Castro, 2008; Puluceno, 2011; Pereira, 2016; Benetti, 2016; Rocha, 2019). Portanto, não se deve afirmar que qualquer memorial popular, ao se tornar atração turística, se tornará automaticamente sustentável.

Quadro 11 – Distribuição justa dos benefícios do roteiro

Participante	Trabalho realizado	Forma de remuneração ou reconhecimento
Mediador local	Recepção e condução da visita.	Pagamento por visita.
Cozinheiras	Almoço comunitário.	Valor definido por refeição.
Artesãs	Venda de produtos.	Recebimento direto pelas peças vendidas.
Memorial	Exposição, acervo e organização.	Percentual da visita destinado à manutenção.
Jovens da comunidade	Apoio, registro e comunicação.	Bolsa, diária ou certificado.
Moradores depoentes	Relatos e acolhimento.	Reconhecimento público e participação nas decisões.

Esse quadro evita que a renda gerada pelo turismo desapareça sem controle ou se concentre em poucas mãos. Ele também ajuda a mostrar que o trabalho cultural, afetivo e narrativo da comunidade tem valor.

Por fim, há um desafio transversal que articula todos os anteriores: conciliar sustentabilidade econômica com função social e política do memorial. Como indicado, os memoriais não são apenas espaços de conservação. Eles produzem conhecimento, mobilizam

afetos, organizam narrativas, educam visitantes e participam de disputas públicas sobre o passado. Por isso, estratégias de financiamento - turismo, comercialização de produtos, editais, patrocínios ou parcerias institucionais - devem ser avaliadas continuamente para não comprometer os princípios de participação comunitária, pluralidade de memórias e compromisso crítico.

Painel 1 – Semáforo da sustentabilidade

Cor	Situação	O que significa
Verde	A ação gera recurso, fortalece a comunidade e respeita a memória.	Pode ser mantida ou ampliada.
Amarelo	A ação gera recurso, mas cria dúvidas ou tensões.	Precisa ser discutida antes de continuar.
Vermelho	A ação gera recurso, mas silencia memórias, exclui pessoas ou cria dependência perigosa.	Deve ser revista ou recusada.

Exemplo de uso do semáforo

Uma empresa local oferece apoio financeiro para imprimir painéis da exposição, mas pede que uma parte da história da comunidade seja retirada porque envolve conflito ambiental. Nesse caso, a ação entra no vermelho: o recurso ajudaria financeiramente, mas comprometeria a autonomia narrativa do memorial.

A sustentabilidade financeira, portanto, não é apenas uma técnica de captação. É uma prática permanente de decisão. A cada edital, parceria, venda, roteiro turístico ou patrocínio, o memorial precisa perguntar: essa ação ajuda o espaço a continuar existindo?

fortalece a comunidade? respeita o acervo? distribui benefícios de forma justa? preserva a liberdade de narrar? Quando essas perguntas permanecem vivas, a busca por recursos deixa de ser ameaça e se transforma em parte do próprio trabalho educativo do memorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Construir um memorial é um desafio que não termina quando a exposição é inaugurada ou quando o acervo é organizado. Sua continuidade depende da capacidade de manter vivos os vínculos entre pessoas, histórias, espaços e instituições. Ao longo deste capítulo, vimos que a sustentabilidade envolve muito mais do que obter recursos financeiros. Ela exige planejamento, cuidado com o patrimônio, participação da comunidade, formação de pessoas, transparência na gestão e disposição para adaptar o memorial às mudanças sem perder sua identidade e sua função social.

Também discutimos que não existe uma única forma de sustentar um espaço de memória. Subsídios públicos, financiamento participativo, parcerias institucionais, receitas próprias e Turismo de Base Comunitária podem contribuir para esse objetivo, desde que sejam utilizados de maneira complementar e coerente com os valores do memorial. Da mesma forma, desafios como a instabilidade dos recursos, os custos de manutenção, as exigências tecnológicas e os dilemas éticos na escolha de parceiros mostram que a sustentabilidade deve ser compreendida como um processo permanente de planejamento, avaliação e tomada de decisões coletivas.

Por fim, um memorial sustentável é aquele que consegue preservar o seu acervo e a sua capacidade de servir à comunidade. Quando permanece aberto ao diálogo, fortalece o sentimento de pertencimento, valoriza as memórias locais, forma novas gerações e mantém sua autonomia diante dos diferentes interesses que o cercam, ele deixa de ser apenas um espaço de conservação e se transforma em um instrumento de educação, cidadania e desenvolvimento comunitário.

REFERÊNCIAS

- ADEME. *Le guide de l'éco-communication: pour une communication plus responsable*. Paris: Éditions d'Organisation; Groupe Eyrolles, 2007. ISBN 978-2-212-53909-7.
- ADORNO, Theodor W. *Educação e emancipação*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2022.
- ALCÂNTARA, Camila Fátima Simão de Moura; QUADROS, Camila Alves. Ponto de Memória da Terra Firme: um museu comunitário na periferia amazônica. *Amazônica: Revista de Antropologia*, Belém, v. 10, n. 2, p. 762-788, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/6526>. Acesso em: 25 out. 2025.
- ANDRADE, Anna Laura Canuto Rocha de. *Sustentabilidade em museus: análise de microclimas em espaços de conservação em instituições de São Paulo*. São Paulo, 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade, Universidade de São Paulo.
- ANDRADE, Marcos Ferreira de; BRÜGGER, Silvia Maria Jardim; PALHA, Cássia Rita Louro. Culturas negras, memórias e consciência histórica: experiências de história pública. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 47, n. 2, p. 1-13, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana>. Acesso em: 25 out. 2025.
- ARACAJU, Prefeitura Municipal. “*Museu do Mangue*” está previsto para ficar pronto em dezembro. Aracaju: PMA, 6 de setembro de 2007. Disponível em < <https://www.aracaju.se.gov.br/noticias/8218/museu-do-mangue-esta-previsto-para-ficar-pronto-em-dezembro> >
- ARANDELOVIĆ, Biljana. *Public Art and Urban Memorials in Berlin*. Cham, Suíça: Springer International Publishing, 2018. (The Urban Book Series). ISBN 978-3-319-73493-4. DOI: <https://doi.org/10.1007/978-3-319-73494-1>.
- ARAÚJO, F. L. *Impactos do turismo na cultura local de comunidades quilombolas no Maranhão*. São Luís, 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão.

- ARAÚJO, Juliana Monique de Souza de. *Ujamaa: educação afrocentrada de economia coletiva para o Cabula*. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) – Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2021.
- ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA (ANA). XV Encontro Regional de Agroecologia Nordeste visita o memorial das Ligas Camponesas. *Agroecologia.org.br*, 6 maio 2015. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/2015/05/06/xv-encontro-regional-de-agroecologia-nordeste-visita-o-memorial-das-ligas-camponesas/>. Acesso em: 12 fev. 2026.
- AZEVEDO, Hugo Rincon. A morte régia em comparação: as narrativas fúnebres sobre os reis de Portugal e de Castela no século XV (1454–1481). *Revista Ars Historica*, Rio de Janeiro, n. 20, p. 61–87, jul./dez. 2020. ISSN 2178-244X. Disponível em: <http://www.ars.historia.ufrj.br>. Acesso em: 25 out. 2025.
- BALBI, Fernanda Menezes. *O setor de acervos memoriais brasileiros e os dez anos de atuação do BNDES: uma avaliação a partir da metodologia do Quadro Lógico*. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, [s.d.]. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/>. Acesso em: 10 abr. 2026.
- BALBI, Fernanda Menezes. O setor de acervos memoriais brasileiros e os dez anos de atuação do BNDES: uma avaliação a partir da metodologia do Quadro Lógico. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, n. 41, p. 7–66, jun. 2014. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2473>. Acesso em: 10 abr. 2026.
- BARACHO, Anna Sophia Barbosa. *Gestão da sustentabilidade do espaço museológico implantado no patrimônio edificado mediada pela gestão do conhecimento: um estudo a partir do Museu Histórico Casa Padre Toledo em Tiradentes-MG*. 2018. 227 f. Tese (Doutorado em Gestão e Organização do Conhecimento) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.
- BENETTI, Jeferson. *Turismo rural comunitário e transformação territorial em São João dos Mellos – RS*. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2016.

- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *The social construction of reality: a treatise in the sociology of knowledge*. London: Penguin Books, 1967.
- BEZERRA, Deisiane da Silva; RODRIGUES, Yuri Franklin dos Santos. Paradoxos na cidade do amor: uma análise da construção histórica do imaginário sobre os indígenas Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, Dourados, v. 16, n. 32, p. 240-261, 2022.
- BOBBIO, Norberto. Poder. In: Dicionário de política. Brasília: Editora da UnB, 1998. V.1.
- BOKSER, Julie A. Teaching and inventing public memorials: Chicago women rhetors. In: GREER, Jane; GROBMAN, Laurie (Org.). *Pedagogies of public memory: teaching writing and rhetoric at museums, archives, and memorials*. New York: Taylor & Francis, 2016. p. 147–159.
- BORNACELLY, Jaime Alberto; FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Musealización de la guerra: desafíos y conflictos en la Colombia contemporánea. *Revista Territórios e Fronteiras*, Cuiabá, v. 16, n. 1, p. 134–157, jan./jul. 2023. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosedefronteiras/index.php/v03n02/article/view/1263>. Acesso em: 25 out. 2025.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 484 p.
- BRADDELEY, Alan; WYSENCK, Michael W.; ANDERSON, Michael C. *Memory*. 3ed. London: Routledge, 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2013. Disponível em: portal.mec.gov.br. Acesso em: 1 jun. 2026.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Audiovisuais: arte, técnica e linguagem*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2026. Disponível em: <http://proedu.ifce.edu.br/handle/123456789/790>>. Acesso em: 18 mar. 2026.
- BRITTO, Clovis Carvalho. Se a história é nossa, a memória nos pertence: desafios e contribuições do Memorial Brumadinho para as Museologias Comunitárias. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 33, p. 1-27, 2025.

- BURKE, Peter. Testemunha ocular: história e imagem; tradução Vera Maria Xavier dos Santos; São Paulo, SP: UNESP, 2017.
- CACCIATORI, Cassio Germano. *Emendas participativas ao orçamento público: um estudo sobre essa prática no legislativo brasileiro*. 2020. 149 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2020.
- CAMPOS, Daniel Aguirre; SILVA, Gutemberg Cardoso da. Tecnologia e turismo religioso: o caso do memorial de Nazaré em Belém/PA. In: FÓRUM INTERNACIONAL DE TURISMO DO IGUAÇU, 19., 2025, Foz do Iguaçu. *Anais [...]*. Foz do Iguaçu: Fórum Internacional de Turismo do Iguaçu, 2025.
- CAREY, James W. A cultural approach to communication. In: CAREY, James W. *Communication as culture: essays on media and society*. New York: Taylor & Francis e-Library, 2008. p. 11-28.
- CARNEIRO, Giovanna. Conheça a história e a luta de Catucá, o maior quilombo de Pernambuco. *Marco Zero Conteúdo*, 29 mar. 2023. Disponível em: <https://marcozero.org/conheca-a-historia-e-a-luta-de-catuca-o-maior-quilombo-de-pernambuco/>. Acesso em: 11 fev. 2026.
- CARNEIRO, Levi Alves Firme; BORGES, Luiz Carlos. Ressonância e aderência no Memorial Machadinho. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 30, e15, p. 1-24, 2022. Disponível em: <https://revistas.usp.br/anaismp/article/view/186623>. Acesso em: 25 out. 2025.
- CARVALHO, Marcus Joaquim M. de. O quilombo do Catucá em Pernambuco. *Caderno CRH*, Salvador, n. 15, p. 5-28, jul./dez. 1991.
- CASA-MUSEU JOÃO SOARES. *Casa-Museu João Soares: Cortes*. Leiria: Fundação Mário Soares, 1996.
- CASTRO, Andrea Ghisolfi da Silva. *O uso dos recursos naturais e os desafios para a conservação da biodiversidade marinha: mudanças e conflitos em uma comunidade pesqueira na Ilha de Santa Catarina, Brasil*. 2008. 202 f. Tese (Doutorado em Ecologia) – Instituto de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Lisboa: Quarteto, 2001.

- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- COELHO, Vitor Kibaltchich. *Bens comuns e museus comunitários: o caso do Museu Sankofa na Favela da Rocinha*, Rio de Janeiro. 2021. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.17771/pucrio.acad.61700>. Acesso em: 25 out. 2025.
- CORNELSEN, Elcio Loureiro. “Conservarei, guardarei, esquecerei?": memória e Shoah a partir de reflexões sobre *Cascas*, de Georges Didi-Huberman. *Revista Mosaico*, v. 15, p. 139-150, 2022. e-ISSN 1983-7801. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/13043>. Acesso em: 25 out. 2025.
- COSTA, H. S. P. *Terreiro Tumbenci: um patrimônio afro-brasileiro em museu digital*. Salvador, 2018. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia.
- COSTA, Hildete Santos Pita. *Terreiro Tumbenci: um patrimônio afro-brasileiro em museu digital*. 2018. 323 f. Tese (Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.
- COSTA, R. M. *Turismo e economia solidária: impactos na renda e qualidade de vida de comunidades rurais no sul do Brasil*. 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
- DICKINSON, Greg; BLAIR, Carole; OTT, Brian L. In: Rhetoric, Memory, and Place in the Post-Cold War Nuclear Museum. DICKINSON, Greg; BLAIR, Carole; OTT, Brian L. (Org.). *Places of public memory: the rhetoric of museums and memorials*. Tuscaloosa: University of Alabama Press, 2010. (Rhetoric, Culture, and Social Critique).
- DICKINSON, Greg; BLAIR, Carole; OTT, Brian L. (ed.). *Places of Public Memory: The Rhetoric of Museums and Memorials*. Tuscaloosa: University of Alabama Press, 2010.
- DORLY NETO; REEBERG, Diego. *Entenda o que é crowdfunding: como funciona o financiamento coletivo? Empreendedores responsáveis por plataformas online de captação de recursos para projetos explicam!*.

- Entrevista concedida ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/artigoshome/entenda-o-que-e-crowdfunding,8a733374edc2f410VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 10 abr. 2026.
- DOSS, Erika Lee. *Memorial Mania: Public Feeling in America*. Chicago: The University of Chicago Press; London: The University of Chicago Press, Ltd., 2010. Edição de bolso, 2012. ISBN 978-0-226-15938-6 (cloth); ISBN 0-226-15938-8 (cloth).
- DUTRA, Mariana Cortes. *Território, cultura e comunidade: o Centro de Memória da Cultura Negra Graça do Aché em Uberlândia*. 2024. 104 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/44431>. Acesso em: 25 out. 2025.
- EMENDAS PARTICIPATIVAS. Escolha o futuro de Sergipe. [S.l.: s.n.], [s.d.]. Disponível em: <https://emendasparticipativas.com.br/#editais>. Acesso em: 6 abr. 2026.
- ESTEVEZ, Alejandra Magalhães; ALMEIDA, Priscila Cabral. *Lugares de memória da ditadura: disputas e agenciamentos nos processos de construção do 1º BIB Barra Mansa (Rio de Janeiro) e da Casa Marighella – Salvador (Bahia)*. *Tempo*, Niterói, v. 27, n. 1, p. 144–164, jan./abr. 2021.
- ESTEVEZ, Alejandra Magalhães; ALMEIDA, Priscila Cabral. Lugares de memória da ditadura: disputas e agenciamentos nos processos de construção do 1º BIB Barra Mansa (Rio de Janeiro) e da Casa Marighella – Salvador (Bahia). *Tempo*, Niterói, v. 27, n. 1, p. 144–164, jan./abr. 2021.
- FERNANDES, R. C. *A gestão do turismo de base comunitária em áreas protegidas: desafios e oportunidades no Pantanal*. 2022. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2022.
- FERNANDEZ, Alexandre. *Turismo comunitário como ferramenta de desenvolvimento local das favelas do Complexo do Alemão*. 2013. Dissertação (Mestrado) – Centro Universitário Augusto Motta, Rio de Janeiro, 2013.
- FERREIRA, Flávio Rodrigo Freire; BEZERRA, Nilton Xavier. Gídeo véio vive em nós! experiências coletivas na revitalização de um museu quilombola no Rio Grande do Norte. *Revista Mundaú*, Maceió, n. 12, p.

- 238-256, dez. 2022. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistamundau/article/view/13282>. Acesso em: 25 out. 2025.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008 [1969].
- FREIRE, Américo Oscar Guichard. Legados em vida: a Fundação Mário Soares e o Instituto Lula – projetos políticos e valores democráticos no mundo lusófono. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 39, n. 81, e23308, set./dez. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/jbZr3Y4Jk5g4FJ4k4rY4gWk/>. Acesso em: 25 out. 2025.
- FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. 14. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- FREITAS, Itamar. *Uma introdução ao método histórico (1870-930)*. Aracaju: Criação, 2021.
- FREITAS, Juliana Alves de Almeida Rocha de. *Turismo de base comunitária como catalisador do desenvolvimento local: a experiência do assentamento Eldorado, em Santo Amaro – BA*. 2022. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano) – Universidade Salvador, Salvador, 2022.
- FRENCH, Jan Hoffman. *Tornar-se negro ou índio: a legalização das identidades no Nordeste brasileiro*. Tradução de Iracema Dulley. Rio de Janeiro: FGV, 2021.
- GABARDO JUNIOR, Alcione. *Museus de fato, sustentabilidade de fato*. 2023. 208 f. Tese (Doutorado em Tecnologia e Sociedade) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2023.
- GALEANO, Eduardo. *Patas arriba: La escuela del mundo al revés* (1998). Cidade do México: Siglo XXI Editores, 1998.
- GARRAFFONI, Renata Senna. OS GRAFITES DE POMPEIA: UM OLHAR SOBRE A VIDA COTIDIANA NA ANTIGUIDADE ROMANA. *PHOÏNIX*, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 153–171, 2025.
- GOHN, Maria da Glória. *Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais*. São Paulo: Cortez, 2013.
- GONÇALVES, Pedro Marco. Pensando o museu-terreiro. *Thinking the museum in Candomblé grounds. Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 59, p. 1-36, 2025.

- GOUVEIA, Inês; PEREIRA, Marcelo. A emergência da museologia social. *Políticas Culturais em Revista*, Salvador, v. 9, n. 2, p. 726-745, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/16794>. Acesso em: 25 out. 2025.
- GOVERNO DE ARACAJU. *Museu do Mangue está previsto para ficar pronto em dezembro*. Aracaju: Prefeitura Municipal de Aracaju, [s. d.]. Disponível em: https://www.aracaju.se.gov.br/noticias/8218/%60museu_do_mangue%C2%B4_esta_previsto_para_ficar_pronto_em_dezembro.html. Acesso em: 25 out. 2025.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. 8ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- GREER, Jane; GROBMAN, Laurie (Org.). *Pedagogies of public memory: teaching writing and rhetoric at museums, archives, and memorials*. New York: Taylor & Francis, 2016. (Routledge Studies in Rhetoric and Communication, 23).
- GUEDES, Sandra Paschoal Leite de Camargo; ISSBERNER, Gina Esther. *O Memorial de Imigração Polonesa em Curitiba*: dinâmicas culturais e interesses políticos no âmbito memorialista. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 427-455, 2017.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. Tradução de Denilson Luís Werle. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- HABERMAS, Jürgen. *Teoria da ação comunicativa*. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Unesp, 2022. 2 v. (v. 1: Racionalidade da ação e racionalização social; v. 2: Para a crítica da razão funcionalista).
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990 [1968].
- HALL, Stuart. Cultural identity and diaspora. In: RUTHERFORD, Jonathan (ed.). *Identity: community, culture, difference*. London: Lawrence & Wishart, 1990. p. 222-237.
- HALL, Stuart. Encoding/decoding. In: HALL, Stuart et al. *Culture, media, language: working papers in cultural studies, 1972-79*. London: Routledge; Centre for Contemporary Cultural Studies, University of Birmingham, 2005. p. 117-127.

- HOISEL, Evelina; VIEIRA, Henrique Júlio. O arquivo e a biblioteca do escritor múltiplo: o acervo de Judith Grossmann no Memorial da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Acervo: *Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 3, p. 1-28, 2023. DOI: 10.64729/an.acervo.v36i3.1995. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1995>. Acesso em: 18 abr. 2026.
- JIMÉNEZ, Lluvia Sepúlveda; BARÓN, Marco Antonio Silva. *Las prácticas expositivas: Una guía para la producción de exhipiciones*. Ciudad de México: Ars Museografía S. A. de C. V., 2017.
- JULIACE, Anna Claudia Amaral. *Educação em museus de ciências e sustentabilidade: proposição de indicadores socioculturais para a análise de exposições*. 2025. Tese (Doutorado em Educação em Ciências e em Matemática) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2025.
- JULIÃO, Leticia; LEMOS, Carmem Silvia. Inconfidência Mineira em três tempos em museus brasileiros. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 53, p. 1-25, 2020.
- LANE, Sean M.; HOUSTON, Kate A. *Understanding eyewitness memory. Theory and Applications*. New York: New York University Press, 2021.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 7. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.
- LEITE, Deborah Balthazar. *A sustentabilidade financeira dos museus brasileiros: uma análise das principais estratégias de financiamento*. 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.
- LEITE, Marcelo Henrique. Os usos docentes do museu no ensino da ditadura militar em São Paulo e Buenos Aires. *Revista História Hoje*, São Paulo, v. 13, n. 28, p. 1-23, 2024.
- LENTON, Diana Isabel. Un memorial para el genocidio en el Chaco argentino. *Revista de História da UEG*, Morrinhos, v. 13, n. 2, e322401, jul./dez. 2024.
- LIMA, Fernanda Luiza Teixeira. Temporalidades e desafios da musealização das ditaduras militares do Cone Sul a partir da análise do Museo de la

- Memoria y de los Derechos Humanos. *Revista Brasileira do Caribe*, São Luís, v. 22, n. 42, p. 53-77, jan./jun. 2021.
- LINHARES, Gislene Lage. *Contribuições do design para a implantação de um ecomuseu*. 2021. Dissertação (Mestrado em Design) – Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.
- LINHARES, Thiago dos Santos. *Diagnóstico do potencial turístico em comunidades tradicionais a partir da gestão participativa*. 2016. Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2016.
- MAIA, Janaína Couvo Teixeira. Memorial Mãe Nanã: perspectivas decoloniais nas afrografias da memória de um terreiro de candomblé em Aracaju, Sergipe. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 57, p. 1-21, 2023.
- MAGALHÃES, Leandro Henrique. O Museu de Arte de Londrina e o Museu Histórico Padre Carlos Weiss. In: MAGALHÃES, Leandro Henrique (org.). *Museus de Londrina*. Londrina: UniFil, 2013.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. Prefácio de Néstor García Canclini. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- MARTINELLI, Héctor N. Miranda. *Museología y museografía: Guía para diseño y montaje de exhibiciones*. Ciudad de México: Unam, 2017.
- MARTINS, Aline Cristina. *O impacto do turismo de base comunitária na renda das famílias rurais: um estudo no Sertão do Seridó*. 2021. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.
- MEDEIROS, Helena Thomassim; SERRES, Juliane Conceição Primon; RIBEIRO, Diego Lemos. Estigma da lepra: o manequim Lázaro na exposição do Memorial do Hospital Colônia Itapuã. *História em Revista*, Pelotas, v. 26, n. 1, p. 258-275, 2020.
- MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Museu virtual. [S. l.]: Instituto Lula; Fundação Perseu Abramo, [s. d.]. Disponível em: <https://memorialda-democracia.com.br/>. Acesso em: 18 abr. 2026.
- MEMORIAL DAS LIGAS E LUTAS CAMPONESAS (MLLC). MLLC é um dos vencedores da maior premiação de preservação do patrimônio cultural brasileiro promovido pelo IPHAN. Sapé (PB), 31 jul. 2025. Disponível em: <https://www.ligascamponesas.org.br/mllc-e-um-dos->

- vencedores-da-maior-premiacao-de-preservacao-do-patrimonio-cultural-brasileiro-promovido-pelo-iphan/. Acesso em: 12 fev. 2026.
- MICHEL, Jerusa de Oliveira. *Jornalismo Comunitário na construção, compartilhamento e permanência das Memórias Sociais: O caso do Jornal “O Pescador” na/da Colônia de Pescadores Z3/Pelotas*. Pelotas, 2018. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas.
- MÍDIA NINJA. *Conheça Erika Hilton – Gente é pra brilhar! – São Paulo (SP)*. YouTube, [s. d.]. Disponível em: YouTube. Acesso em: 28 jul. 2025.
- MITTER, Partha; JACOBSEN, Amanda. Monumentos e memória para a nossa época. *Escritas do Tempo*, Marabá, v. 6, n. 14, p. 59-76, 2024.
- NASCIMENTO, Francisco Arrais; FIORAVANÇI, Denise Cristina Belam; SABBAG, Deise Maria Antônio. Unidades de informação, memória e resistência no âmbito das dissidências sexuais e de gênero. *Revista Fontes Documentais*, Aracaju, v. 5, edição especial, p. 99-125, maio/ago. 2022.
- NISBET, Robert A. Community. In: NISBET, Robert A. *The sociological tradition*. London: Routledge, 2017. p. 47–106.
- NOGUEIRA, Carolina Gomes. As ressonâncias de um museu de memória no Tripadvisor: o caso do Memorial da Resistência de São Paulo. *Veredas da História*, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 224-238, jul. 2024.
- NORA, Pierre. *Les lieux de la mémoire*. Montevideo: Trilce, 2008 [1984].
- NOTÍCIA QUENTE. Pão de Açúcar: alunos da U.M.E. Ana Tereza de Jesus participam de ‘aula de campo’ na tribo Xocó em Sergipe. *Notícia Quente*, 11 set. 2019. Disponível em: <https://www.noticiaquente.com.br/site/post/pao-de-acucar-alunos-da-ume-ana-tereza-de-jesus-participam-de-aula-de-campo-na-tribo-xoco-em-sergipe/7682>. Acesso em: 12 fev. 2026.
- NOVAES, Allan Macedo de; MARCELINO, Marcio Adriano Tonete. “Dormiram no Senhor”: memorial on-line como espaço cemiterial adventista no contexto da pandemia de Covid-19. *Revista M.: Estudos sobre a Morte, os Mortos e o Morrer*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, e12333, jan./jul. 2024.

- NUNES, Bianca da Silva; MELLO, Ricardo Coutinho. Lugares de memória institucionais: um estudo nos documentos arquivísticos presentes em memoriais institucionais. *Revista Fontes Documentais*, Aracaju, v. 7, edição especial XII Seminário Hispano-Brasileiro, e72241, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/RFD/article/view/65112>. Acesso em: 25 out. 2025.
- OGAWA, Milena Rosa Araújo; MOREIRA, Amanda Nunes. Como trabalhar com a educação patrimonial produzida nos museus e em outros espaços? Uma experiência entre o Memorial da Resistência de São Paulo e o Curso Pré-Universitário Popular UP, Capão do Leão-RS. *História em Revista*, Pelotas, v. 25, n. 2, p. 132-154, 2020.
- OLIVEIRA, Bianca Hipólito de. *Participação social em museus de ciências: um diálogo em construção*. 2020. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências) – Instituto de Física, Instituto de Química, Instituto de Biociências e Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.
- OLIVEIRA, Letícia Pontes de. *Memória histórica, museologia social e a possibilidade de uma gestão comunitária do patrimônio cultural do Contestado*. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Museologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/264111>. Acesso em: 25 out. 2025.
- OLIVEIRA, Luciano. *Comunidade e sociedade: notas sobre a atualidade do pensamento de Ferdinand Tönnies*. Cadernos de Estudos Sociais, Recife, v. 4, n. 1, p. 105–118, jan./jun. 1988.
- OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. *O direito ao passado. Uma discussão necessária à formação do profissional de História*. São Cristóvão: Editora da UFS, 2011.
- OLIVEIRA, Priscila Chagas; BEZERRA, Daniele Borges. Memorialização e ritualização do luto na era das mídias sociais: uma análise do Memorial Facebook. *Mnemosine*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 170-194, 2022.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil*. Brasília, DF: Nações Unidas, [s. d.].

- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. [S. l.]: ONU, 2015. Disponível em: un.org. Acesso em: 18 abr. 2026.
- OVARADOURO. Memorial que reúne exposição sobre os 50 anos da Colônia Cinco Mil é inaugurado no Acre. *O Varadouro*, Rio Branco, 1 nov. 2024. Disponível em: <https://ovaradouro.com.br/memorial-que-reune-exposicao-sobre-os-50-anos-da-colonia-cinco-mil-e-inaugurado-no-acre/>. Acesso em: 12 fev. 2026.
- PACIEVITCH, Caroline; TEIXEIRA, Igor Salomão. Coordenação de área no PIBID – subprojeto História UFRGS. In: COSTELLA, Roselane Zordan et al. (orgs.). *Percursos da prática de sala de aula*. São Leopoldo: Oikos, 2016. p. 143–154.
- PARSONS, Talcott. *Community*. New York: Liberal Arts Press, 1959.
- PEREIRA, Ana Luísa Moreira. *A influência do turismo de base comunitária na preservação da cultura indígena: estudo de caso no Xingu*. 2022. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2022.
- PEREIRA, Luiz Carlos de Almeida. *A participação como dimensão da governança no TBC: o caso da Fundação Casa Grande*. 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.
- PEREIRA, Simone Nunes. *As contradições do turismo de base comunitária: o caso da comunidade Challapampa na Bolívia*. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2016.
- PERUZZO, Cicília Maria Krohling. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. [1, 2]
- POMPEU, Helga Maria Costa Freitas; PINTO, Maria Manuela Gomes de Azevedo; FRONER GONÇALVES, Yacy-Ara; TOFANI, Frederico de Paula. Rendas têxteis artesanais nos ambientes de memória: a inclusão digital multiplicadora da informação. *Revista Fontes Documentais*, Aracaju, v. 5, edição especial II ABM, p. 243-260, 2022.
- PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

- PULUCENO, Gustavo Martins. *De naufragos a excluídos: (des)caminhos da preservação ambiental na Praia de Naufragados*. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.
- RAGAS, José. Perú y la memoria global de las víctimas de covid-19. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 599-606, abr./jun. 2021.
- RAMOS, Tassila Oliveira; MIRANDA, Zeny Duarte de. O acervo híbrido do Memorial do Instituto Federal da Bahia à luz das Humanidades Digitais. *Revista Fontes Documentais*, Aracaju, v. 5, edição especial II ABM, p. 207-220, 2022. Disponível em: <https://aplicacoes.ifs.edu.br/periodicos/index.php/fontesdocumentais/article/view/1822>. Acesso em: 25 out. 2025.
- RIBEIRO, Levy Felix. *Território e memória: uma etnografia na comunidade remanescente quilombola do Muquém em União dos Palmares – Alagoas. Maceió, 2018*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Alagoas.
- RICCEUR, Paul. *La memoria, la historia, el olvido*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2004 [2000].
- ROCHA, Eliane Cristina de Freitas. Mediação pela memória: ações culturais e educativas em Pontos de Memória. In *CID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, Ribeirão Preto, v. 14, n. 1, p. 135-154, jun. 2023.
- ROCHA, Isabela Vieira. *Turismo e conservação da biodiversidade: o papel das unidades de conservação na Amazônia*. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.
- ROLIM, Gustavo Koszeniewski. O Memorial Luis Carlos Prestes, a materialização de uma história: possibilidades na educação patrimonial. *Revista História & Luta de Classes*, [S. l.], n. 30, p. 115-129, 2020.
- ROMERO, Maria Helena Nascimento. Memorial do Colégio Manoel Ribas: ensino, história e patrimônio. *Revista Latino-Americana de História*, São Leopoldo, v. 11, n. 27, p. 73-91, jan./jul. 2022.

- RÜSEN, Jörn. Pode-se melhorar o ontem? Sobre a transformação do passado em história. In: SALOMON, Marlon (org.). *História, verdade e tempo*. Chapecó: Argos, 2011. p.259-290.
- SANTOS, Francisco. *Sustentabilidade ambiental na propaganda: das imagens aos mitos da comunicação persuasiva*. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- SANTOS, Jenilton Ferreira. *Arqueoturismo e arte rupestre no semiárido sergipano*. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.
- SANTOS, Maria Mirley Farias dos. *Narrativas orais: vestígios da história da Comunidade da Praia do Crispim-PA*. 2023. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia, Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.
- SANTOS, Yara Alves dos. *O turismo de base comunitária como possibilidade de gestão de recursos naturais e desenvolvimento local da RESEX Marinha Mocapajuba*. 2020. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.
- SCHMIDT, Benito Bisso. De quanta memória precisa uma democracia? Uma reflexão sobre as relações entre práticas memoriais e práticas democráticas no Brasil atual. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 22, n. 42, p. 153-177, dez. 2015.
- SCHURSTER, Karl. Dilemmas and transmission of the memory of the Holocaust: a comparative study between the teaching material of the International School for Holocaust Studies and the Holocaust Memorial Museum/USA. *Boletim do Tempo Presente*, São Cristóvão, v. 10, n. 1, p. 42-53, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tempopresente/article/view/15197>. Acesso em: 26 out. 2025.
- SILVA, D. E. da. *Quintas de saberes: proposta de roteiro de turismo de base comunitária*. 2023. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2023.
- SILVA, L. C. P. da et al. Conexões entre o turismo de base comunitária e solidária e a economia criativa. *El Periplo Sustentable*, n. 47, p. 39–54, 2024.

- SILVA, Livia Cristina Pereira da; EMMENDOERFER, Magnus Luiz; ALMEIDA, Thiago Chagas de; LOCATELLI, Débora Regina Schneider. Conexões entre o turismo de base comunitária e solidária e a economia criativa: uma revisão da literatura a partir do contexto brasileiro. *El Periplo Sustentable*, Toluca, n. 47, p. 39–54, jul./dez. 2024.
- SILVA, Paulo André. *Turismo e sustentabilidade: estratégias para a conservação do meio ambiente em comunidades costeiras*. 2021. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.
- SJOBERG, Gideon. Community. In: GOULD, Julius; KOLB, William L. *Dictionary of sociology*. London: Tavistock, 1965. p. 115.
- SOUZA SANTOS, Boaventura; AVRITZER, Leonardo. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: SOUZA SANTOS, Boaventura (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p.38-82.
- SOUZA, Wallace Ferreira de. *Famílias, território e espiritualidades: uma etn-cartografia de Caiana dos Crioulos-PB*. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014.
- TEIXEIRA, J. G. *Turismo no Parque Estadual da Costa do Sol, RJ: relações e conflitos entre atividade turística, unidade de conservação e população local*. 2017. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.
- THALASSA, Carolina. *Encruzilhada – Um encontro com o povo da rua. Curadoria de Dayane Fidelis*. Maceió: Museu da Imagem e do Som de Alagoas (MISA), 2026. Exposição fotográfica realizada de 19 a 30 de janeiro de 2026.
- TOLENTINO, Átila Bezerra. Museologia social e comunitária na Paraíba: memóriação, lutas e resistências. *RITUR – Revista Iberoamericana de Turismo*, Maceió, v. 13, n. especial, p. 126-148, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/26353>. Acesso em: 25 out. 2025.
- TORDEUR, Júlia de Moraes Cabral. La glorieta de las mujeres que luchan. In: ARAÚJO, Maria Paula; PIMENTEL, Izabel; CORRÊA, Lays (orgs.).

História oral, memória e violência política no mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Autografia, 2025. p. 215–231.

VASCONCELLOS, Camilo de Mello; BALAGUER, Otávio Pereira. Narrativas expositivas na constituição de memórias identitárias: um estudo de caso. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica*, Salvador, v. 5, n. 14, p. 709-722, maio/ago. 2020.

VENERA, Raquel Alvarenga Sena; VENERA, José Isaías; NART, Gustavo Henrique Cardoso. Amparo e sentidos de vida nas narrativas sobre mortos por Covid-19. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica*, Salvador, v. 6, n. 17, p. 235-250, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/10314>. Acesso em: 26 out. 2025.

Referências

VIANA, Eliane Carla da Silva. *A modelagem de miniaturas de fantasias dos Bate-Bolas do Rio de Janeiro sob a perspectiva da sustentabilidade comunicacional*. 2021. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

WIKIFAVELAS. Memória e resistência – memoriais produzidos pela Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial: Memorial Carlos Henrique. *Wikifavelas*, [S. l.], s.d. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php/Mem%C3%B3ria_e_resist%C3%Aancia__memoriais_produzidos_pela_Iniciativa_Direito_%C3%A0_Mem%C3%B3ria_e_Justi%C3%A7a_Racial#Memorial_Carlos_Henrique. Acesso em: 12 fev. 2026.

YAMAGUCHI, Renato Akio da Cruz; SANTOS, Wilmihara Benevides da Silva Alves dos. Ações educativas museais online na pandemia: intersecção entre arte, saúde e direitos humanos. *Revista Docência e Cibercultura*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 1-30, maio/ago. 2024. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/re-doc/article/view/76084>. Acesso em: 22 abr. 2026

ZANETONI, João Paulo Ferreira. *O potencial do turismo de base comunitária em território camponês*. 2022. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2022.



Lugar de gente que sonha junto e constrói o amanhã.



A VOZ DO POVO

uma história de luta e transformação



Foram dois dias de luta, mas não foi só a luta que mudou a vida das pessoas. Foi a transformação que aconteceu. Foi a luta que mudou a vida das pessoas. Foi a transformação que aconteceu.



CADERNO de memórias

